

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

8º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de outubro de 31 de dezembro de 2020



Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

12/01/2020

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão, no período de 01 outubro a 30 de dezembro de 2020, com o objetivo de verificar se os resultados pactuados para o período foram alcançados.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Serão apresentados, ainda, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Como se sabe desde o final de março de 2020, o Estado de Minas, bem como o país como um todo tem passado por grandes desafios impostos pela pandemia do novo Coronavírus – COVID 19. Depois de realizadas todas as medidas de engenharia financeira, gerencial e administrativa necessárias à adequação do Contrato de Gestão às restrições financeiras e de saúde pública descritas no Relatório Gerencial referente ao 6º Período Avaliatório, esse período se caracterizou, nos meses de outubro e novembro pela execução da retomada das atividades presenciais na maioria das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Seguindo as orientações e diretrizes emanadas da SUPEC/SEJUSP vinculadas aos protocolos e parâmetros do Programa Minas Consciente, o Instituto Elo organizou a volta ao trabalho dos profissionais dos programas nos municípios com autorização para retomada. Isso ocorreu de maneira paulatina e gradativa ao longo do trimestre.

No programa CEAPA o monitoramento das Penas foram retomados, no Programa Fica Vivo foram ampliadas as quantidades de oficinas retomadas e ao final do trimestre chegamos a ter 87 oficinas em funcionamento com todos os territórios com a presença do programa com a ocorrência de pelo menos 2 oficinas em execução. Infelizmente, em decorrência da ampliação dos níveis de contaminação da pandemia, no mês de dezembro alguns municípios e algumas UPCs tiveram que suspender novamente os atendimentos presenciais e as equipes retornarem ao formato de teletrabalho. Isso

impactou novamente nos planos de retoma das atividades com consequências para os atendimentos. Mesmo assim, no período, houve um conjunto significativo de atendimento e ações destinadas ao público e realizadas de maneira a manter o acesso deles aos programas com as garantias e cuidados necessários diante do contexto da pandemia. Na sequência descreve-se para cada um dos indicadores, os seus resultados e desafios ao longo do trimestre.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					8º Período Avaliatório Out/20 a Dez/20	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	21.482	21.851
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.037	1.039,33
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	6.045	8.609
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.160	397,33
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	5.400	624
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	79.581	34.402
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	405	232

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					8º Período Avaliatório Out/20 a Dez/20	
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	370	301
		3.2	Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	4	60%	9%
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	184	700
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	42.649	32.819
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	5	72%	71,1%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	2.349	4.998
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	14.467	11.794
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	77,43%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	1.115	1.989

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					8º Período Avaliatório Out/20 a Dez/20	
6	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção	6.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	3	100%	-
		6.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	3	15	11,08
7	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	7.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	4	26	26
		7.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	3	3
		7.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	4	3	3
		7.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	4	3	3
8	Gestão da Parceria	8.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	2	100%	
		8.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	2	100%	

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
21.482	21.851
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à

Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.

Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:

- 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
- 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
- 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
- 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;
- 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) foram realizados cumulativamente 21.851 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até dezembro de 2020 era de 21.482 a mesma atingiu o previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	5º AO 7º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	8º PA	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	424	81	85	60	226	650
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	415	46	56	54	156	571
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	425	94	81	82	257	682
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	445	77	71	59	207	652
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	208	-	-	-	0	208
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	462	42	62	58	162	624
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	257	53	28	20	101	358
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	301	-	-	-	0	301
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	451	60	67	50	177	628
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	401	65	44	42	151	552
BELO HORIZONTE-SERRA	447	73	88	71	232	679
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	610	50	54	84	188	798
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	545	81	85	103	269	814
BETIM-CITROLÂNDIA	732	83	74	85	242	974
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	399	-	-	-	0	399
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	808	86	102	76	264	1072
BETIM-PTB	561	72	62	60	194	755
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	822	115	98	84	297	1119
CONTAGEM-RESSACA	1080	84	44	51	179	1259
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	643	77	76	89	242	885

GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	816	75	77	81	233	1049
IPTATINGA-BETHÂNIA	311	-	-	-	0	311
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	592	72	57	65	194	786
MONTES CLAROS- CRISTO REI	141	-	-	-	0	141
MONTES CLAROS- SANTOS REIS	423	57	57	51	165	588
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	367	49	47	40	136	503
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	431	-	-	-	0	431
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	410	61	111	71	243	653
SANTA LUZIA-PALMITAL	578	62	66	41	169	747
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	470	77	79	59	215	685
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	342	-	-	-	0	342
UBERLÂNDIA-MORUMBI	524	85	87	80	252	776
VESPASIANO-MORRO ALTO	569	101	111	78	290	859
TOTAL	16.410	1878	1869	1694	5441	21851

No período entre os meses de janeiro a dezembro de 2020, as equipes do Programa Mediação de Conflitos realizaram acumuladamente 21.849 atendimentos, sendo 7.328 atendimentos entre janeiro de março e 3.194 atendimentos entre abril e junho de 2020, 5.889 atendimentos entre julho e setembro, e mais 5.439 entre outubro e novembro.

Esse resultado expressivo foi alcançado *apesar* desse período ter sido atravessado por fatores contextuais adversos: o impacto das eleições municipais nas dinâmicas comunitárias, o agravamento da pandemia de Covid-19 e os efeitos dos feriados do final ano sobre o ritmo de atendimentos e ações com a rede.

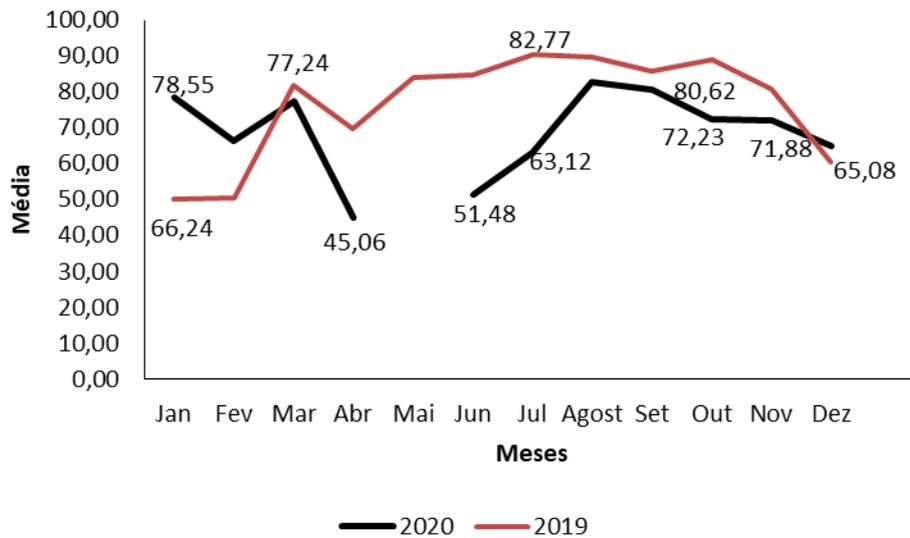
A mobilização de referências comunitárias nos processos eleitorais levantou desafios à possibilidade de atuação em parceria com o PMC, em função das restrições legais impostas às políticas públicas no período eleitoral ou da menor disponibilidade desses agentes em se engajar em ações participativas propostas pelo programa. De maneira recorrente, as equipes tiveram que contornar o risco de instrumentalização do programa para fins político-partidários, sem, contudo, inviabilizar a construção dialógica de estratégias comunitárias voltadas ao enfrentamento dos fenômenos de violência.

Nos últimos três meses as atividades das equipes foram também impactadas pelo agravamento da pandemia. Algumas equipes tiveram o seu quadro provisoriamente reduzido ou alterado em virtude do adocimento por Covid-19 ou da eventual suspensão do contrato de trabalho de analistas do chamado “grupo de risco”. Essas mudanças alteraram as dinâmicas de trabalho e exigiram adaptações nas formas de organização do serviço pelo PMC prestado às comunidades. Neste cenário agravado da pandemia, os protocolos de biossegurança adotados pelas equipes também condicionou o volume de atendimentos e ações de rede, por conta da estruturação de uma agenda de atendimentos espaçada ou do limite à realização de atividades coletivas. Em dezembro houve uma redução do volume de atividades das equipes, repercutindo nos três indicadores do Programa. Trata-se de uma ocorrência sazonal e previsível, relacionada ao encurtamento do calendário de dias úteis, decorrente do feriados do fim de ano. Neste último mês de 2020, as equipes técnicas observam, além disso, uma momentânea desmobilização das referências comunitárias frente às ações coletivas, uma maior dificuldade em agendar espaços de discussão em rede e o adiamento de atendimentos individuais a pedido das pessoas envolvidas.

O gráfico 1, ilustra a média de atendimentos por UPC ao longo do ano de 2020 e compara com 2019..

Nesse período, a média de atendimentos realizados a cada mês chegou a mais de 80% da média realizada nos mesmos meses do não de 2019, em dezembro de 2020, por exemplo, a média de atendimentos por equipe foi superior à do na de 2019. o que reforça a perspectiva que o Programa Mediação de Conflitos tem conseguido retomar suas atividades através da implantação e execução de novas práticas metodológicas. Apesar do impacto no número total absoluto deste indicador com a suspensão das atividades em algumas unidades de prevenção e também do cenário que ainda se apresenta como desafiador em termos de intervenções com grupos maiores é possível, portanto, endossar a leitura de estabilização na condução do trabalho, com adaptação de novos fluxos e instrumentos de atendimento.

Gráfico 1 – Média de atendimentos por equipe – PMC janeiro a dezembro de 2019 e 2020



A queda observada em dezembro está associada à redução significativa do número de atendimentos em dezembro. Em outubro e novembro, as equipes ultrapassaram a marca de 1800 atendimentos; em dezembro, não atingiram a marca dos 1700. Nesse último mês do ano, 13 das 26 equipes tiveram o seu pior desempenho; 7 delas não conseguiram atingir a meta mensal fixada para o trimestre. A redução do volume de atendimentos no mês de dezembro impediu que o programa superasse a meta com maior folga. A queda de rendimento no mês de dezembro parece estar relacionada a um dos fatores mencionados acima: quantidade reduzida de dias para atendimentos (por conta dos feriados) e menor disponibilidade das pessoas atendidas.

De maneira mais específica, três equipes estiveram abaixo de 80% da meta no 8º período avaliatório: PMC Pedreira Prado Lopes, PMC Santa Lúcia e PMC Palmital.

Ao longo de todo o ano, a equipe do PMC PPL vem encontrando dificuldades em ampliar o alcance do Programa na comunidade. As tentativas de mobilização social e organização comunitária obtiveram resultados ainda modestos. A localização da UPC em frente a um dos mais belicosos pontos varejistas de drogas ilícitas da PPL segue sendo um impasse para o atendimento presencial de moradores de outras áreas da comunidade, devido a restrições de circulação associadas a rivalidades de gangues. A aposta desafiadora na aproximação das pessoas em situação de rua - em situação de extrema vulnerabilidade, vítimas recorrentes de violências de toda ordem (inclusive a letal) - esteve prejudicada no cenário de pandemia por trazer impasses quanto ao uso assistencial que o espaço da UPC acaba assumindo para essa parcela de atendidos. Soma-se a isso a instabilidade na configuração do quadro de equipe, acentuado nos últimos três meses em virtude da suspensão contratual de uma analista do “grupo de risco” e da sua substituição por outra profissional que tampouco cumprirá o contrato temporário em sua integralidade. Para o ano seguinte, torna-se imperativa a construção de um plano de trabalho capaz de ampliar a capilaridade da equipe no território, a retomada da reflexão sobre o local da UPC e a tentativa de alcançar uma maior estabilidade na composição da equipe.

O PMC Santa Lúcia não conseguiu atingir a meta para esse indicador devido à mudança na contabilização do que consideraram como atendimento. Dessa forma, como não estava mais em teletrabalho, a equipe parou de contabilizar as interações via whatsapp e telefone que não se configuraram como atendimento dentro do modelo metodológico clássico previsto no programa. Além disso, a equipe adotou normas mais rígidas no que se refere ao atendimento do público, visto que houve um aumento do número de casos de Covid-19 no território. Outro aspecto que impactou o número de atendimentos foi o período de fim de ano, quando a procura pelo programa geralmente diminui.

A exemplo da equipe citada anteriormente, a equipe do Palmital também não alcançou a meta estabelecida para este indicador, neste período a equipe teve uma redução da procura por atendimentos de forma espontânea no CPC, este tipo de acionamento foi extremamente impactado pelas medidas de isolamento social, o que para a unidade em questão é historicamente a forma de acesso que mais resulta em atendimentos. Os atendimentos relativos às práticas coletivas que também eram comuns neste território, tiveram que ser remanejadas para grupos menores ou no formato virtual, no caso do segundo houve pouca adesão da comunidade, por se tratar de recursos muitas vezes indisponíveis para os mesmos.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos**Indicador nº 1.2:** Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos**Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****1.037****1.039,33****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:

- 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
- 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
- 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
- 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;
- 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) foram atendidas em média 1039,33 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.037, a mesma alcançou o estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA MENSAL POR UPC

UPC	MÉDIA 7º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA 8º PA
BELO HORIZONTE-CABANA	33,67	37	40	30	35,67
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	26,00	28	34	41	34,33
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	33,67	52	56	56	54,67
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	26,67	31	32	27	30,00
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	-	-	-	-	-
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	31,00	32	46	46	41,33
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	13,00	17	13	11	13,67
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	46,33	51	52	38	47,00
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	28,67	27	29	30	28,67
BELO HORIZONTE-SERRA	32,33	48	62	49	53,00
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	42,67	26	32	47	35,00
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	43,00	45	46	44	45,00
BETIM-CITROLÂNDIA	39,00	44	36	46	42,00
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	60,67	56	71	40	55,67
BETIM-PTB	42,00	41	33	32	35,33
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	79,00	94	78	63	78,33
CONTAGEM-RESSACA	44,00	42	22	28	30,67
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	30,67	33	18	36	29,00
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	33,33	53	44	30	42,33
IPTATINGA-BETHÂNIA	-	-	-	-	-
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	34,33	28	30	34	30,67
MONTES CLAROS-CRISTO REI	-	-	-	-	-
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	34,00	33	31	21	28,33
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	27,00	34	33	21	29,33
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	-	-	-	-	-

RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	34,67	40	58	39	45,67
SANTA LUZIA-PALMITAL	30,00	35	44	28	35,67
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	30,00	46	56	34	45,33
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	-	-	-	-	-
UBERLÂNDIA-MORUMBI	27,33	39	38	31	36,00
VESPASIANO-MORRO ALTO	49,67	62	63	45	56,67
TOTAL	952,67	1.074	1.097	947	1.039,33

O indicador 1.2 foi o mais impactado pelos atravessamentos inesperados das medidas de isolamento social e pela inclusão do trabalho remoto como dinâmica predominante. Dessa forma, o 8º PA foi o primeiro trimestre do ano em que as equipes do PMC atingiram a meta pactuada. Se o número de atendimento declinou nesse período, o mesmo não pode ser dito quanto ao número médio de pessoas atendidas. Em comparação com o período avaliatório anterior, houve um *aumento de 9%* nesse indicador. Embora o PMC tenha realizado menos atendimentos no atual trimestre, atendeu um número maior de pessoas do que no 7º período avaliatório, sinalizando uma diversificação do público alcançado.

A equipe de Nova Contagem superou significativamente a meta mensal prevista para esse indicador, pois tiveram muitos casos novos individuais chegando ao programa, além de um grande número de ações de organização comunitária. A equipe do Jardim Felicidade também apresentou números acima do estipulado, o que se relaciona diretamente com o aumento de atendimentos a casos novos, este fator foi mais observável no trimestre em questão do que em todos os anteriores. Já o PMC Morro Alto atendeu um número expressivo de pessoas a partir de casos coletivos - encaminhados pelo GEPAR - associados a conflitos em torno da posse da terra.

Ainda que esse indicador tenha registrado um aumento trimestral, é notável a redução do número de pessoas atendidas em dezembro, se comparada aos dois meses anteriores. Em outubro e novembro, as equipes superaram a marca mensal de 1000 pessoas atendidas (1074 e 1097, respectivamente); em dezembro, o programa atendeu 948 pessoas. Quando analisado o desempenho por equipe, verifica-se que 16 das 26 atenderam em menor número no último mês do ano. É possível que esta redução esteja também associada, de maneira geral, ao estreitamento da agenda de atendimento e à desmobilização momentânea do público frente a demandas individuais e coletivas.

As seguintes equipes do PMC estiveram mais distantes - abaixo de 80% - da meta pactuada para o 8º período avaliatório: Jardim Leblon, Carapina, Santos Reis, Santa Lúcia, Olavo Costa e PPL.

Embora o número médio mensal de pessoas atendidas pela equipe do Jardim Leblon no atual trimestre (30) esteja maior do que no anterior (26), a equipe ainda se encontra às voltas com o desafio de diversificar as práticas de atendimento - ainda muito concentrada nos atendimentos individuais - e de ampliar o alcance do programa no período de pandemia, especialmente em localidades violentas e com baixo capital social, como é o caso da Vila do Índio. Além disso, o reduzido número de ações de rede efetuadas pela equipe indica a necessidade de aprimoramento do fluxo de encaminhamento e acompanhamentos dos casos. A ampliação do escopo temático e territorial do PMC Jardim Leblon, deverá ser objeto de planejamento para 2021, envolvendo o mapeamento e a mobilização de novas referências comunitárias, o estímulo a práticas coletivas de atendimento e o aprimoramento das ações em rede.

Já a equipe do PMC Carapina tem enfrentado dificuldade em reconfigurar a relação de proximidade estabelecida com a comunidade ao longo de 2019. No primeiro trimestre de 2020 - isto é, antes da pandemia -, a equipe atendeu em média 70 pessoas por mês. No atual trimestre avaliatório, a média foi de 29 pessoas atendidas mensalmente, embora o investimento da equipe nas práticas coletivas de atendimento não tenha arrefecido nesse período: a organização comunitária é uma modalidade de intervenção que agrupa quase metade dos atendimentos do PMC Carapina. Porém a equipe tem atendido com regularidade as mesmas pessoas. Muitas das que eram atendidas no período pré-pandemia não demonstram disponibilidade ou condições para a interação digital oferecida pela equipe, desde meados de novembro em teletrabalho. O desafio da equipe para 2021 é, então, identificar novas referências, diversificar as frentes de trabalho junto à comunidade e aprimorar os fluxos de encaminhamento com a rede parceira, responsável por encaminhar apenas 5% dos casos que chegam ao PMC Carapina.

A equipe do PMC Santos Reis não conseguiu atingir as metas previstas para o indicador “média de pessoas atendidas” no último trimestre devido ao contexto de pandemia, que impossibilita a criação de novos vínculos comunitários de maneira presencial, acesso a novos casos e circulação. A equipe consegue se vincular às pessoas do território, divulgar o programa e realizar atendimentos principalmente através das circulações, que foram restringidas devido ao contexto de pandemia, impactando assim os números desse indicador.

A equipe do Santa Lúcia não conseguiu atingir a meta prevista para esse indicador devido às normas mais rígidas adotadas pelo CPC no que se refere ao atendimento do público, visto que houve um aumento do número de casos de Covid-19 no território. Anteriormente, a equipe estava atendendo por demanda espontânea, o que favorecia um grande trânsito de pessoas dentro da unidade. Como forma de prevenir possível contágio e resguardar equipe e comunidade, os atendimentos passaram a ser agendados, o que impactou neste indicador. Além disso, no final do ano, principalmente em dezembro, a procura da comunidade pelos serviços diminuiu, o que também tem implicações na média de pessoas atendidas.

Outra equipe que também teve impactos nesse indicador foi Olavo Costa, o cenário de pandemia trouxe limitações no que se

refere a possibilidade de alcance da comunidade de forma mais ampla, este fator interfere diretamente na capilaridade da atuação do PMC no território. Ressaltamos que o fato da equipe ter retornado ao teletrabalho em dezembro, também apresentou desafios para a continuidade das ações, justamente em um mês onde historicamente já se lida com a diminuição da procura pelo programa, além do período de recesso que exige um recuo em algumas intervenções que possam estar em curso .

Os mesmos fatores associados ao baixo número de atendimentos repercutem no número de pessoas atendidas pelo PMC PPL. Rotatividade na composição da equipe, localização problemática da UPC no território e dificuldades em dar continuidade a processos de mobilização comunitária no contexto de pandemia são desafios que a equipe ainda está por superar. Estender o alcance do Programa para além dos limites de circulação trazidos pelo entorno da Unidade de Prevenção, reforçando a parceria com referências comunitárias e com a rede social mista, serão propostas em planejamento para o ano de 2021.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos**Indicador nº 1.3:** Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
6.045	8.609

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária;
- 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social;
- 3) Discussão de casos com a rede de proteção social;
- 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.

Até o mês de dezembro de 2020 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas acumuladamente 8.609 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 6.045 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social						
UPC	5° AO 7° PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	8° PA	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	245	18	30	16	64	240
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	283	25	19	17	61	286
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	228	61	35	37	133	333
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	212	15	24	8	47	214
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	144	-	-	-	0	72
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	313	23	27	17	67	265
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	99	20	15	13	48	223
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	166	-	-	-	0	116
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	322	41	34	27	102	324
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	232	26	16	11	53	134
BELO HORIZONTE-SERRA	349	49	50	36	135	361
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	385	46	30	22	98	396
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	297	54	25	27	106	387
BETIM-CITROLÂNDIA	465	46	43	39	128	334
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	280	-	-	-	0	182
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	463	32	28	21	81	339
BETIM-PTB	278	24	24	23	71	265
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	585	25	19	17	61	297
CONTAGEM-RESSACA	385	21	22	13	56	197
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	346	21	20	20	61	230
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	488	33	53	36	122	434
IPTATINGA-BETHÂNIA	170	-	-	-	0	141
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	273	36	25	36	97	470
MONTES CLAROS-CRISTO REI	113	-	-	-	0	123
MONTES CLAROS- SANTOS REIS	260	23	24	16	63	204
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	271	22	23	28	73	285
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	152	-	-	-	0	150

RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	259	17	37	23	77	250
SANTA LUZIA-PALMITAL	400	60	54	19	133	500
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	265	22	22	19	63	253
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	194	-	-	-	0	141
UBERLÂNDIA-MORUMBI	237	21	20	18	59	236
VESPASIANO-MORRO ALTO	385	26	18	9	53	227
TOTAL	9.544	807	737	568	2.112	8.609

No último trimestre de 2020, o PMC *superou em 39%* a meta estipulada para o período avaliatório, realizando 2112 ações de rede. No entanto, observa-se uma redução de 14% em relação ao período avaliatório anterior. A exemplo das análises relativas aos indicadores de “Números de Atendimentos” e de “Média de Pessoas Atendidas”, essa diminuição ocorreu no mês de dezembro, quando as equipes realizaram 568, em contraste com as 807 ações de rede efetuadas em outubro e as 737 em novembro. No último mês do ano, 20 equipes tiveram o seu pior desempenho mensal no indicador.

Há possivelmente uma correlação de queda nos indicadores. Ou seja, menos pessoas atendidas em intervenções individuais e coletivas exigem um número mais reduzido de ações em rede. Acrescente-se, ainda, a menor compatibilidade de agendas entre os atores das redes formais e informais e as equipes do PMC, em virtude dos feriados e recessos do fim de ano.

Ainda assim, apenas 1 equipe não conseguiu atingir a meta específica de sua unidade trimestral. O PMC Jardim Leblon ao longo do ano recebeu 21% dos casos a partir de encaminhamentos da rede. Nota-se uma dificuldade da equipe em identificar e quantificar esse tipo de interação, razão pela qual é necessário aprimorar esse aspecto nos espaços de supervisão.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.1:** Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2.160	397,33

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Durante o 8ºPA foi dada continuidade à retomada das oficinas do Programa Fica Vivo seguindo tanto as diretrizes do programa Minas Consciente através do qual a política definia em que município era possível a realização das atividades de oficinas e também através das constrições dos planos locais de retomada em cada um dos territórios em que isso era possível.

Tendo em vista estes fatores, não foi possível o atingimento das metas pactuadas para o ano de 2020 já que se volta com as atividades de maneira paulatina e com uma quantidade reduzida de oficinas e jovens em cada uma delas. Ainda assim, neste horizonte limitado, as equipes, gestão, supervisão metodológica e SUPEC têm envidado esforços no sentido de um retorno o mais cuidadoso possível. E que considere no seu cotidiano as normativas de biossegurança o cuidado com a saúde do público atendido. É possível perceber um aumento gradual das implantações de oficinas, sendo que estas implantações levam em conta os mais variados fatores para ocorrer, como: disponibilidade de espaços/equipamentos públicos em que seja possível executar as oficinas tendo por base os decretos municipais e o plano de retomada; a possibilidade de adaptação da modalidade de oficina para o atual momento; o status de onda em que o município se encontra, dentre outros.

A partir do mês de novembro, a supervisão metodológica retomou as supervisões presenciais com as equipes, sendo este um espaço de interlocução e discussão dos desafios e possibilidades de inovação do/no trabalho neste último trimestre do ano.

Ainda que tenha sido endereçada bastante energia na elaboração de planos e acompanhamento das oficinas, cabe ressaltar que não houve descuido das demais atividades, tendo as equipes se mobilizado das mais diversas maneiras. Atuação com grupos de jovens, seja de forma autônoma ou em parceria com o PMC; articulação constante com a rede para discussão de casos, entre outros e atendimentos individuais foram algumas das atividades que vem sendo qualificadas pelas equipes. Tais atividades também, contam com o acompanhamento e suporte constante da supervisão e gestão social.

Na sequência detalha-se o processo de retomada as oficinas em cada território que isso foi possível ao longo do trimestre que complementa e contextualiza a leitura acerca do desempenho do programa em todos os indicadores.

Governador Valadares (Carapina e Turmalina)

A retomada das oficinas em Governador Valadares iniciou no mês de novembro. A previsão era de início em setembro, mas problemas de logística acabaram interferindo na previsão inicial da retomada. Equipes e oficineiros/as não tiveram muita dificuldade em conseguir locais para a execução das atividades.

Antes da retomada, as equipes consideraram importante realizar conversas anteriores com os/as jovens, para discutir sobre a pandemia, cuidados com a saúde e biossegurança, a fim de facilitar futuras intervenções nas oficinas. Para isso, fizeram projetos de conversas virtuais com esse público. Dessa forma, visaram deixar mais familiar para a juventude a necessidade de observância dessas questões no espaço da oficina.

Chegando próximo ao fim do primeiro mês de retorno das oficinas, a região onde está situada Governador Valadares voltou para a onda vermelha. A orientação foi no sentido de suspender as oficinas ativas a partir do dia 30 de novembro.

No mês de dezembro, as oficinas suspensas puderam voltar a funcionar de forma presencial, com a equipe em teletrabalho, fazendo acompanhamentos à distância, mas podendo ir presencialmente a depender da necessidade do trabalho.

O Carapina iniciou com 3 oficinas em novembro, e em dezembro retornou com duas. Há a previsão do retorno da terceira oficina, de manicure, no mês de janeiro. Algumas oficinas, que estavam com um número baixo de jovens no primeiro mês, tiveram aumento significativo no segundo, correspondente a lotação de jovens no espaço da oficina (12).

O Turmalina também sofreu os impactos da suspensão das atividades das oficinas no mês de novembro, e retorno em dezembro. As três oficinas implantadas contavam com bom número de jovens, entretanto uma das oficinas, de fotografia e maquiagem, teve uma brusca queda no número. Participaram 21 jovens em novembro e em dezembro 6. Como hipóteses, é possível pensar a desmobilização dos/das jovens para essa oficina, com a suspensão, que durou cerca de 15 dias. Associado a isso, os feriados de fim de ano também podem ter contribuído para um menor alcance na mobilização feita por essa oficina. Também no Turmalina eram 3 oficinas no mês de novembro, e 2 retornaram em dezembro, com retorno da terceira para o mês de janeiro.

Contagem (Nova Contagem e Ressaca)

Houve a necessidade de um maior diálogo com a Defesa Social da prefeitura de Contagem para a retomada das oficinas, uma vez que as normativas restringiam a execução de atividades coletivas. Após construções da gestão social e diretoria do Programa, foi possível retomar o processo de implantação das oficinas.

No caso de Nova Contagem, devido a saída de uma das analistas, convencionou-se a implantação de uma oficina, para que o acompanhamento pudesse ser feito de maneira próxima, mas também considerando a disponibilidade de recursos humanos na equipe. Dessa forma, foi implantada a oficina de grafite, tendo alcançado o número de 11 jovens no mês de novembro. No mês de dezembro, com a equipe completa, houve a implantação de mais duas oficinas, sendo elas dança do ventre e percussão. As três oficinas tiveram número entre 11 e 12 jovens no mês de dezembro. A equipe não relatou grandes problemas com relação à observância às normativas de biossegurança por parte dos/das jovens.

No CPC Ressaca foram implantadas a princípio duas oficinas, de dança e artesanato. A oficina de dança tem tido um número menor de jovens em virtude de uma adaptação inicial dos/das jovens, além do espaço da oficina não ser tão amplo. Já na oficina de artesanato, o número de jovens participantes atinge a média de 12 jovens.

Belo Horizonte (Jardim Leblon, Jardim Felicidade e Ribeiro de Abreu)

As oficinas retomaram suas atividades no mês de novembro. Seguem algumas observações sobre o processo nos três territórios: No Jardim Felicidade, houve o retorno de 2 oficinas em novembro e uma oficina em dezembro. A equipe já havia relatado em algumas supervisões a relação de boa parte da comunidade com as normativas de saúde, sendo assim, era possível considerar que em algumas oficinas esta questão pudesse ser um desafio. Após desafios iniciais em uma das oficinas (capoeira), que está com um público mais jovem (entre 14 e 16 anos) tem sido possível a execução do projeto de oficina associada aos cuidados relacionados à saúde dos jovens. O acompanhamento próximo da equipe e as habilidades do oficinairo foram decisivas para tal. Em dezembro, é retomada a oficina de grafite, inteirando, portanto, 3 oficinas.

No Jardim Leblon foram implantadas três oficinas no período, tendo sido acompanhadas de maneira próxima pela equipe. É possível considerar que, de forma similar ao Jardim Felicidade, ocorreram desafios relacionados a assimilação das novas normativas de saúde por parte dos/das jovens. Esses desafios, entretanto, foram sendo reduzidos por meio do acompanhamento da equipe, de ideias formuladas pelos/as oficinairos, além de sugestões da gestão e supervisão. Há a previsão de implantação de oficina de informática em janeiro. Ainda estão sendo feitas tratativas no sentido de viabilizar um novo espaço para que a oficina ocorra.

No Ribeiro de Abreu, as oficinas tiveram seu retorno em dezembro. Foram feitas algumas alterações nas localidades das oficinas, ou na sua estrutura, para que fosse possível executá-las. A de funk, por exemplo acontece em estrutura anexa ao centro de prevenção atualmente. Já a de composição de música, também teve de mudar um pouco o seu modo de funcionamento. A equipe vem acompanhando de maneira próxima as oficinas e os oficinairos, trabalhando com os/as jovens também questões relacionadas ao autocuidado e a saúde.

Morro Alto (Vespasiano)

A retomada das oficinas no Morro Alto foi uma das primeiras a ocorrer, considerando que o município de Vespasiano não se delongou na onda vermelha do Plano do Estado Minas Consciente. No entanto, a retomada das oficinas na região, nesses três meses, continua tímida e incipiente.

A especificidade do Fica Vivo no Morro Alto revela problemas estruturais que já se apresentavam e vinham em tentativas de tratativas anterior à pandemia, a saber: número alto de oficinairos em avaliação encaminhando para desligamentos, baixa vinculação com as juventudes dos territórios, baixo número de atendimentos individuais, dificuldade de diálogo com as redes comunitárias, dificuldade de diálogo com os serviços institucionais de proteção, e conseqüentemente, restritas análises das dinâmicas das violências e criminalidades. Com a pandemia, o cenário se agravou, ampliando ainda mais a distância entre Programa, comunidade, jovens e oficinairos. As tentativas da equipe em acessar o público prioritário do Programa foram pouco satisfatórias, visto que o histórico de vinculação estava frágil.

Ademais, as dinâmicas das violências e das criminalidades que apresentavam um arrefecimento ao longo dos anos, tiveram uma alteração de forma inesperada com aumento vultoso do número de homicídios na área de abrangência, o que demandou movimentos, tomadas de posição, construção de planos e intervenções de diversos atores da Política de Prevenção, buscando reverter o quadro gravoso e/ou minimizar os efeitos dos conflitos e das situações de violências e criminalidades.

Todos esses fatores somados a questões internas e externas (analista em atestado por ser grupo de risco, analista em Comissão de Desenvolvimento, oficinairos solicitando desligamento, rede territorial dispersa e com dificuldades de diálogo entre serviços, silenciamento das comunidades...) impactaram significativamente na qualidade do serviço prestado às comunidades e jovens.

Assim, o processo de retomada das oficinas também seguiu essa tônica desafiadora e complexa de todo um contexto amplo e tem demorado a se efetivar da forma como as realidades convocam e as necessidades sedimentam.

Ao longo desses três meses (Out./Nov./Dez.) o Fica Vivo! no Morro Alto esteve entre 1 e 2 oficinas, finalizando Dezembro com 1 oficina retomada. Diante de tantos desafios, as boas perspectivas são que duas referências comunitárias juvenis apresentaram projetos de oficinas que se encaminham para a implantação. Além, disso a equipe, diante das intervenções e provocações da supervisão e gestão, a equipe tem ampliado a rede de contato e acessado diretamente as juventudes para construção de ações, projetos e para atendimentos.

A oficina Laboratório Skate Vivo, única funcionando atualmente, tem fluído de acordo com as propostas do Programa, com as diretrizes de biossegurança do Plano de retomada, sem dificuldades com os diálogos com os jovens acerca dos critérios para o funcionamento da oficina. Os jovens tem vinculação fortalecida com o oficinairo Paulo e essa vinculação tem contribuído para Projetos dentro e fora do espaço da política pública. Como exemplo disso, o oficinairo e jovens se formaram, enquanto coletivo e conseguiram, em Dezembro, verba aprovada na Lei Aldir Blanc para realização de projeto de audiovisual que contará a história do grupo, sua aposta no Skate, suas potencialidades, bem como suas estratégias de fortalecimento político das juventudes do Morro Alto.

Morumbi (Uberlândia)

O Plano de Retomada das oficinas no Morumbi se efetivará no mês de Janeiro, seguindo o cronograma proposto pela Diretoria de Proteção da Juventude e Instituto Elo.

No Morumbi, o retorno das oficinas também seguirá a realidade que tem se apresentado em outros territórios, a saber: retomada de algumas oficinas suspensas acontecendo concomitante com a implantação de novos projetos.

Vale destacar que o município de Uberlândia ficou longo período imergido na onda vermelha do Minas Consciente, sendo que a gestão municipal não considerou esse Plano Estatal como norte.

Além disso, segundo gestão e equipes, as comunidades não tem seguido recomendações da secretaria municipal de saúde e os protocolos para a não transmissão da COVID-19, o que nos alerta a redobrar os cuidados e intensificar os diálogos com oficinairos, jovens e atores das redes locais de saúde tanto anteriormente quanto no desenvolvimento do processo de retomada e implantação de novas oficinas.

Veneza e Justinópolis (Ribeirão das Neves)

Na retomada das oficinas, tanto no Veneza quanto em Justinópolis, foi possível verificar um desafio em comum, a saber: dificuldades de espaços para a realização das oficinas. Os serviços públicos em Neves (Centro de Saúde, CRAS, Escolas) se apresentavam como parceiros importantes na construção de projetos, inclusão dos jovens no acesso a direitos e utilização dos espaços para realização de oficinas, atendimentos e ações. Com a pandemia, os espaços e ações dos serviços públicas ficaram restritos e limitados.

Diante desse desafio, oficinairos e equipes, lançaram mão da forte vinculação comunitária construída e que não houve rompimento mesmo no cenário de pandemia e do teletrabalho, para construir novas parcerias e encontrar novas possibilidades de espaços, tais como: sala comunitária, salão particular, espaço de igreja, entre outros.

Com esse recurso possível pelo vínculo, ampliamos nossa rede e as oficinas têm funcionado com qualidade preservando a saúde dos participantes. Alguns desses novos espaços são ainda mais estratégicos que os anteriores, como é o caso da oficina de cabeleireiro do Wesley, que acontecia no espaço do CRAS no bairro San Genaro e que atualmente, acontece no Fazenda Castro, num espaço particular cedido por uma referência comunitária. Os jovens do Fazenda Castro, público prioritário do programa iam à oficina quando no San Genaro, mas a circulação provocava tensões e riscos, ou seja, nesse ponto estratégico, a oficina se aproximou dos jovens e está favorecendo proteção.

Cabana, Morro das Pedras, Vila Cemig e Vila Pinho (Belo Horizonte)

A partir do acompanhamento da retomada das oficinas nos quatro CPC'S de Belo Horizonte: Cabana, Morro das Pedras, Vila Cemig e Vila Pinho, foi possível perceber um elemento em similaridade, conhecido de longa data pelo Fica Vivo!, mas que passou a se apresentar como um maior desafio, a saber: o alto número de oficinas de esportes em detrimento de oficinas de outras modalidades.

Nas quatro equipes, o plano de retomada privilegiou oficinas de cultura para o início das atividades, tais como: funk, dança, grafite, cabelereiro, percussão, entre outras..., sem dificuldades de diálogos com oficinairos e público sobre as diretrizes que imprimem mudanças (controle e limitações maiores) no espaço das oficinas. Essa retomada com sucesso nas oficinas de modalidades diferentes das esportivas, parece denotar que em outras modalidades e em espaços com número menor de adolescentes e jovens, o fortalecimento de vínculo é mais facilitado e mais possível, bem com a construção coletiva de acordos de convivência. Então, faz-se necessário que essa inferência seja melhor analisada e considerada a longo prazo pelo Programa que tem buscado melhorias em sua metodologia.

Em contrapartida, as oficinas de esportes, para atenderem os critérios de retomadas precisaram readequar seus projetos, proposta que apenas alguns oficinairos toparam. O desafio de alteração está para além da modalidade, visto que a tendência é que oficinas de esportes atendam números elevados de jovens, o que implicaria toda uma organização de escala de participantes. Os espaços das oficinas, também precisariam ser alterados: de aberto, público, para fechado e controlado, o que parece simples, mas que toma grandes proporções grupais e comunitárias.

Mesmo diante desse contexto, alguns oficinairos mudaram suas modalidades de futsal, futebol... para jogos de mesa e tabuleiros e as oficinas tem fluído, mas com número de jovens bem reduzido (até 8 jovens), sendo esses jovens, aqueles que a priori se apresentaram como multiplicadores ou com maior vinculação com o Programa. Ademais, essa situação parece evidenciar que nem sempre a demanda substituída por outra é acolhida e resta-nos apostar na continuidade do diálogo acerca da provisoriade da estratégia e incluí-los nas elaborações de novas propostas.

É essencial dizer que em alguns territórios, os campeonatos locais de esportes continuam a todo vapor, sem precauções diante do cenário da pandemia. Assim, alguns jovens tem encontrado espaços de atividades e interações que parecem substituir nossa oferta de oficina com limitações, o que nos faz repensar nossa prática e nossa vinculação estabelecida outrora. Demonstra também, que anterior à retomada das oficinas de esportes, em qualquer tempo, se faz necessário um trabalho de rede comunitária e institucional, que dê conta de acessar o coletivo e provocá-lo a ações que considerem suas condutas de risco.

Longe de pré-concepções e julgamentos que criminalizem os coletivos de esportes, as políticas públicas precisam pensar e analisar criticamente os diversos fenômenos, para além da pandemia, que incidem sobre as comunidades, regulando e precarizando ainda mais seus modos de existência, bem como considerar a forma com as comunidades respondem a eles, se incluindo na co-responsabilidade de construir soluções. Afinal, os campeonatos existiam anterior à pandemia e as vulnerabilidades e o descrédito municipal e estatal às formas coletivas de organização da periferia, também.

Juiz de Fora (Olavo Costa) e Montes Claros (Santos Reis)

Como relatado no documento produzido no período de avaliação anterior as oficinas do Programa Fica Vivo! Seguem como importantes estratégias para o controle de homicídios nos territórios. É importante ressaltar, que, diante da pandemia de Covid 19, as oficinas e os oficinairos tem adicionado a sua rotina as pautas da biossegurança e de medidas sanitárias para a redução do risco de contágio por Covid-19.

Olavo Costa:

As oficinas do Programa Fica Vivo! Olavo Costa tem apresentado números bastante satisfatórios para o momento. No mês de Setembro de 2020 a equipe iniciou o plano de retomada com a (re) implantação de 03 oficinas. Desde então os analistas sociais tem direcionados os esforços para a retomada das oficinas em sua totalidade, sendo que em Dezembro de 2020 o programa conta com 06 oficinas funcionando regularmente e com plena adesão as medidas sanitárias preconizadas pelos órgãos de saúde.

Os indicadores do Programa Fica Vivo!, a saber: **a) Número de encontros de oficinas executados; b) Média mensal de jovens participantes de oficinas; c) Número acumulado de atendimentos realizados pelo programa; d) Média mensal de projetos de oficinas executados**, seguem abaixo dos pactuados, contudo apresentam crescimento mês após mês, indicando a capilaridade das oficinas no território e também a capacidade de mobilização e organização dos oficinairos e oficinairas junto aos adolescentes e jovens, público prioritário do Programa. Este dado nos é bastante caro, pois após o longo período de suspensão das oficinas devido a pandemia da Covid-19, o desenlace dos adolescente e jovens se apresentou de forma objetiva em muitos dos territórios onde o programa atua, porém as intervenções da equipe técnica junto as redes no Olavo Costa e na cidade de Juiz de Fora apontaram alternativas interessantes para a retomada nas demais localidades.

É importante pontuar que a macro região do Estado de Minas Gerais onde o município se encontra esta atualmente na onda vermelha do programa Minas Consciente. Tal classificação tende a acarretar em nova suspensão das oficinas.

Santos Reis

A unidade de prevenção Santos Reis em Montes Claros iniciou o plano de retomada das oficinas juntamente com o município de Juiz de Fora, contudo os territórios vivem momentos distintos naquilo que toca a participação dos adolescentes e jovens nas oficinas do Programa Fica Vivo!

Historicamente o programa Fica Vivo! Santos Reis utiliza das ruas, praças, becos e vielas como espaço para a realização das oficinas, tal prática se dá por vários fatores, mas principalmente amparada por dois pilares muito característicos do território; A) Vocação da juventude em ocupar as ruas do território; B) Falta de equipamento público para o lazer e práticas esportivas.

A voca o da juventude deste território para a socializa o no espaço público *versus* a ausência de equipamentos adequados invariavelmente causa tensionamentos na rela o entre juventudes e institui es, comunidade e entre os jovens. Nos últimos anos o Programa Fica Vivo! vem se consolidando como interlocutor das pautas das juventudes do Santos Reis com os demais atores, pois a *disputa* pela rua quase nunca se acomoda. A rua em Montes Claro e principalmente no Santos Reis poderia muito bem ser traduzida por Guimarães Rosa (...) esquentada e esfria, apertada e da  afrouxa, sossega e depois desinquieta...

  frente a estas especificidades que o Programa Fica Vivo! vem buscando se adequar ao cenário imposto pela pandemia da Covid-19, a localiza o e a posterior utiliza o de espaços, que permitam a execu o segura das oficinas foi e permanece sendo um desafio para a equipe do Programa. Assim sendo o Programa conta com 03 oficinas em execu o atualmente e cumprindo integralmente os protocolos de segurança frente   pandemia.

Outra característica importante no município de Montes Claros   a faixa etária dos jovens participantes das oficinas. As oficinas tendem a ser acessadas por adolescentes e jovens, com destaque para a presença de jovens acima de 17 anos, que, de algum modo, acessam o mercado de trabalho (formal ou informal). E os impactos financeiros da pandemia no município fizeram com que parcela significativa destes jovens retomassem trabalhos nas regiões rurais dos municípios e ou se lançassem ao comércio de mercadorias vindas de São Paulo em cidades do entorno de Montes Claros.

Atualmente os analistas sociais juntamente   gestão social e supervisão metodológica, tem traçado estratégias junto às redes sócio comunitárias para o fortalecimento das pautas do programa no intuito de potencializar as demais formas de atendimento aos adolescentes e jovens previstas na metodologia deste programa.

Betim

O município de Betim conta atualmente com 03 unidades de preven o   criminalidade, Citrol ndia 06 oficinas ativas, Jardim Teresópolis 03 oficinas ativas e PTB 03 oficinas ativas.

A retomada das oficinas no município se deu em constante diálogo com as institui es responsáveis pelo enfrentamento da pandemia de Covid-19 em Betim. As implanta es respeitaram as características sociais, urbanísticas e também a dinâmica em cada um dos territórios onde o Programa Fica Vivo! atua.

O Citrol ndia iniciou o processo com 03 oficinas implantadas e tendo em vista a extensão territorial e também a procura dos adolescentes e jovens por atendimento em oficinas foram implantadas outras 03 oficinas, todas em consonância com o plano de retomada e medidas de enfrentamento e preven o   covid-19. As oficinas têm contado com a participa o de um número satisfatório de adolescentes e jovens e em alguns casos extrapolando o número máximo estabelecido no plano de retomada, que fez necessária a interven o da equipe técnica junto aos oficineiros e jovens.

No Teresópolis foram implantadas três oficinas, diferentemente dos demais territórios do município de Betim, as oficinas tem demandando maior aten o dos profissionais, pois a dinâmica tem dificultado a implanta o de novas oficinas. Além da maior resistência dos adolescentes e jovens em utilizar o equipamentos de prote o individual, deste modo, a equipe tem trabalhando incessantemente na conscientiza o do público prioritário do Programa.

A unidade PTB tem atualmente três oficinas ativas e sem questões relevantes, os adolescentes e jovens tem mantido a frequência e com boa adesão as normas de segurança e cuidado. A equipe esta preparando a segunda onda de oficinas levando em conta as solicita es dos adolescentes e jovens e também da rede sócio-comunitária.

Belo Horizonte (PPL, Taquaril, Santa Lúcia e Serra)

No mês de novembro de 2020 ocorreu o processo de retomada nas oficinas de Belo Horizonte e o processo foi similar ao realizado anteriormente nos demais territórios. Apresentarei algumas questões globais e outras especificas surgidas a partir da retomada das oficinas em Belo Horizonte e nas localidades citadas.

Em Belo Horizonte, as escolas da rede municipal de ensino são uma das principais parcerias do Programa Fica Vivo!, sobretudo na cessão de espaço para a execu o de oficinas e o fechamento das Escolas Municipais por conta da pandemia da Covid-19, foi e tem sido um grande dificultador para a retomada das oficinas. Nos territórios da PPL, Taquaril, Serra e Santa Lúcia a dificuldade   majorada, pois tratam-se de localidades com grande ocupa o territorial e densidade demográfica, geralmente tais territórios apresentam poucas praças para a realiza o de oficinas, assim a indisponibilidade das escolas foi um desafio comum às equipes

destas localidades.

Pedreira Prado Lopes conta com três oficinas ativas, que tiveram seu início em dezembro de 2020, foram necessárias adequações aos ofícios ministrados e também aos locais utilizados anteriormente. As oficinas têm contado com adesão de adolescentes e jovens e o número de adeptos vem crescendo paulatinamente. A unidade de prevenção do Taquaril tem utilizado do espaço do Cpc como estratégia para a ausência de instituições para a execução de oficinas atualmente. O programa conta com seis oficinas em execução no território sendo elas de *cabeleleiro*, *funk*, *jogos de mesa*, *maquiagem* e *hapkido*. As oficinas tem sido uma importante estratégia de fortalecimento de laço com os adolescentes e jovens do território.

Santa Lucia e Serra iniciaram os processos de implantação em dezembro de 2020 e as equipes técnicas e oficinairos e oficinairas tem encontrado dificuldades na localização de espaços adequados para a prática das oficinas do Programa Fica Vivo! Assim, cada território possui 02 oficinas implantadas. As oficinas têm ocorrido em espaços próprios dos oficinairos e oficinairas e ou em locais cedidos em parceria. É salutar trazer, que as oficinas em execução atualmente tem conseguido cumprir com os objetivos previstos na metodologia do programa. E atualmente as equipes com o apoio da gestão social e supervisão metodológica tem buscando alternativas nos territórios para o aumento da oferta de oficinas aos adolescentes e jovens.

Na Tabela 5 pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Tabela 4 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	MÉDIA 7° PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA 8° PA
BELO HORIZONTE-CABANA	0,00	0	4	23	9,00
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	0,00	0	4	40	14,67
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	0,00	0	7	24	10,33
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	0,00	0	6	28	11,33
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	-	-	-	-	-
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	0,00	0	6	29	11,67
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	0,00	0	0	17	5,67
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	0,00	0	0	28	9,33
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	0,00	0	0	13	4,33
BELO HORIZONTE-SERRA	0,00	0	0	14	4,67
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	0,00	0	0	37	12,33
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	0,00	0	13	49	20,67
BETIM-CITROLÂNDIA	0,00	4	31	56	30,33
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	0,00	3	23	27	17,67
BETIM-PTB	0,00	6	25	28	19,67
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	0,00	0	4	27	10,33
CONTAGEM-RESSACA	0,00	0	8	21	9,67
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	0,00	0	20	14	11,33
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	0,00	0	25	10	11,67
IPTATINGA-BETHÂNIA	-	-	-	-	-
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	9,00	29	29	58	38,67
MONTES CLAROS-CRISTO REI	-	-	-	-	-
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	7,33	26	23	27	25,33
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	0,00	0	9	28	12,33
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	-	-	-	-	-
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	0,00	0	0	27	9,00
SANTA LUZIA-PALMITAL	9,00	26	34	46	35,33
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	8,33	29	31	44	34,67
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	-	-	-	-	-
UBERLÂNDIA-MORUMBI	0,00	0	0	0	0,00
VESPASIANO-MORRO ALTO	5,33	18	15	19	17,33
TOTAL	39,00	141	317	734	397,33

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
5.400	624

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A mesma discussão estabelecida no indicador 2.1 é válida para o indicador 2.2. Como praticamente não houve execução de oficinas do Programa Fica Vivo no período, solicita-se a exclusão do computo desse indicador na avaliação do contrato de gestão do período.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) foram atendidos em média 624 jovens nas 87 oficinas em execução até dezembro de 2020. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	MÉDIA 7º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA 8º PA
BELO HORIZONTE-CABANA	0,0	0	16	35	17,0
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	0,0	0	11	54	21,7
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	0,0	0	22	37	19,7
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	0,0	0	28	32	20,0
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	-	-	-	-	-
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	0,0	0	32	31	21,0
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	0,0	0	0	37	12,3
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	-	-	-	-	-
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	0,0	0	0	25	8,3
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	0,0	0	0	19	6,3
BELO HORIZONTE-SERRA	0,0	0	0	23	7,7
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	0,0	0	0	74	24,7
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	0,0	0	27	48	25,0
BETIM-CITROLÂNDIA	0,0	32	74	95	67,0
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	-	-	-	-	-
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	0,0	18	28	35	27,0
BETIM-PTB	0,0	23	46	63	44,0
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	0,0	0	11	35	15,3
CONTAGEM-RESSACA	0,0	0	17	18	11,7
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	0,0	0	26	20	15,3
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	0,0	0	51	30	27,0
IPTATINGA-BETHÂNIA	-	-	-	-	-
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	10,0	32	31	55	39,3
MONTES CLAROS-CRISTO REI	-	-	-	-	-
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	8,7	28	35	32	31,7
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	0,0	0	26	35	20,3
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	-	-	-	-	-
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	0,0	0	0	29	9,7
SANTA LUZIA-PALMITAL	15,0	55	65	71	63,7
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	11,0	34	43	57	44,7
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	-	-	-	-	-
UBERLÂNDIA-MORUMBI	0,0	0	0	0	0,0
VESPASIANO-MORRO ALTO	7,3	24	25	22	23,7
TOTAL	52,0	246	614	1012	624,0

No indicador 2.1 apresenta-se com detalhes o processo de retomada das oficinas e as circunstâncias nas quais elas funcionaram durante o 8ºPA.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
79.581	34.402

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A mesma discussão estabelecida no indicador 2.1 é válida para este indicador que no trimestre teve desempenho afetado de maneira direta pela suspensão das oficinas. Assim, os resultados desse indicador correspondem, em bora medida, aos atendimentos realizados nos meses de janeiro a março de 2020. A despeito disso, com a retomada do trabalho presencial das equipes, foram realizados também atendimentos nas modalidades de atendimento individual descritos abaixo, bem como nas oficinas nas localidades em que houve retomada.

Tabela 6 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	5º AO 7º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	1339	0	16	35	1390
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	930	5	13	74	1022
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	971	3	27	38	1039
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	919	5	27	33	984
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	874	-	-	-	874
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	810	7	41	32	890
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	808	1	0	38	847
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	963	-	-	-	963
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	956	1	0	27	984
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	714	3	2	21	740
BELO HORIZONTE-SERRA	879	1	0	23	903
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	1046	0	2	78	1126
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	1224	22	44	62	1352
BETIM-CITROLÂNDIA	1087	25	77	98	1287
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	1072	-	-	-	1072
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	1346	20	29	35	1430
BETIM-PTB	907	23	47	63	1040
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	1547	1	11	38	1597
CONTAGEM-RESSACA	548	9	29	22	608
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	911	16	28	36	991
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	973	2	66	42	1083
IPTATINGA-BETHÂNIA	880	-	-	-	880
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	552	32	32	57	673
MONTES CLAROS-CRISTO REI	686	-	-	-	686
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	1340	31	47	47	1465
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	942	1	27	36	1006
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	809	-	-	-	809
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	923	2	5	34	964
SANTA LUZIA-PALMITAL	1566	62	67	73	1768
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	1253	34	43	63	1393
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	612	-	-	-	612
UBERLÂNDIA-MORUMBI	702	9	10	3	724
VESPASIANO-MORRO ALTO	1128	25	25	22	1200
TOTAL	32.217	340	715	1130	34.402

No indicador 2.1 apresenta-se com detalhes o processo de retomada das oficinas e as circunstâncias nas quais os atendimentos foram ofertados em cada um dos territórios durante o 8ºPA.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
405	232

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. As ações vinculadas a este Eixo, para fins desse indicador, são: a) as reuniões periódicas entre GEPAR (Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco) da Polícia Militar de Minas Gerais, equipes técnicas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e gestores sociais responsáveis pela coordenação das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local; b) funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica.

Este indicador visa mensurar:

- 1) Quantidade de reuniões periódicas entre GEPAR, equipes técnicas e gestores sociais através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! que devem ocorrer no mínimo 1 (uma) vez ao mês em cada um dos 33 (trinta e três) territórios de atuação e que possuem como principais pautas: estudo da dinâmica da violência e da criminalidade; definição, monitoramento e avaliação de ações conjuntas pactuadas para promoção da qualidade de vida e da segurança local;
- 2) Quantidade de participação dos gestores das Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local, representando a proteção social, nas reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica - GIE, que ocorrem com agendas distintas e pré-definidas para cada município de atuação do Programa, totalizando uma média de 6 encontros por mês, tendo como principal objetivo a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Para isto, é imprescindível que se crie uma rede de informações, sendo fundamental a realização de reuniões envolvendo os representantes do GIE.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) foram realizadas acumuladamente 232 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 297, foi realizado 51,51% do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 7 – Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC

UPC	5º AO 7º PA	OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL
		GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	GEPAR	GIE	
BELO HORIZONTE-CABANA	4	1	0	1	1	2	0	9
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	5	1	0	1	1	1	0	9
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	4	0	1	0	0	0	0	5
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	7	1	0	1	1	0	0	10
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	3	0	0	0	0	0	0	3
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	6	2	1	2	1	1	0	13
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	3	1	0	1	1	0	0	6
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE MAIO	1	0	0	0	0	0	0	1
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	7	0	1	1	0	0	0	9
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	3	0	1	0	0	0	0	4
BELO HORIZONTE-SERRA	5	1	1	0	0	0	0	7
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	4	0	1	1	0	0	0	6
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	7	1	0	1	1	1	0	11
BETIM-CITROLÂNDIA	3	1	1	0	0	1	0	6
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	4	0	0	0	0	0	0	4
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	8	1	1	1	0	0	0	11
BETIM-PTB	4	1	1	1	0	0	0	7
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	5	0	0	1	1	0	0	7
CONTAGEM-RESSACA	4	0	0	1	1	0	0	6
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	6	1	1	1	0	0	0	9
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	3	1	1	1	0	1	0	7
IPTATINGA-BETHÂNIA	4	0	0	0	0	0	0	4
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	8	1	0	1	0	1	0	11
MONTES CLAROS-CRISTO REI	2	0	0	0	0	0	0	2
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	6	2	0	0	0	1	1	10

RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	5	1	0	1	1	0	0	8
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	2	0	0	0	0	0	0	2
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	5	1	0	1	1	0	0	8
SANTA LUZIA-PALMITAL	6	0	0	1	0	1	1	9
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	8	1	0	1	0	1	1	12
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	1	0	0	0	0	0	0	1
UBERLÂNDIA-MORUMBI	3	0	0	0	0	0	1	4
VESPASIANO-MORRO ALTO	7	1	1	1	0	1	0	11
TOTAL	153	20	12	21	10	12	4	232

A partir do estabelecimento de diretrizes entre as Unidades de Prevenção à Criminalidade e GEPAR as reuniões são estabelecidas com o objetivo de aprimorar a atuação conjunta, a convivência e articulação visando maior eficácia das ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos cidadãos das áreas atendidas. Nesses espaços devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e criminalidade para favorecer a construção, avaliação e o monitoramento de ações conjuntas na promoção da qualidade de vida e segurança local.

Do total de reuniões necessárias entre as 26 Unidades de Prevenção e o GEPAR e também nos Grupos de Intervenção estratégicas foram realizados 57,28% delas em 2020. Tivemos a continuidade do cenário positivo apresentado no período avaliatório anterior com a manutenção de um número considerável de reuniões realizadas. As sinalizações sobre a importância dessa parceria e o sentido da realização dessas interlocuções foram de suma importância para o processo de maior cuidado e priorização dessas atividades pelos Gestores Sociais, dado o escopo de efetividade esperado nessa troca e a complexidade das pautas que devem ser contempladas nas reuniões com o objetivo de favorecer uma atuação conjunta entre a repressão qualificada e a proteção social. O mês de dezembro comportou um maior número de justificativas de não realização das reuniões por trazer especificidades do período de férias das referências e dificuldades na construção das agendas dos atores.

Ao analisarmos os fatores/desafios que justificaram a não realização das reuniões com o GEPAR no período avaliatório, nos deparamos com mais ou menos 47% período de férias comandante GEPAR/licença médica, 43% respondendo pela indisponibilidade de agendas dos atores envolvidos nessa interlocução e 8% período de férias da Gestão Social/licença médica.

O mês de dezembro respondeu com significativa redução do número de encontros com a apresentação de justificativas relacionadas à indisponibilidade de agenda dos atores. A maioria delas evidenciou a dificuldade do ator Polícia Militar (GEPAR) por conta do envolvimento em outras atividades identificadas por eles enquanto prioritárias (operações de final de ano). As demais justificativas apresentadas para não realização das reuniões são pontos menores e totalmente admissíveis como férias/licença médica da gestão social ou comandante do GEPAR.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Se Liga

Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga

Meta do período avaliatório**Resultado do período avaliatório****370****301****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: o Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do acompanhamento de adolescentes que concluíram, ou estão em processo de desligamento das medidas de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo o programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades:

1) Modalidades no pré-desligamento:

a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados pelos Analistas Sociais aos adolescentes em processo de desligamento. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga.

b) Oficinas Introdutórias: oficinas de apresentação do Programa destinadas a todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação nas Unidades Socioeducativas com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso ao Programa Se Liga.

c) Oficinas Temáticas Internas: oficinas com diferentes temáticas que ocorrem nas Unidades Socioeducativas destinadas aos adolescentes em processo de desligamento que remetam ao período pós-desligamento, de forma a despertar o interesse deste público específico pelo Programa Se Liga.

d) Oficinas Temáticas Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade.

e) Atividades culturais: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção.

f) Ações com familiares: ações que proporcionam espaços de fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e as famílias frente aos entraves que fragilizam os laços entre eles, como a distância entre a residência e a Unidade, por exemplo.

2. Pós-desligamento

a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados aos adolescentes egressos do Sistema Socioeducativo a partir de escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem após o desligamento e o estudo dos efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e subjetivos.

b) Oficinas: são estratégias pontuais de atividades coletivas, sempre orientadas por temáticas que tangenciam as possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, como profissionalização, trabalho e renda, por exemplo.

Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima. Nas modalidades coletivas, será considerada a quantidade de participantes em cada atendimento realizado.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) foram realizados acumuladamente 301 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 370, atingiu-se 81,35% do estabelecido. Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga

Tipos de atendimentos	Nº
Atividade de Apresentação	108
Atendimento Individual	193
Oficinas Temáticas INTERNAS à Unidade	0

Oficinas Temáticas EXTERNAS à Unidade	0
Atividade Cultural	0
Atividade com Familiares	0
Total	301

O Programa Se Liga, tal como os outros programas da Política de Prevenção, tem suas intervenções fundamentadas no contato presencial com seu público, a saber, adolescentes e jovens egressos do Sistema Socioeducativo, como a adoção de medidas de distanciamento estabelecida pelos protocolos públicos essas ações praticamente foram inviabilizadas até o mês de agosto de 2020. Com a retomada das atividades presenciais houve uma ampliação dos atendimentos ofertados sendo que em agosto de 2020 já foram realizados 42 atendimentos e em setembro 37 em outubro o programa chegou a realizar 52 atendimentos, em novembro 117 e por fim em dezembro 20. No mês de dezembro o programa teve um parte importante da equipe contaminada com coronavírus o que impediu o trabalho durante boa parte do mês, além de colocar em teletrabalho todos os outros que tiveram contato com as pessoas infectadas, mas que não pegaram o vírus. Isso impactou de maneira significativa na não realização da meta.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Se Liga

Indicador nº 3.2. Percentual de adesão do Egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga

Meta do período avaliatório**Resultado do período avaliatório****60%****9%****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O Programa Se Liga acompanha os adolescentes que concluíram a medida de semiliberdade ou internação, constituindo-se como oferta de um dispositivo na cidade no qual o adolescente se vincula por adesão voluntária. É um espaço que tem por premissa acolher o adolescente e seus impasses com a liberdade, trabalhando a relação deste com suas escolhas e sua rede de proteção. Neste sentido, opera-se de modo a corroborar com a construção de alternativas ao ato infracional, podendo envolver a continuidade das ações iniciadas e/ou apontadas pela Unidade de semiliberdade e internação, assim como novas escolhas do adolescente que surgem diante do desligamento da medida. Para tanto, os analistas precisam construir uma vinculação do adolescente ao Programa, justamente porque as intervenções dependem de um conjunto de atendimentos continuados.

Desta forma, este indicador visa avaliar a adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga. Para fins deste indicador, o percentual de adesão será calculado pelo número de adolescentes que foram atendidos em qualquer das modalidades do pré-desligamento sobre o número de adolescentes incluídos em qualquer das modalidades do pós-desligamento.

A mensuração do indicador de adesão necessita de um volume regular de atendimentos no programa já que é contabilizado a partir dos retornos. Como ainda se tem um volume pequeno de adolescentes incluídos a contabilização do indicador fica comprometida. Nesse período o programa já havia incluído 28 adolescentes no seu acompanhamento, contudo, devido as restrições de atendimentos e à questão específica da equipe no mês de dezembro os retornos ou as ofertas de atendimentos foram restritas o que afetou de maneira decisiva o indicador.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Se Liga

Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas

Meta do período avaliatório**Resultado do período avaliatório****184****700****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: as articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada à estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos.

O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados.

Para fins deste indicador, deverão ser considerados:

- 1) Estudos de casos realizados pela equipe técnica junto à Unidade Socioeducativa antes do desligamento dos adolescentes.
- 2) Articulações entre a equipe e as Unidades Socioeducativas para a construção dos atendimentos a serem realizados na Unidade em qualquer modalidade.

Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas nas modalidades acima.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) foram realizados acumuladamente 700 ações estratégicas junto as Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 184, atingiu-se 3,8 vezes o estabelecido. Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

Tabela 9 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas

Tipos de ações	Nº
Articulações entre a Equipe e as Unidades Socioeducativas	563
Estudo de caso	137
Total	700

Tanto as articulações entre a equipe técnica do programa e as Unidades Socioeducativas quanto os estudos de caso constituem atividades que visam garantir uma articulação e conhecimento sobre os adolescentes pré-egressos e egressos do Sistema Socioeducativo para viabilizar a execução e oferta de atividades ao público coerentes e sistemáticas.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
42.649	32.819
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
<p>Descrição: Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais; 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores; 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de <p>Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença;</p> <ol style="list-style-type: none"> 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença. 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença. <p>Assim como no relatório anterior, antes de traçar as análises de metas atinentes ao 8º período avaliatório, faz-se necessário tratar, ainda que de forma mais generalizada, o cenário vivenciado no trimestre em análise. Isto porque as estratégias construídas para compatibilizar o respeito às medidas preventivas para conter disseminação do Coronavírus à pauta das Alternativas Penais foram implementadas e surtiram efeito no decorrer deste período, e impactaram diretamente o desempenho dos indicadores.</p> <p>Levando em consideração que a situação de emergência em saúde pública decorrente de pandemia causada pelo Coronavírus¹ ainda está em vigor, novos preceitos que regulamentam o funcionamento e organização dos serviços públicos foram editados e surtiram efeitos diversos nos municípios em que a CEAPA atua. Dentre eles, destaca-se a Portaria Conjunta nº 1047/2020 da Presidência do TJMG que estabeleceu a retomada das atividades presenciais nas comarcas e deu providências sobre o funcionamento e organização do Poder Judiciário.</p> <p>A partir daí, nos municípios em que a CEAPA atua, os efeitos provocados pela Portaria foram variados, visto que o funcionamento dos serviços é baseado nos parâmetros do Plano Minas Consciente – que leva em consideração informações de diversas instituições e entidades para sugerir a retomada do comércio, serviços e outros setores. Desta maneira, enquanto em alguns municípios houve maior flexibilização, outros passaram a ter, em determinados momentos, regras mais rígidas, que impactaram tanto no funcionamento da rede parceira quanto da própria Unidade de Prevenção à Criminalidade.</p> <p>Ainda neste sentido, no decorrer do trimestre foi possível a retomada, de forma gradual, dos trabalhos presenciais nas 14 Unidades de Prevenção à Criminalidade que contam com o Programa CEAPA. Cumpre observar, no entanto, que tal reinício não representa o funcionamento pleno e nos mesmos moldes metodológicos adotados costumeiramente. Parte da equipe – que faz parte do grupo de maior risco ao Coronavírus – ainda permanece em teletrabalho, os atendimentos ainda são priorizados em formato não presencial (contato telefônico ou videoconferências) e, gradativamente, o cumprimento das alternativas penais vem sendo reconstruído.</p> <p>Neste viés, é fundamental registrar os efeitos relativos à Orientação Técnica emitida pelo Conselho Nacional de Justiça em 27 de abril de 2020. Além de orientar juízes sobre medidas que visam conter a proliferação do COVID-19, o documento sugere a dispensa do cumprimento de determinadas Alternativas Penais e a computação do período como adimplemento das mesmas. Assim, as intervenções realizadas tanto com o público quanto com a rede de Alternativas Penais foram impactadas e influenciadas pelo posicionamento do Poder Judiciário diante da Orientação. Enquanto alguns magistrados se manifestaram de forma irrestrita e reconhecendo o fato impeditivo decorrente de força maior, outros se abstiveram, não reconheceram, ou mesmo colocaram condições para a contabilização.</p> <p>Portanto, coube à Supervisão Metodológica acompanhar as instabilidades que se apresentaram para que a partir delas fossem realizadas constantes leituras, construções e adaptações nos moldes de trabalho das equipes, e para que estratégias de intervenção com o público e rede parceira fossem efetivas e condizentes com o cenário. Além disso, realizou diversos alinhamentos a partir da realidade de cada equipe; e participou de grande volume de reuniões e espaços estratégicos – inclusive com o Poder Judiciário, para apoio nas articulações relativas às temáticas supracitadas.</p> <p>Em virtude destas considerações, pode-se afirmar que, a partir das decisões do Poder Judiciário, a Central de Acompanhamento de Alternativas Penais inicia, de forma ainda incipiente, o regresso ao eixo de monitoramento do cumprimento de alternativas penais, mas ainda encontra entraves em sua execução metodológica – que impactam diretamente nos indicadores.</p>	

¹ Estabelecida pelo Decreto com Numeração Especial 113 de 12/03/2020.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) foram realizados acumuladamente 32.819 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 42.649, atingiu-se 76,95% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA					
UPC	5º AO 7º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI (atividades suspensas em 06/2020)	675	-	-	-	675
BELO HORIZONTE	5232	619	630	383	6864
BETIM	1944	222	194	155	2515
CONTAGEM	1675	181	187	124	2167
DIVINOPOLIS	1029	159	156	152	1496
GOVERNADOR VALADARES	999	124	143	96	1362
IBIRITE	932	80	45	81	1138
IPATINGA	2339	330	276	224	3169
JUIZ DE FORA	2330	267	320	319	3236
MONTES CLAROS	1089	134	135	187	1545
R. DAS NEVES	1235	148	98	79	1560
SANTA LUZIA	1052	119	99	104	1374
SETE LAGOAS	1071	149	164	165	1549
UBERABA	1230	115	126	137	1608
UBERLÂNDIA	1254	201	247	235	1937
VESPASIANO (atividades suspensas em 06/2020)	624	-	-	-	624
TOTAL	24.710	2848	2820	2441	32.819

Antes de analisar de maneira mais direta os indicadores do programa no 8º PA, é imprescindível tratar o contexto social no qual as atividades do Programa CEAPA foram desenvolvidas. Isso porque, a pandemia provocada pelo Novo Coronavírus ainda impactou o cumprimento das metas e atravessou o acompanhamento do público.

De antemão, é preciso observar que quando comparado aos demais períodos avaliatórios, as estratégias construídas para compatibilizar medidas de saúde pública à pauta das Alternativas Penais mostram-se ainda mais consolidadas e alinhadas com a metodologia do Programa.

Neste sentido, em todas as Centrais, os atendimentos presenciais passaram a ser desenvolvidos com maior vigor - seja em modalidade individual e/ou coletiva- e, o cumprimento das Alternativas Penais foi retomado em maior volume. Com isso, as articulações de rede passaram a ser ainda mais estratégicas e visaram, em sua maioria, a reinserção do público. Além disso, também tomaram força os formatos coletivos não presenciais - que foram amplamente desenvolvidos com os parceiros e com o público atendido.

Ainda nessa toada, o Poder Judiciário – que teve seu funcionamento regulamentado pela Portaria Conjunta nº1047/2020 da Presidência do TJMG – retomou a obrigatoriedade e a contagem de prazos processuais e, passou a realizar, mesmo que de forma incipiente, audiências e intimações através das quais novas inscrições no Programa tiveram maior vulto. Além disso, os parâmetros estabelecidos pelo Plano Minas Consciente, permitiu em maior escala o funcionamento dos serviços no decorrer do trimestre. Por outro lado, no mês de dezembro, o aumento dos casos de infecção pelo novo Coronavírus, levou novas restrições ao trabalho presencial das equipes de Ipatinga, Juiz de Fora e Governador Valadares.

Posta assim a questão, ainda que o ciclo em análise seja relativo ao último trimestre de 2020, mostra-se pertinente nas análises desenvolvidas neste relatório destacar os eventos que desde o final do 5º período avaliatório, geram consequências nos indicadores. Somado a tal pressuposto, o 8º período avaliatório encerra o ano de 2020 e, por isso, análises mais ampliadas tomam importância ainda maior.

Neste cenário, coube à Supervisão Metodológica e os outros atores de ponta lançar esforços para acompanhar a evolução dos trabalhos desenvolvidos e, a partir disso, criar estratégias de monitoramento, acompanhamento do público e intervenções com a rede. Assim, alinhada com Princípios e Diretrizes nacionais, buscou, a todo momento, preservar a base metodológica na qual a CEAPA se firma. Por isso, realizou diversos alinhamentos a partir da realidade de cada equipe; participou de grande volume de reuniões e espaços estratégicos – inclusive com o Poder Judiciário, para apoio nas articulações relativas às temáticas supracitadas - e; realizou diversas capacitações que fomentaram inovações e promoveram a circulação de informações e experiências entre as equipes.

Por todo o exposto, pode-se afirmar que, mesmo que a Central de Acompanhamento de Alternativas Penais se aproxima de seu eixo originário de monitoramento de alternativas penais, ainda encontra entraves em sua execução metodológica que impactam diretamente nos indicadores.

O indicador referente ao número acumulado de atendimentos do Programa tinha como meta, no trimestre, a realização de 42.649 atendimentos. Ainda que tenha aumentado sua realização em 27% quando comparado ao período anterior, o quantitativo não foi atingido, visto que foram realizados pelo Programa CEAPA 32. 819 atendimentos, ou seja, 76,95% da meta.

Para tecer análises relativas ao desempenho, faz-se necessário registrar que o Indicador I é composto por variadas formas de atendimentos realizados pelo Programa: Atendimentos de Inscrição; Atendimentos de Acompanhamento; Atendimentos Grupais de PSC; Atendimentos Grupais de PEAP; e Atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa. Por isso, reflete frentes de trabalho diversas que podem oscilar de acordo com a realidade de cada município e, está suscetível, em diferentes escalas, aos impactos de ações da CEAPA, de terceiros ou de força maior - como ocorreu no período em análise.

Levando em consideração tal complexidade, é importante analisar a execução do indicador, a partir das modalidades desenvolvidas:

- a) *Atendimentos individuais de inscrição*: tendo em vista a Portaria Conjunta da Presidência nº1047/2020 do TJMG, atividades jurisdicionais foram retomadas em meados do mês de setembro. Por este motivo, audiências e intimações foram realizadas com maior frequência em algumas das comarcas nas quais a CEAPA atua. Com isso, percebe-se que os atendimentos de inscrição no Programa se avultaram, na medida em que mais pessoas foram encaminhadas para inaugurar o adimplemento de Alternativas Penais.
- b) *Atendimentos de acompanhamento*: ainda como consequência da Portaria Conjunta da Presidência nº1047/2020, a obrigatoriedade de cumprimento das Alternativas Penais tornou a ter vigor e, desta maneira, o público que teve o cumprimento suspenso, retomou o cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade. Somado a tal fato, as equipes técnicas se empenharam para reinserir o público no cumprimento, acompanharam com maior proximidade o desenvolvimento das atividades e, neste sentido, tornou-se ainda mais ativa nesta frente de trabalho. Diante das dificuldades apresentadas, lançou mão de estratégias de contatos através ligações ou através do aplicativo Whatsapp - que, motivaram maior volume de atendimentos de acompanhamento em modalidade presencial se comparado ao período anterior.
- c) *Atendimentos Grupais de PSC; Atendimentos Grupais de PEAP; e Atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa*: como as três modalidades são desenvolvidas de forma coletiva, os atendimentos grupais são os que ainda sofrem maior impacto das restrições impostas pelo novo Coronavírus. Isso porque, para evitar a aglomeração de pessoas, o contato pessoal e a circulação do público, a execução de diversos Projetos de Execução de Alternativas Penais foi suspensa ou adaptada para modalidade virtual. Ainda que já executadas em maior volume, nesta última, é incluído menor quantitativo de pessoas e, além disso, para que a demanda de casos seja contemplada de forma mais ágil, o número de encontros de alguns Projetos foi reduzido – fatos que promovem menor quantitativo de atendimentos por grupos. Apesar das dificuldades, é indubitável o avanço do Programa na adaptação desta modalidade às restrições provocadas pela situação pandêmica e o maior desenvolvimento metodológico deste formato. Da mesma maneira, o público aderiu aos encontros com facilidade e participou de maneira ativa nas construções de discussões referentes às temáticas tratadas – o que garante a efetividade das intervenções.

A partir da análise empreendida, é importante destacar a frequente expressão dos Atendimentos de Acompanhamento para o indicador que, também neste trimestre, contribuíram significativamente para a estabilidade dos números. Além disso, não se pode deixar de registrar que todas as modalidades de atendimentos são motivadas, por essência, pelo cumprimento das Alternativas Penais. Nesta feita, a suspensão da obrigatoriedade que ainda permanece em algumas comarcas, não deixa de influenciar na execução das metas.

Além disso, pode-se concluir que, se comparado com o período avaliatório anterior, o Número Acumulado de Atendimentos realizados no Programa teve ascensão e, ainda que a meta não tenha sido atingida, foi mais expressivo nas seguintes Centrais:

- **Belo Horizonte**: o aumento das inscrições no programa, em especial dos casos de Acordo de Não Persecução Penal, e o início da execução de Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres em formato grupal a partir de outubro, bem como de grupos reflexivos de Pessoas em Situação de Conflito a partir de novembro (também incluindo nesses encontros grupais as práticas restaurativas), contribuíram para o aumento do quantitativo desse indicador, ainda que a meta não tenha sido alcançada.
- **Contagem**: nesta Unidade percebe-se que os atendimentos individuais de Inscrição de novas Alternativas Penais encaminhadas pela Vara de Execuções Penais; os atendimentos desenvolvidos no Grupo de Inicialização e; aqueles desenvolvidos em PEAPs motivaram grande oscilação no indicador quando comparado ao período anterior. Por sua vez, a última modalidade é a que mais se destaca, visto que a equipe se dedicou, principalmente nos meses de outubro e novembro, às Ações de Responsabilização com homens autores de violências que foram autuados nos moldes da Lei 11.343/06.
- **Ipatinga**: Os atendimentos de inscrição e, principalmente, os atendimentos de acompanhamento presenciais impulsionaram o indicador em todo o trimestre, mas teve maior expressão no mês de outubro. Com o final da Portaria que suspendia o cumprimento de PSC e a publicação de nova decisão do juiz da Vara de Execuções Penais, o público acompanhado procurou à equipe em busca de informações ou mesmo foi acionado pelos analistas para o repasse da situação relativa à obrigatoriedade e procedimentos relativos ao acompanhamento.
- **Juiz de Fora**: o aumento das inscrições no programa de casos oriundos da Vara de Execuções Penais e do Juizado

Especial Criminal e a alta dos atendimentos de acompanhamento – tendo em vista o contato com as pessoas em alternativa penal para retomada do cumprimento de PSC, bem como para acompanhar as que já estavam cumprindo – contribuíram para o aumento do quantitativo desse indicador, ainda que a meta não tenha sido alcançada.

- **Uberlândia:** o maior volume de atendimentos de acompanhamento foi provocado por decisões judiciais favoráveis à contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento das Alternativas Penais. Tal fato, motivou à equipe a realizar a finalização do acompanhamento do público beneficiado e, por consequência, tornou o indicador mais expressivo em Uberlândia no mês de novembro.

Neste município, ainda não se pode deixar de registrar que a retomada de intimações pelo Poder Judiciário - que ficaram suspensas em maior parte do ano - voltando a promover inscrições no Programa.

Além de todas as motivações para o não atingimento da meta que já foram citadas nesse documento, somam-se à elas: a suspensão das atividades de duas Centrais no estado (Araguari e Vespasiano); as férias coletivas das equipes ; a organização do Poder Judiciário que não retomou seu funcionamento pleno nas comarcas; situações de redução das equipes técnicas em determinados períodos - seja por suspensão de contratos ou mesmo por afastamentos médicos; e, por fim, o tempo necessário para adaptação e reformulação dos moldes de atendimentos presenciais ou não presenciais. Todos estes motivos impactaram em diferentes escalas no total de atendimentos realizados, mas não ofusca o êxito do Programa CEAPA na execução de suas atividades em período tão diverso e restritivo.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
72%	71,1%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 71,1%. Considerando que a meta estabelecida foi de 72%, atingiu-se 98,75% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	-	-	-
BELO HORIZONTE	343	442	77,6%
BETIM	58	80	72,5%
CONTAGEM	68	118	57,6%
DIVINOPOLIS	5	10	50,0%
GOVERNADOR VALADARES	14	19	73,7%
IBIRITE	6	6	100,0%
IPATINGA	33	35	94,3%
JUIZ DE FORA	22	37	59,5%
MONTES CLAROS	49	119	41,2%
R. DAS NEVES	101	136	74,3%
SANTA LUZIA	41	55	74,5%
SETE LAGOAS	28	39	71,8%
UBERABA	32	53	60,4%
UBERLÂNDIA	107	126	84,9%
VESPASIANO	-	-	-
TOTAL	907	1.275	71,1%

Como o indicador é relativo ao percentual de alternativas penais cumpridas, é fundamental salientar, de início, que o quantitativo de baixas por cumprimento integral foi motivado pelo entendimento favorável de diversos Juízos parceiros sobre a Orientação Técnica do Conselho Nacional de Justiça, de 27 de abril de 2020. Tal documento, sugere a contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento. Com isso, diversas alternativas penais que, ainda que não cumpridas, foram baixadas por cumprimento integral na medida em que as pessoas acompanhadas foram atingidas e beneficiadas pela decisão judicial.

É importante destacar também que o monitoramento das Alternativas Penais - procedimento metodológico que contribui diretamente no indicador em análise - ainda encontra entrave na suspensão da obrigatoriedade de cumprimento - que permanece em algumas comarcas - e na dificuldade de reinserção do público da PSC na rede parceira. Com isso, ainda que as equipes acompanhem regularmente todo o público, o contato para o monitoramento da Alternativa Penal é restrito aos casos que estão em cumprimento e possibilidades ainda são construídas, em conjunto com o Poder Judiciário, para os casos que não retomaram a pena. Esta situação influencia diretamente na meta estabelecida, na medida em que os casos não são baixados e permanecem ativos por maior tempo no Programa.

Somado a tal fato, o formato de Projetos de Execução de Alternativas Penais em modalidade não presencial mostrou-se efetivo e proporcionou grande aceitação do público aos encontros. As possibilidades de flexibilização de horários, a dispensa de deslocamento e a disponibilidade de recursos promoveu assiduidade do público nestes grupos, e contribuiu fortemente para a sustentação da qualidade metodológica das intervenções e do índice de cumprimento desta Alternativa Penal.

Por outro lado, a partir da Portaria Conjunta da Presidência nº1047/2020 do TJMG, a obrigatoriedade de cumprimento das Alternativas Penais tornou-se a ter vigor. Com isso e, tendo em vista a retomada dos trabalhos presenciais em todas as Centrais, a comunicação de descumprimento dos casos passou a ser possível, visto que os setores de protocolo também passaram a ter funcionamento regulamentado pela dita Portaria.

Os descumprimentos dos casos foram motivados pela ausência de contato com as pessoas acompanhadas. As equipes técnicas se empenharam, por diversos meios, para ter contato com o público, mas em alguns casos as tentativas não foram exitosas. Sendo assim, o Poder Judiciário foi comunicado do ocorrido para que as providências legais fossem tomadas. Cumpre registrar que esta construção está alinhada com a metodologia e com parâmetros já estabelecidos com os parceiros. Desta forma, ainda que represente a maior causa de impacto no indicador e se relacione com um quantitativo acumulado em todo o ano de 2020, a baixa por descumprimento dos casos também teve outras motivações e se destaca em:

- **Contagem:** a queda no indicador nos meses de novembro e dezembro justifica-se pela ausência de contato com o público, principalmente de PSC. No mês de dezembro, junta-se a tal fato, o encerramento de Projeto de Execução de Alternativas Penais (Ação de Responsabilização) que motiva a equipe a informar ao Judiciário o descumprimento daqueles que não frequentaram os encontros de forma assídua e regular.
- **Divinópolis:** a queda do percentual no mês de novembro está relacionada às baixas por descumprimento de casos de Prestação de Serviços à Comunidade que, após diversas tentativas de contato da equipe sem sucesso, foram noticiados à Vara de Execuções Penais.
- **Juiz de Fora:** o declínio do indicador nos meses de novembro e dezembro está relacionado às baixas por descumprimento de casos de Prestação de Serviços à Comunidade que, após diversas tentativas de contato da equipe sem sucesso, foram noticiados à Vara de Execuções Penais.
- **Montes Claros:** a queda no indicador nos meses de novembro e dezembro justifica-se pela ausência de contato com o público, principalmente de PSC, encaminhados pelo Juizado Especial Criminal.
- **Uberaba:** o declínio do indicador no mês de dezembro está relacionado à baixa por descumprimento de casos de Prestação de Serviços à Comunidade que, após diversas tentativas de contato da equipe sem sucesso, foram noticiados à Vara de Execuções Penais. Nota-se que a maioria destes casos não apresentaram ao Programa comprovantes de horas de serviços comunitários e, aqueles que o fizeram, não haviam cumprido nem mesmo metade da pena imposta.

Diante do exposto, registra-se que a contabilização do indicador foi impactada por todos esses motivos e atravessamentos, o que torna o dado não condizente com os parâmetros usuais de monitoramento. Registra-se, por fim, que a meta não foi alcançada nesse período por pouco, sendo 71,1% o percentual de alternativas penais cumpridas.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais**Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio****Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****2.349****4.998****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.

Este indicador objetiva mensurar as ações do CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõe essa rede. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais;
- 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais.
- 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais.
- 5) Visitas de captação de novos parceiros;
- 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social;
- 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) foram realizadas acumuladamente 4.998 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 2.349 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 12 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio					
UPC	5º AO 7º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	247	-	-	-	247
BELO HORIZONTE	585	87	96	65	833
BETIM	114	16	20	7	157
CONTAGEM	255	18	16	23	312
DIVINOPOLIS	249	23	23	8	303
GOVERNADOR VALADARES	251	20	14	28	313
IBIRITE	230	19	21	24	294
IPATINGA	453	36	60	75	624
JUIZ DE FORA	381	41	25	27	474
MONTES CLAROS	161	12	7	23	203
R. DAS NEVES	231	13	26	10	280
SANTA LUZIA	112	41	6	10	169
SETE LAGOAS	94	13	11	12	130
UBERABA	245	8	6	8	267
UBERLÂNDIA	212	43	20	20	295
VESPASIANO	97	-	-	-	97
TOTAL	3.917	390	351	340	4.998

No que diz respeito às ações de rede realizadas no período de referência, a meta foi alcançada e superada: foram desenvolvidas acumuladamente 4998, que representam 2,12 a meta estabelecida. A superação da meta está relacionada com o investimento em algumas ações de rede necessárias diante da Portaria Conjunta da Presidência nº1047/2020, em vigor a partir de 14 de setembro de 2020, que orienta a retomada das atividades jurisdicionais, como a realização de audiências e intimações, que

impactam diretamente no aumento de inscrições de pessoas em alternativas penais no programa. Além disso, a Portaria serviu como parâmetro para os juízos parceiros orientarem a retomada do cumprimento das alternativas penais. Tanto os novos casos quanto a retomada do cumprimento daqueles já acompanhados suscitaram a necessidade de articular junto à rede de proteção social e rede de alternativas penais para promoção da eficácia no acompanhamento do público, o que fundamenta o alto quantitativo de ações desenvolvidas.

Nesse contexto, as equipes técnicas passaram a investir em encontros de rede presenciais (cumprindo as normas de segurança sanitária) e não presenciais (através de plataformas digitais), para tratar principalmente a retomada do cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade na rede de alternativas penais. Também em consonância com os critérios de saúde pública, a equipe retomou as visitas presenciais nas instituições que acolhem os cumpridores de PSC para qualificar, ainda mais, o acompanhamento do cumprimento nessa condição atípica.

Ainda que a maior parte dos juízos orientasse a retomada do cumprimento, as equipes técnicas encontraram diversas restrições na rede para efetivação desse fluxo, provocadas pelo contexto pandêmico. Muitas entidades estavam fechadas, especialmente as escolas municipais e estaduais que compõem boa parte dos parceiros, e outras tantas estavam operando em escala mínima – e por isso não puderam receber as pessoas para cumprimento. Diante desse cenário, os profissionais tiveram que intensificar as articulações de rede para conseguir proceder o encaminhamento do público e efetivar a retomada da alternativa penal. A restrição da rede para recebimento das pessoas exige, ainda, que se amplie o quantitativo de parcerias com o programa, ponto que a equipe começou a desenvolver no referido período.

É importante registrar ainda, nesse trimestre, o investimento nas articulações com a rede de proteção social, tendo em vista que as pessoas acompanhadas demandaram da Central suporte às suas vulnerabilidades e riscos despertados pela pandemia.

Isto posto, ressalta-se que as ações de rede continuarão sendo priorizadas no trabalho das equipes nos próximos meses, tanto para atualização da disponibilidade de instituições para receber o público, quanto para suporte às entidades que já estão recebendo, a fim de acompanhar o cumprimento da alternativa penal que ainda ocorre em contexto pandêmico.

- **Belo Horizonte:** o aumento de articulações de rede nesse trimestre, além de ser fortemente influenciado pela reinserção do público no cumprimento da PSC, está relacionado ao quantitativo de discussões de caso com a rede de proteção social, principalmente em relação aos casos de violência contra a mulher; à participação em espaços instituídos para discussão do impacto da pandemia nos territórios e criação de possibilidades para cumprimento de PSC; e às visitas para captação de parcerias para recebimento do público.
- **Juiz de Fora:** devido à retomada do cumprimento dos casos de PSC pela Vara de Execuções Penais – que representa a maior parte dos casos monitorados nesse município – a equipe investiu nas ações de rede para viabilizar a continuidade do cumprimento das alternativas penais, o que fundamenta o notável número de articulações desenvolvidas no período.
- **Ipatinga:** com meta de 12 ações por mês, a equipe de Ipatinga realizou 171 ações no período, ou seja, 375% a mais que o estabelecido. O volume é respaldado pela constante necessidade de informações sobre o funcionamento das instituições e, sobretudo, pela organização e chamamento para o Encontro de Rede realizado no mês de dezembro com diversas instituições. Desta maneira, a reunião com parceiros da Rede de Alternativas Penais da comarca, motivou a equipe em suas articulações em maior parte do trimestre.
- **Uberlândia:** ainda que a meta, no trimestre, era de 27 ações de rede, a equipe de Uberlândia realizou 83 ações no período, ou seja, 207% a mais do que o estabelecido. Tal fato se deve à: necessidade de atualização de informações sobre o funcionamento da rede de Alternativas Penais com a retomada das inscrições no Programa; articulações relativas à contabilização do tempo de pandemia como efetivo cumprimento e; à busca de retornos sobre os casos oficiados que motivaram contatos com todos os Juízos parceiros. Desta maneira, as duas articulações de rede que marcaram, não somente o período avaliatório, mas todo o ano de 2020, foram visitas de monitoramento à rede parceira e à órgãos do Sistema de Justiça.

Por fim, ao analisar a meta anual de 1908 ações do programa junto às redes de apoio, verifica-se a superação do valor esperado: foram executadas 4998 ações neste ano, o que configura um aumento de 161% acima do estipulado. Importante salientar que duas unidades tiveram o funcionamento suspenso a partir de julho de 2020 e que não houve contabilização dos indicadores no mês de maio de 2020, diante das férias coletivas das equipes técnicas.

Enfatiza-se, ainda, que esse aumento também ocorreu em decorrência da adaptação necessária ao contexto para que as ações junto à rede de alternativas penais fossem desenvolvidas, considerando o fechamento parcial ou total das instituições parceiras desde março deste ano, em decorrência da pandemia de COVID-19. Diante da impossibilidade de realizar visitas e demais atividades presenciais em larga escala, de maneira preferencial, a equipe manteve o vínculo, construiu e orientou os parceiros através de contatos telefônicos e videochamadas.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional**Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP****Meta do período avaliatório****14.467****Resultado do período avaliatório****11.749****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.

Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;
- 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;
- 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos;
- 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar;
- 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença;
- 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.
- 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.
- 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) foram realizados cumulativamente 11.794 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 14.467, alcançou-se 81,5% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 13 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP					
UPC	5º AO 7º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	144	-	-	-	144
BELO HORIZONTE	1.597	244	217	179	2.237
BETIM	727	92	74	46	939
CONTAGEM	807	125	87	92	1.111
GOVERNADOR VALADARES	560	68	47	73	748
IPATINGA	607	80	69	62	818
JUIZ DE FORA	656	64	73	78	871
MONTES CLAROS	625	131	110	56	922
RIBEIRÃO DAS NEVES	931	147	90	57	1.225
SANTA LUZIA	486	75	43	60	664
UBERABA	780	51	40	18	889
UBERLÂNDIA	865	134	107	120	1.226
TOTAL	8.785	1.211	957	841	11.794

O cenário deste período avaliatório foi atípico ao analisarmos seus contrastes e diversidades de acontecimentos. Inicialmente, observou-se em quase todas as equipes, exceto Betim e Governador Valadares, a elevação no indicador de Atendimento no mês de Outubro de 2020, considerando que todas as equipes estavam nas Unidades de Prevenção à Criminalidade de forma presencial com atendimento ao público. Diferentemente do que aconteceu em Novembro de 2020, quando somente Juiz de Fora apresentou elevação, tendo todas as demais equipes, apresentado queda no indicador de Atendimento. Em Dezembro este indicador apresentou queda de forma geral, mas foi possível observar a elevação do mesmo, em comparação ao mês anterior, em Contagem, Governador Valadares, Juiz de Fora, Santa Luzia e Uberlândia.

Atribuiu-se a elevação do Indicador de Atendimento no início deste período avaliatório a alguns fatores como a retomada de Audiências Admonitórias, entrega de intimações judiciais entre outras atividades realizadas pelo judiciário nos municípios, o que ampliou a circulação do público no UPC.

Com a reabertura do judiciário e a realização de audiências admonitórias, foi significativo o acesso de pessoas ao programa a partir da ata de Audiência Admonitória onde determinava o comparecimento ao programa. De forma geral, em quase todos os

municípios, observou-se um significativo aumento no acesso de pessoas com atas de audiências recentes e anteriores ao período da pandemia, impossibilitadas de comparecer ao programa devido a suspensão do atendimento presencial e compareceram no programa nos meses que compreende o período avaliatório deste relatório gerencial.

Considerando o Judiciário ainda enquanto “porta de entrada” expressiva para o programa, notou-se um crescimento no número de atendimentos, sendo parte significativa desses, constituídos de inscrições realizadas a partir desse primeiro acesso.

Outro fator para o aumento observado no início desse período avaliatório, foi a maior possibilidade de encaminhamento e direcionamento de público por equipamentos da rede de serviços dos municípios, a partir de uma “abertura gradual”, que possibilitou que mais egressos acessassem o programa e logo, mais atendimentos foram realizados.

A partir de Novembro de 2020, no entanto, percebeu-se os impactos nas equipes da elevação de casos registrados de COVID-19 em todo o estado de Minas Gerais, que perdurou durante nos meses seguintes todo o Período Avaliatório e impactou em tal indicador a partir do aspecto da disponibilidade de pessoal para os atendimentos e acompanhamentos realizados pelo programa.

Em sete dentre as onze equipes nos municípios onde PrEsp atua, houve a presença de casos suspeitos e/ou casos confirmados de COVID-19 na UPC, o que fez com que nessas sete equipes tivessem analistas afastados do trabalho presencial, porque apresentaram atestado com sintomas da COVID, ou por orientações médicas de afastamento do trabalho presencial, sendo possível o remanejamento em alguns destes casos para o teletrabalho.

Desta forma, houve dias em que em algumas UPCs não havia analista social do PrEsp disponível para atendimento ao público, e os usuários foram orientados a retornar posteriormente, tal situação foi observada em equipes como Santa Luzia e Ipatinga.

Cabe ressaltar ainda que no final do mês Novembro e até a primeira quinzena de Dezembro, nos municípios de Governador Valadares, Ipatinga e Juiz de Fora houve a intensificação dos casos de COVID-19, entrando todo o município em Onda Vermelha conforme classificação do Plano Minas Consciente. Com isso, as equipes do PrEsp localizadas nesses municípios foram direcionadas ao Teletrabalho.

Importante destacar também a recomposição de equipes nos meses de Novembro e Dezembro de 2020. Em Contagem tivemos a suspensão do contrato de uma analista social que é do grupo de risco do COVID-19, sendo contratada uma analista social para vaga temporária. E nos municípios de Governador Valadares, Ipatinga e Santa Luzia houve a contratação do segundo analista social, onde até então havia apenas um analista executando o trabalho. Como tal recomposição foi efetivada ao longo deste período avaliatório, e traçamos nesta justificativa a oscilação do indicador de atendimento, se faz necessário este destaque, uma vez que a composição da equipe interfere diretamente na execução do trabalho.

Um município que se destaca pela oscilação de atendimentos ao público neste período avaliatório foi Uberaba, onde foi possível observar uma elevação no número de egressos que foram atendidos no mês de Novembro devido ao movimento que a equipe iniciou em setembro na rede do município na busca de ampliar novas portas de entrada.

Tal número ainda é baixo, considerando a média por analistas, mas em Uberaba temos um fator que vem sendo trabalhado em equipe, que são as possibilidades de ampliação destas portas de entrada e o acompanhamento do público já inscrito. A porta principal de chegada do público eram as intervenções coletivas que a equipe realizava nas Unidades Prisionais e na CEFIPA (órgão que atualmente colhe a assinatura dos egressos no município), no qual avaliamos que necessitará de uma reformulação em sua execução, e no momento em que gestão, supervisão e equipe avaliarem ser mais estratégico para tal ação, iremos retomar o que ainda não tem sido possível.

A queda do indicador observada no mês de Dezembro esteve associada a fatores como a disponibilidade de equipe para atendimento a partir de atestados e retornos de algumas destas ao formato de teletrabalho. Considerou-se também uma diminuição do acesso do público para atendimento neste mês, atrelados tanto ao recesso do judiciário na segunda quinzena do mês, quanto ao próprio cenário de municípios com medidas mais restritivas de circulação devido ao aumento dos casos de COVID-19.

Considerando que foram atingidos 83 % da meta de atendimentos prevista para esse Período Avaliatório, destacou-se as análises supracitadas como determinantes ao não alcance da meta estipulada para esse indicador entre as equipes do PrEsp.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta do período avaliatório

Resultado do período avaliatório

78%

77,43%

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PRESP, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 77,43%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 78% a mesma alcançou 99,2% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 14 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
ARAGUARI	-	-	-
BELO HORIZONTE	434	511	84,93%
BETIM	160	198	80,81%
CONTAGEM	97	133	72,93%
GOVERNADOR VALADARES	113	131	86,26%
IPATINGA	92	149	61,74%
JUIZ DE FORA	132	147	89,80%
MONTES CLAROS	136	196	69,39%
RIBEIRÃO DAS NEVES	169	206	82,04%
SANTA LUZIA	83	145	57,24%
UBERABA	87	102	85,29%
UBERLÂNDIA	99	151	65,56%
TOTAL	1.602	2.069	77,43%

Considerando que o indicador do Percentual de Adesão esteve em 77,43 %, próximo a meta de 78 % estipulada para o mesmo. Assim, esse se configurou como um ponto de atenção ao longo desse período avaliatório. Mais uma vez, salientou-se o impacto da disponibilidade de analistas para o atendimento e acompanhamentos realizados pelo programa, conforme foi observado em equipes que tiveram casos de afastamento ou retorno ao teletrabalho devido a atestado médico por suspeita de COVID.

Outra circunstância que repercutiu significativamente nesse indicador ao analisarmos esse período avaliatório, foi a retomada de atividades no judiciário. A partir dessa, notou-se expressivo comparecimento de egressos para o primeiro atendimento, sendo tanto por indicação em ata de Audiência Admonitória sobre obrigatoriedade de comparecimento ao programa, quanto para a coleta de “primeira assinatura”.

Estrategicamente esse primeiro acesso a partir do encaminhamento do judiciário, viabiliza a circulação de egressos pelo espaço do UPC, favorecendo a inscrição e adesão do público ao acompanhamento. Entretanto, nesse momento, em que as equipes ainda se encontram reduzidas (i), sem atividades coletivas onde parte significativa dessa demanda era absorvida (ii) e com o número expressivo de acesso desse público após extenso período de paralisação do judiciário (iii), incidiu de maneira significativa na rotina de trabalho de algumas equipes.

Em equipes como Montes Claros, Ipatinga e Santa Luzia, notou-se fragilidades na condução do trabalho a partir da leitura de um grande investimento no que toca os atendimentos, que em sua maioria referem-se ao público supracitado, permanecendo os índices de adesão abaixo do estipulado. Essas equipes realizaram números significativos de atendimentos, em função de uma “demanda reprimida” que tem vazão a partir da retomada do judiciário e do retorno ao trabalho presencial.

Destacou-se o fato de que esses atendimentos eram basicamente compostos por primeiros atendimentos, que resultaram em sua maioria em inscrição. Entretanto, não favoreciam o retorno para fins de acompanhamento destes ou dos demais casos inscritos, em função de uma “agenda” ocupada por esse público que acessaram o programa pela primeira vez.

Em Contagem e Governador Valadares, a situação supracitada também foi observada, todavia destacou-se a realização de um percentual significativo de “apresentação individual do programa” que ao final não se convertia em números expressivos de inscrição, além de impactar a agenda como mencionado acima.

Cumpre destacar, que junto às essas equipes tem sido necessário a construção de estratégias pautadas no aporte metodológico do programa, visando favorecer a entrada em atendimento também do público para acompanhamento e retornos. Tais pontos são acompanhados pela supervisão metodológica, visando avaliar as estratégias adotadas a partir de sua efetividade na condução do trabalho.

Nesse sentido, equipes como Montes Claros, Santa Luzia e Ipatinga adotaram estratégias que se referem aos agendamentos diluídos desse público, tendo assim, mais espaço para atendimentos espontâneos e de acompanhamento.

Enquanto em Governador Valadares investiu-se também em um filtro realizado ainda na recepção, destinando ao atendimento os casos que efetivamente se inscreveram a partir da demanda e vulnerabilidades observadas, o que proporcionou aumento na taxa de adesão deste município conforme observado neste período avaliatório.

Ressalta-se, que a partir de 23/11 essa equipe permaneceu na UPC de portas fechadas para o atendimento ao público, o que perdurou até o fim deste período avaliatório, devido ao retorno do município à “onda vermelha” de acordo com o Plano Minas Consciente. Tal fato, também contribuiu para a elevação desse indicador, pois a equipe investiu mais no acompanhamento dos usuários já inscritos, realizando “busca ativa” de casos mais antigos, considerando inclusive a redução de primeiro acesso devido ao formato de teletrabalho.

Por outro lado, dentre os municípios que ainda mantêm uma relação estreita com o judiciário devido a “coleta de assinaturas” em suas dependências, o município de Belo Horizonte se destacou. O indicador de adesão permaneceu constante e elevado independente das oscilações do judiciário no que diz respeito a retomada de suas atividades, indicando para uma adesão considerável do público ao acompanhamento realizado pelo programa.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.115	1.989

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O PRESP desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;
- 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
- 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;
- 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;
- 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.
- 6) Visitas às unidades prisionais.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) foram realizadas acumuladamente 1.989 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.115 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

UPC	5º AO 7º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	29	-	-	-	29
BELO HORIZONTE	156	15	14	15	200
BETIM	70	8	10	7	95
CONTAGEM	129	25	11	13	178
GOVERNADOR VALADARES	96	4	4	6	110
IPATINGA	188	9	12	18	227
JUIZ DE FORA	156	17	17	29	219
MONTES CLAROS	88	10	8	8	114
RIBEIRÃO DAS NEVES	116	6	6	6	134
SANTA LUZIA	57	9	11	17	94
UBERABA	214	27	22	16	279
UBERLÂNDIA	242	26	25	17	310
TOTAL	1.541	156	140	152	1.989

A Mobilização de Rede ainda se apresentou elevada nesse período avaliatório, superando a meta estabelecida para esse indicador em 161%. No entanto, é possível observar uma redução gradual de mobilização de rede em municípios, que no período avaliatório anterior, ainda apresentavam números exorbitantes nesse indicador.

A qualificação junto às equipes sobre o entendimento de aspectos que envolvem a mobilização de rede foi extremamente necessária neste período avaliatório, uma vez que observou-se um crescimento expressivo desse indicador muitas vezes associadas às facilidades da articulação realizada de forma remota, mas não se atingia a “profundidade” e os objetivos intrínsecos a essa .

Em parcela significativa de municípios, a rede de serviços retomou os atendimentos ao público, mas permanecendo de forma remota ou com um quantitativo reduzido de atendimentos presenciais, com exceção da Rede Assistência à Pessoa em Situação de Rua e Saúde. Neste cenário, a maioria dos encaminhamentos realizados por grande parte das equipes ainda são efetivados por telefone, e-mail ou aplicativos de mensagens.

Ressalta-se, mesmo as ações de mobilização de rede que envolviam discussões de caso, abordagem de pautas pertinentes a inclusão do público egresso entre outros foram realizadas através de vídeo ou chamadas telefônicas. Mesmo com a "reabertura" de parte dos serviços que compõem a rede proteção social e judiciário, onde se concentram a maioria das mobilizações de rede realizadas pelo programa, os acessos de modo presencial à rede pelas equipes são escassos, em função do contexto instaurado a partir da pandemia.

Em Belo Horizonte houve a necessidade de determinar quais serviços, dentre os que compõem a rede de proteção social, seriam

prioritários para mobilização, considerando as discussões de caso e o aspecto da ampliação do público atendido pelo como pontos orientadores para essa aproximação.

Já em municípios como Juiz de Fora e Uberaba, onde o programa não possui mais a articulação com o judiciário para a chegada do público por meio da “coleta de assinaturas”, percebeu-se a continuidade do significativo número de mobilizações de rede neste período avaliatório. Tal circunstância pode ser atribuída principalmente ao investimento dessas equipes em compreender a rede como potencial “porta de entrada”, sobretudo, a partir da ampliação do público acompanhado pelo programa.

Cabe destacar, o município de Uberaba, cujo investimento em ações na rede de Assistência Social do município contribuiu para elevar os números de atendimento no programa neste período avaliatório. Nesse sentido, uma das ações que a equipe realizou em novembro foi um encontro de rede com instituições parceiras do município para que fosse possível refletir sobre as vulnerabilidades às quais o público com experiência prisional estão expostos, e que foram intensificadas devido ao cenário de pandemia. Sendo, portanto, necessário identificá-las e trabalhá-las de forma integrada e articulada, utilizando-se do local estratégico e exclusivo que o programa ocupa na Segurança Pública.

A recomposição de analistas de Santa Luzia, Contagem e Governador Valadares apontou para a necessidade de retomada da discussão sobre a Mobilização de Rede junto a essas equipes. Devido a redução da equipe a um analista, ainda vigente no início desse período avaliatório, as articulações desenvolvidas juntos aos serviços estavam concentradas em formato de Discussões de Casos. A partir dessa recomposição, tem sido possível explorar outras possibilidades ofertadas pela mobilização de rede como alinhamento de fluxos para encaminhamentos de egresso, discussões sobre questões inerentes a inclusão do público egresso no município, entre outros.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 6.1. Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: acompanhamento *in loco* da Supervisão permite que tanto o Supervisor Geral, quanto os Supervisores Metodológicos, possam exercer suas atribuições, de acordo com cada cargo, nos municípios do interior do Estado, de forma que verifiquem e acompanhem o desenvolvimento das equipes técnicas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Desta forma, este indicador visa aferir o percentual de visitas de acompanhamento realizadas pela Supervisão Geral e Supervisão Metodológica no interior de acordo com os cronogramas.

No 8º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/10 a 31/12/2020) em virtude da pandemia de Coronavírus e da contingência orçamentária não foram realizadas viagens para visitas de supervisão metodológica nem de supervisão da gestão. Isso não significa dizer que as atividades inerentes ao processo de acompanhamento das equipes técnicas e dos gestores sociais não ocorreram. Pelo contrário, o contexto exige desses atores cada vez mais proximidade e acompanhamento por parte das equipes já que exige criatividade e modificações das equipes no que se refere às propostas de atendimentos.

Nesse contexto, a supervisão metodológica e a supervisão da gestão se constituíram como atores ainda mais indispensáveis no processo de condução da política de prevenção.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios das visitas realizadas pelos Supervisores.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 6.2. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	11,06

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo. Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram realizadas 16 substituições que levaram em média 11 dias para serem realizadas.

TABELA 16 – RECOMPOSIÇÃO DE PESSOAL

DATA DA REQUISIÇÃO DE PESSOAL	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO DO NOVO FUNCIONÁRIO	DIAS PARA REPOSIÇÃO
05/10/2020	13/10/2020	08
08/10/2020	19/10/2020	11
08/10/2020	03/11/2020	26
23/10/2020	01/11/2020	09
26/10/2020	01/11/2020	06
29/10/2020	12/11/2020	14
06/11/2020	16/11/2020	10
06/11/2020	16/11/2020	10
06/11/2020	16/11/2020	10
16/11/2020	01/12/2020	15
16/11/2020	01/12/2020	15
20/11/2020	01/12/2020	11
01/12/2020	09/12/2020	08
04/12/2020	08/12/2020	04
04/12/2020	14/12/2020	10
04/12/2020	14/12/2020	10

Foram realizados ao longo do período 24 processos seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

1. 39/2020 - Estagiário de nível médio para a Sede Administrativa do Instituto Elo

2. 40/2020 - Analista Social para o Programa Fica Vivo! em Contagem
3. 41/2020 - Analista Social para o Programa Fica Vivo! em Belo Horizonte
4. 42/2020 - Gestão Social para o município de Ipatinga
5. 43/2020 - Supervisor Metodológico para o Programa Mediação de Conflitos
6. 44/2020 - Analista Social para o Programa de Inclusão Social do Egresso do Sistema Prisional (PrEsp) em Ipatinga
7. 45/2020 - Analista Social para o Programa Fica Vivo! em Vespasiano e Santa Luzia
8. 46/2020 - Analista Social para o Programa de Inclusão Social do Egresso do Sistema Prisional (PrEsp) em Santa Luzia
9. 52/2020 Gestão Social para o Centro Integrado de Alternativas Penais em Ibirité
10. 47/2020 - Analista Social para o Programa Mediação de Conflitos em Juiz de Fora
11. 54/2020 Técnico Administrativo em Uberlândia
12. 51/2020 Analista Social para o Centro Integrado de Alternativas Penais em Ibirité
13. 50/2020 - Analista Social para o Programa Mediação de Conflitos em Belo Horizonte
14. 49/2020 - Analista Social para o Programa de Inclusão Social do Egresso do Sistema Prisional (PrEsp) em Contagem
15. 48/2020 - Analista Social para o Programa de Inclusão Social do Egresso do Sistema Prisional (PrEsp) em Governador Valadares
16. 56/2020 Técnico Administrativo para a Região Metropolitana de Belo Horizonte
17. 55/2020 Analista Social para os Centros Integrados de Alternativas Penais em Belo Horizonte
18. 53/2020 Articulador de Prevenção à Criminalidade em Tocantis/MG
19. 59/2020 Analista Social para o Programa Mediação de Conflitos em Santa Luzia e Vespasiano
20. 58/2020 Analista Social para o Programa Fica Vivo! em Betim
21. 57/2020 Gestor Social para Belo Horizonte e Região Metropolitana
22. 60/2020 Analista Social para o Programa Mediação de Conflitos em Betim e Contagem
23. 62/2020 Analista Social para o Programa Fica Vivo! em Ribeirão das Neves
24. 63/2020 Técnico Administrativo para a Região de Ipatinga

Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial	
Indicador nº 7.1. Número de relatórios Analíticos das UPCs de base local	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
26	26
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
<p>Descrição: o Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência das UPC's. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC's. O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPCs. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de gerar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos Gestores Sociais acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPCs.</p> <p>Os Relatórios Analíticos das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC's de Base Local consistem em documentos de registros e análises das dinâmicas sociais das violências e da criminalidade e contém os principais registros de fatos e fenômenos percebidos nos territórios atendidos pelos programas. Seu objetivo é sistematizar um conjunto de informações que permitam aos Gestores Sociais e equipes dos programas construir, intervir, acompanhar e avaliar de forma estratégica ações e encaminhamentos que permitam intervenções nesse contexto.</p> <p>No trimestre de análise foram entregues 26 (100%) relatórios referentes às das Unidades de Prevenção de Base Local. As informações mensuradas remetem as entregas realizadas no 10º dia útil do mês de Novembro/2020 contempladas em um relatório bimestral por UPC, que corresponde aos meses Setembro e Outubro.</p> <p>Alguns aspectos dos elementos registrados pelos Gestores Sociais na leitura/análise dos fatos e fenômenos de natureza social, histórica, cultural, econômica, territorial e criminal, que interferem na incidência de criminalidade nos territórios, merecem destaque.</p> <p>Segundo dados do Observatório de Segurança Cidadã/SEJUSP, foram registrados 24 homicídios consumados nas áreas de abrangência das UPC's de Base Local no período de setembro e outubro de 2020. No mesmo período em 2019 foram registrados 29 homicídios consumados, queda de 17%.</p> <p>Foram objetos de leitura e análises nos relatórios elaborados no período de setembro e outubro de 2020 pelo menos 31 homicídios consumados e 16 homicídios tentados. Estes números comportam também homicídios consumados que ocorreram fora das áreas de abrangência das UPC's, mas quem mantém relação com os territórios atendidos pelos programas.</p> <p>Destacam-se os homicídios derivados do confronto da vítima e a polícia, rivalidades oriundas do tráfico ilícito de drogas e práticas de "justiçamento" (Tribunal de Rua) como desdobramentos de normas impostas pelo tráfico e desrespeitadas por moradores da comunidade. Outros relatos, referente aos homicídios, abordam homicídios motivados por conflitos intrafamiliares e de vizinhança.</p> <p>Foram registrados 11 relatos de ameaças e percebemos intervenções diretas dos programas na construção de estratégias de acolhimento, orientação, encaminhamentos para a rede de proteção na tentativa de garantir a manutenção da vida dessas vítimas, alguns episódios construindo a saída das pessoas dos territórios.</p> <p>A atuação do tráfico ilícito de drogas nos territórios se apresenta, em vários momentos, como parte importante evidenciada em diversos contextos de violência. Foram apresentados 11 relatos de conflitos entre grupos armados na disputa pelo comércio ilícito de drogas nos territórios. A maioria desses conflitos está associada a episódios de disparos de arma de fogo, circulação de pessoas armadas, ocorrências de homicídios tentados e consumados, furtos, roubos e consequentemente aumento da sensação de insegurança dos moradores dessas localidades.</p> <p>Observamos descrições qualificadas referentes às dinâmicas nos relatórios. Tais leituras vincularam diversas violências praticadas por pessoas aliciadas ao tráfico de drogas, geralmente utilizadas enquanto mecanismo regulador e punitivo. Foram identificados pelo menos 18 relatos de violências praticadas pelo tráfico de drogas com punições físicas severas como espancamentos e torturas (cobrança de dívidas e "vacilos"), expulsão de moradores, toques de recolher e restrição de circulação de pessoas em</p>	

algumas localidades.

Ponto de destaque nos relatórios referiu-se à atuação policial a partir de relatos de moradores, lideranças/referências comunitárias e rede de serviços. Foram apontados 6 relatos de violência policial (aqui não computados os episódios que envolveram homicídios tentados ou consumados em confrontos entre a polícia e suspeitos de crimes). Foram apresentadas situações envolvendo ameaças, abusos e abordagens truculentas. Importante sinalizar que essas situações são apresentadas por pessoas envolvidas e pessoas não envolvidas com a dinâmica criminal. Esse tipo de atuação contribui para manifestação, em alguns momentos, de uma relação conflituosa e acirrada entre comunidade e polícia.

Cabe ressaltar que outros tipos de violências também estão presentes nos relatórios, totalizando 24 relatos. Destacam-se 11 relatos de violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher (física, psicológica, moral e sexual). Percebemos a manutenção de registro dessas situações de violência contra mulher mesmo no período de diminuição das restrições de isolamento social.

Encontramos ainda, descritas nos relatórios, informações sobre os contextos dos territórios. Abordam a organização comunitária, fatores de risco e rede local, algumas delas com impacto direto na dinâmica social das violências e criminalidade.

Os territórios vivenciaram alterações na dinâmica social com a chegada do período eleitoral. O envolvimento de algumas comunidades nesse processo, ainda em um contexto de pandemia, alterou um pouco a lógica do isolamento social e dos cuidados com a saúde, dado envolvimento de muitos moradores que estão inseridos nessas oportunidades de trabalho.

Nos chama atenção à manutenção do significativo número de operações policiais realizadas nos territórios no período. Foram sinalizadas pelos menos 12 situações de operações policiais, dentre abordagens, blitz, apreensões de armas, drogas, munições, rádios comunicadores, prisões e apreensões de menores. No contexto ainda das restrições de isolamento social impostas pelo período de pandemia foram apontadas situações de festas/retomada de bailes funk/aglomerações/comércio irregular/práticas de esportes coletivos, em grande parte dos casos o público envolvido nesses episódios era jovem.

Outros pontos apresentados trouxeram elementos diretamente ligados à sensação de segurança dos moradores como circulação de pessoas armadas, disparos de arma de fogo e retorno de egressos do Sistema Prisional para os territórios que contribuíram para sensíveis alterações na dinâmica dos conflitos entre os grupos, dada influência/referência e interferência que elas ainda possuem no contexto da criminalidade nas comunidades.

Enquanto desafio, apontamos ainda o movimento de retomada da vinculação dos programas e das UPC's com os públicos atendidos, moradores e redes de proteção social. No período experimentamos a retomada de algumas ações importantes de vinculação com os públicos dos programas, a título de exemplo a retomada das oficinas do Programa Fica Vivo nos meses de setembro e outubro.

A vinculação direta e presencial dos programas com os públicos, lideranças/referências comunitárias, territórios, instituições/serviços da rede de proteção são fundamentais para a ampliação do nosso olhar, qualificação da leitura, análise e construção de estratégias mais assertivas no contexto da prevenção e segurança pública. Por fim, reforçamos a permanente necessidade de melhor conexão das leituras, análises e encaminhamentos depositados nos relatórios com vista à redefinição das estratégias e ações prioritárias dos programas e UPC's nos territórios.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial**Indicador nº 7.2. Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: a Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica estabelecida entre a entidade parceira e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, tornam-se necessárias a descrição e análise pormenorizadas da sua operação ao longo da execução do Contrato de Gestão. O Relatório de Gestão de Oficinas constitui um instrumento de sistematização e análise das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório. Os relatórios deverão sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise.

Conforme detalhado no 7º RGR, entre 01/04/2020 e 01/09/2020 as oficinas do Programa Fica Vivo estiveram suspensas até setembro de 2020. Durante os meses de julho e agosto de 2020 foi desenvolvido pela Diretoria do Programa um plano para a retomada das oficinas com a definição de diretrizes e parâmetros para retomada em cada um dos municípios em que o programa atua. No 8º período avaliatório foram retomadas as oficinas seguindo os critérios estabelecidos no referido plano implicou na execução das oficinas descritas no quadro abaixo.

Tabela 17 - DADOS GERENCIAIS - PROGRAMA FICA VIVO! OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2020

INDICADORES	Outubro	Novembro	Dezembro
Número de Projetos de Oficinas Ativos	21	54	87
Número de Jovens atendidos	246	614	1012
Número de Atendimentos	375	715	1130
Média de jovens por oficina	11,71	11,37	11,63
Número de oficinas retomadas	21	33	33

Dentre as diretrizes especificadas no plano de retomada das oficinas constam:

De maneira semelhante ao processo adotado para a retomada das atividades presenciais nas UPCs, a retomada das oficinas do Programa Fica Vivo! também se dará em fases, construídas a partir de parâmetros e critérios técnicos, observando sempre o cenário de cada município frente à prevenção à COVID-19;

Uma vez retomadas as atividades nas oficinas, o monitoramento por parte desta SUPEC será contínuo, para avaliação periódica da possibilidade de permanecer ou da necessidade de suspender novamente a execução;

A partir dos critérios a seguir, as equipes técnicas irão avaliar as oficinas de seus territórios e construirão o Plano Local de Retomada das Oficinas (vide "Atribuições das equipes técnicas");

O referido Plano Local de Retomada das Oficinas deverá ser elaborado e validado com a supervisão metodológica de referência. Em nenhuma hipótese o Departamento de Monitoramento autorizará a implantação de oficinas sem a anuência da supervisão metodológica;

Cada equipe do Fica Vivo! deverá elencar, no máximo, 3 (três) oficinas (para cada uma das fases) que retomarão as atividades, devendo monitorá-las, presencialmente, nas 2 (duas) primeiras semanas de trabalho (independentemente da quantidade de encontros realizados por essa, distribuídos ao longo de cada semana);

1- a equipe deverá se atentar para que o/a oficinheiro/oficineira não pertença aos grupos de riscos para contágio da COVID-19;

2- número de pessoas em cada oficina: ainda que na maioria dos Decretos Municipais o número de pessoas seja calculado em função do tamanho do espaço, de maneira que seja possível a observância do distanciamento mínimo exigido entre cada participante, para fins deste Plano de Retomada das Oficinas será adotado o número máximo de 12 adolescentes ou jovens por encontro de oficinas. Caso a oficina tenha demanda de número superior ao mencionado, cabe ao/a oficinheiro/oficineira,

juntamente à equipe técnica, organizar de forma que haja uma distribuição deste quantitativo durante os dias de encontros, sempre garantindo um máximo de 12 adolescentes ou jovens por encontro;

3- local para execução das oficinas: o local a ser definido pelo/pela oficinairo/oficineira deverá possibilitar o controle de acesso do público, como forma de reduzir a possibilidade de aglomeração de pessoas;

4- condições de higienização: serão distribuídos kits de higienização para as oficinas contendo álcool em gel 70%, máscaras e sabonete líquido. Importante destacar que, com relação as máscaras, essas serão de material reutilizável, ficando na responsabilidade de cada adolescente e jovem o cuidado com seu equipamento de proteção individual. Não é permitida a participação de pessoas sem máscara de proteção cobrindo boca e nariz nas oficinas.

Diante dessas orientações e do acompanhamento detalhado da supervisão metodológica e gestão social em âmbito local, foram retomadas as oficinas nos territórios com permissão para as atividades inerentes a elas. Foi necessário também em muitos casos fazer uma adaptação nas modalidades de oficinas para garantir a segurança dos oficinairos e jovens participantes das oficinas, bem como a diminuição da quantidade de jovens participantes em cada uma delas para evitar aglomerações. Dentro do contexto possível e da necessidade de retomada das atividades, avalia-se até o momento que obteve-se sucesso nessa estratégia.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial	
Indicador nº 7.3. Número de relatórios de gestão do Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
<p>Descrição: o Relatório de Gestão do Programa Se Liga consiste em um documento de registro e análise das ações qualitativas e quantitativas realizadas pelas equipes técnicas do Programa. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório que contemple as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo; 2) Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes; 3) Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes; 4) Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes; 5) Número de atividades culturais realizadas e de participantes; 6) Número de ações com familiares e de participantes; 7) Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo; 8) Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes; 9) Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas; 10) Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos. 11) Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado); <p>Mais do que um registro numérico, os relatórios deverão contemplar o cruzamento de informações referentes aos esforços realizados pela equipe técnica e os resultados obtidos no tocante ao atendimento aos adolescentes público do Programa. Deve também sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa Se Liga no período de análise. Os relatórios deverão ser encaminhados pela OS para a SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.</p> <p>Durante o período foram elaborados os três relatórios estipulados. Informações acerca dos atendimentos podem ser encontradas no indicador 3.1.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC	

Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial

Indicador nº 7.4. Número de relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas

Meta do período avaliatório

3

Resultado do período avaliatório

3

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas é uma iniciativa que visa a fomentar a realização de ações de prevenção à criminalidade pelas administrações públicas municipais, com apoio técnico e metodológico por parte da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. O monitoramento do Programa nos municípios parceiros é fundamental para garantir sua efetividade e promover visão sistêmica da execução.

A partir dos relatórios mensais enviados pelos Articuladores de Prevenção à Criminalidade, a OS será responsável pela elaboração dos

Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas que deverão conter:

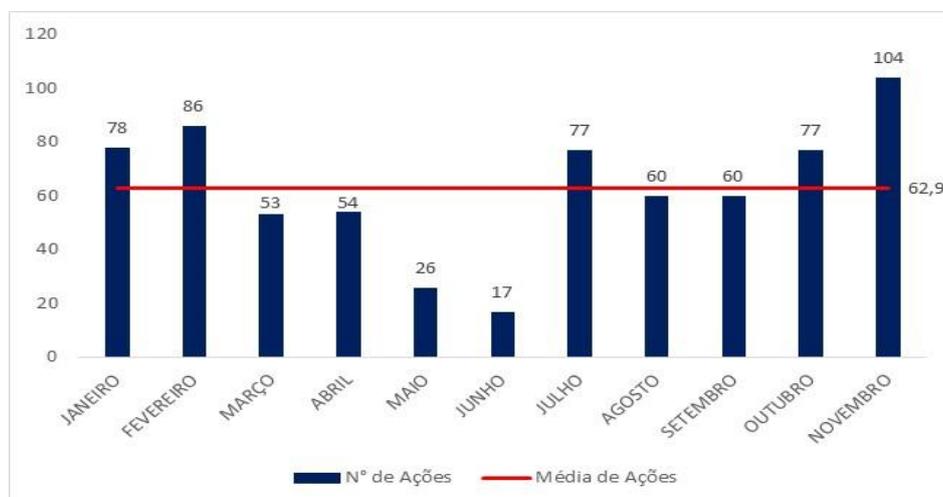
- 1) Número de reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 2) Percentual de presença de membros nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 3) Registros das principais discussões e encaminhamentos das reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade por município;
- 4) Número e descrição de reuniões realizadas com a rede por município;
- 5) Número e descrição de parcerias firmadas para viabilização do Programa por município;
- 6) Número e descrição de ações de mobilização comunitária realizadas por município;
- 7) Análise do desenvolvimento das fases do Programa em cada município;
- 8) Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa em cada município.

Assim, a OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório, conforme diretrizes específicas emanadas pela SEJUSP/SUPEC.

Durante o 8º período avaliatório foram elaborados 3 relatórios de ações do Programa Selo Prevenção Minas. Durante o período foi mantido um diálogo produtivo com a Direção do Programa no sentido de ajustar os relatórios elaborados às demandas do programa.

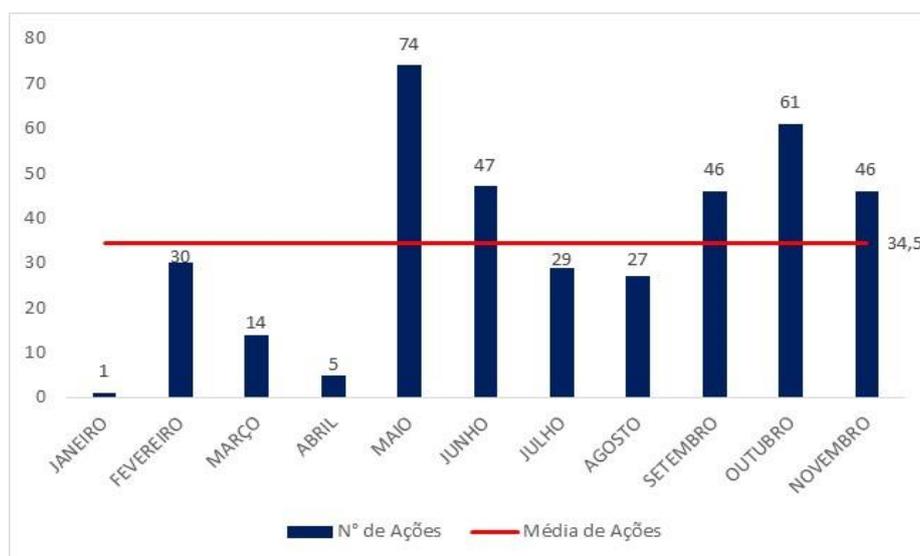
Abaixo uma descrição dos dados de ações do programa em Alfenas e Tocantins até novembro de 2020.

Gráfico 2 – Número de ações do Programa Selo desenvolvidas no município – Alfenas – Janeiro a novembro de 2020



Em outubro e novembro a média geral de atividades realizadas pelo Programa Selo Prevenção em Alfenas aumentou de maneira significativa. Em grande medida, devido à realização de ações iniciais do processo de implantação do Plano Municipal de Prevenção. Dentre as ações realizadas com a participação da Articuladora de prevenção Patrícia Costa, destacam-se a 10ª reunião da Comissão de Prevenção, reuniões de planejamento para construção do Plano Municipal de Prevenção, capacitações com a gestão do Programa Selo e com instituições da rede do município e reuniões com representantes da administração municipal como os secretários de defesa social e educação.

Gráfico 3 - Número de ações do Programa Selo desenvolvidas no município – Tocantins – Janeiro a novembro de 2020



A média de ações realizadas em Tocantins no período de janeiro a novembro apresentou leve elevação, passando de 33,4 para 34,5 ações mensais, apesar do número absoluto de ações ter diminuído de 61 em outubro para 46 em novembro. Todas as ações realizadas se referem à fase de diagnóstico do Programa Selo. A principal delas foi a realização da 7ª reunião da Comissão de Prevenção do município em 19 de novembro. Além dela, foram realizadas 12 ações preparatórias para execução da 7ª Reunião da Comissão, 1 encaminhamento referente a discussões realizadas na reunião anterior, 24 ações preparatórias para construção do Diagnóstico Municipal, dentre as quais a aplicação de 8 questionários com atores da rede, e outras 6 atividades gerais, com destaque para uma capacitação em violência contra a criança e adolescente promovida pelo Programa Selo. O evento foi realizado por vídeo conferencia e reuniu 46 participantes de 25 instituições da rede do município.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 8.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
<p>Descrição: Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão.</p> <p>O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados.</p> <p>Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.</p> <p>As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação dele ocorrem após a elaboração desse relatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão	

Área Temática: Gestão da Parceria**Indicador nº 8.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018 que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática		Produto		Peso (%)	Início	Término	Status
1	Pesquisas e Diagnósticos	1.3	Diagnóstico do Programa Selo Prevenção Minas	30	Janeiro de 2020	Dezembro de 2020	Realizado dentro do prazo
2	Fóruns multiterritoriais	2.1	Fóruns multiterritoriais de prevenção à criminalidade	30	Janeiro de 2020	Dezembro de 2020	Não realizado

Área Temática 1: Pesquisas e Diagnósticos

Produto 1.3 – Diagnóstico do Programa Selo Prevenção Minas

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Janeiro de 2020	Dezembro de 2020	Realizado dentro do prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: O Diagnóstico Municipal é uma ferramenta de coleta e análise de dados municipais, sendo eles quantitativos e qualitativos. O Diagnóstico deverá conter um panorama geral do município em suas diversas áreas (perfil municipal: história do município e bairros, população, habitação, educação, trabalho e rendimento, desenvolvimento humano, vulnerabilidade social, território e ambiente, saúde). Além disso, deverá tratar da temática de segurança pública (criminalidade e violência: índices criminais, taxas comparativas, equipamentos de segurança disponíveis, entre outros). Ademais, deverá conter dados sobre alguns territórios e a rede do município (mapeamento de rede) e a percepção da população e dos atores de segurança em relação às temáticas relacionadas à essa pauta no município. Eixos principais do Diagnóstico: (1) Perfil Municipal; (2) Criminalidade e Violência; (3) Território e Rede; (4) Percepção da População e Atores de Segurança. As orientações mais detalhadas e específicas para o Diagnóstico serão apresentadas em um Manual de Elaboração de Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã. Caso a OS sugira alterar a forma ou acrescentar outras informações nesse Diagnóstico, deverão ser aprovados pela SEJUSP/SUPEC. O Diagnóstico de cada município deverá ser entregue em até 180 dias corridos, contados a partir da data de contratação do Articulador de Prevenção à Criminalidade. A SUPEC deverá analisar o produto em até 10 dias úteis a contar da data de recebimento do diagnóstico.

Critério de aceitação: Produto final aprovado pela SEJUSP/SUPEC.

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação.

Duração: Janeiro/2020 a dezembro/2020.

O Diagnóstico do Programa Selo Prevenção Minas em Alfenas foi elaborado em conjunto pela equipe do monitoramento do Instituto Elo, do Programa Selo Prevenção Minas, Articulador do Programa entre os meses de março e novembro de 2020. Abaixo segue uma síntese do documento.

1. INTRODUÇÃO

Este documento consiste no Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã do Município de Alfenas. Ele tem por objetivo disponibilizar informações e análises sobre o município que subsidiem o processo de construção do Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade, produto inerente ao processo de implantação e execução do Programa Selo Prevenção Minas.

O Programa Selo Prevenção Minas é uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais

(SEJUSP), por meio da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC), que, em parceria com as administrações públicas municipais, visa contribuir para a criação e fortalecimento de políticas públicas municipais direcionadas à redução e prevenção de violências e criminalidades locais, a partir do apoio técnico e metodológico do Estado.

O Programa busca capacitar as administrações públicas municipais em prevenção à criminalidade e estimular a mobilização e participação social, construindo coletivamente ações no âmbito dos fatores geradores de violências. O município aprovado no ciclo do Programa será certificado com o Selo Prevenção Minas e reconhecido como município parceiro da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, que é instituída pela Lei 23.450/19. Essa Política tem por objetivo contribuir para a prevenção e a redução de violências e criminalidades incidentes sobre determinados territórios e grupos mais vulneráveis a esses fenômenos e para o aumento da sensação de segurança no Estado de Minas Gerais.

A Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais se origina da compreensão de que é plenamente factível o enfrentamento a violências e criminalidades a partir da implementação de um conjunto integrado de estratégias e ações pelo Poder Público com a participação da sociedade civil, visando a intervenção direta sobre dinâmicas

sociais geradoras de conflitos, violências e processos de criminalização. Nesse sentido, o Programa Selo Prevenção Minas representa uma nova possibilidade de atuação da Política de Prevenção à Criminalidade, voltada aos municípios mineiros, a partir do apoio técnico às administrações públicas municipais para desenvolvimento de ações de prevenção à criminalidade.

A produção do Diagnóstico de Segurança Cidadã de Alfenas iniciou-se com a realização de entrevistas com integrantes de instituições da rede local. Posteriormente, diversas foram as articulações feitas entre o Programa Selo Prevenção e instituições chamadas a participar do processo e integrarem a Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Alfenas, órgão instituído pelo município em parceria com o programa para, dentre outras atribuições, contribuir com a construção deste diagnóstico a partir da interlocução dos seus atores e das fases seguintes do programa.

O diagnóstico segue na esteira de processos para a implantação do programa Selo Prevenção em Alfenas, iniciados com a assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o programa e a administração municipal em novembro de 2019.

O conceito de Prevenção à Criminalidade parte da concepção de Segurança Cidadã. A Segurança Cidadã entende que os fenômenos de violência e criminalidade surgem a partir de múltiplas causas e, portanto, para prevenir e/ou reduzir esses fenômenos é necessária uma atuação multissetorial que envolva não só ações repressivas, mas também ações como proteção social, cultura, educação, saúde, entre outros. Prevenir a criminalidade é atuar anteriormente ao possível cometimento do crime e das violências, visando não apenas sua reparação, mas possuindo o foco de atuar diretamente nas raízes do problema, contribuindo para a redução das violências e criminalidades. As ações de prevenção devem ser integradas e focalizadas nos contextos locais e nas políticas públicas em todos os níveis de governo. Além disso, as ações e soluções que forem propostas deverão incorporar a efetiva participação da sociedade civil, agente fundamental do ponto de vista da Segurança Cidadã.

Nesse contexto, diagnósticos definem-se, fundamentalmente, pela descrição analítica de um cenário, e seus usos se dão principalmente na área da saúde, para qualificar uma enfermidade ou estado fisiológico, com base nos sinais que o profissional observa. No entanto, no contexto das políticas públicas, as Ciências Humanas e as Ciências Sociais Aplicadas se apropriaram do termo para se referirem a um marco inicial de atuação, indicando o que seria um retrato inicial que justifica, orienta, permite avaliar a intervenção e fomenta a mobilização comunitária e a articulação da rede no contexto de uma política pública. Assim, um diagnóstico:

- a) Justifica a intervenção – porque permite a compreensão da realidade e inclui a identificação das necessidades, a detecção dos problemas prioritários e suas respectivas causalidades;
- b) Orienta a intervenção – porque proporciona o entendimento dos fatores de risco e fatores de proteção e especificidades do território de intervenção, subsidiando, por isso, a tomada de decisões e a estruturação das estratégias de ação por parte dos gestores e demais atores envolvidos;
- c) Fomenta a mobilização comunitária e a articulação da rede – porque é um instrumento que é resultado da participação de diversos atores, facilitando assim a interação e comunicação entre eles durante a intervenção, criando condições sociais e institucionais para uma efetiva interlocução entre gestores, equipe técnica, lideranças comunitárias e beneficiários do(s) programa(s) e/ou projeto(s) a ser(em) implementado(s);
- d) Permite avaliar a intervenção – porque, ao fornecer um panorama atual da realidade em que se quer intervir, é possível obter, posteriormente, por meio de indicadores que componham análises longitudinais e comparadas, elementos para a compreensão da efetividade e eficácia das intervenções nessa realidade.

Sob essa ótica, o Diagnóstico Municipal é uma etapa fundamental para a qualidade da execução do Programa Selo Prevenção Minas, pois oferece informações para a construção do Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade. Com esses dados será possível traçar o perfil do município e seus principais desafios e demandas no tocante à Segurança Pública. Este documento, portanto, constitui esforço conjunto entre a equipe municipal do Programa Selo Prevenção Minas, composta pelo(a) Articulador(a) de Prevenção e pelo(a) Multiplicador(a), Comissão Municipal, atores municipais, Instituto Elo, Coordenação Estadual do Programa, sociedade civil e demais colaboradores.

Dentro dessa estrutura, o relatório foi produzido a partir de atividades de coletas de dados primários (coletados no município através de pesquisa de campo, realizada pela Articuladora de Prevenção à Criminalidade e por estudantes do Curso de Administração Pública da Fundação João Pinheiro, através de uma proposta de extensão) e dados secundários (disponíveis em bases de dados já existentes, como o Censo Demográfico e PNAD, do IBGE, dados da Polícia Militar de Minas Gerais, dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - SEJUSP, histórico do município e da região, entre outros). A partir desses dados, as análises foram desenvolvidas dentro de seus eixos temáticos, no decorrer do texto do relatório.

Buscou-se atender integralmente neste diagnóstico ao previsto no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão 002/2019, celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - SEJUSP/MG e o Instituto Elo, especificamente objetivada sua realização na descrição do Produto 1.3: “Diagnóstico do Programa Selo Prevenção Minas”. Ele teve como referência também o “Manual de Elaboração do Diagnóstico de Segurança Cidadã” elaborado e disponibilizado pela Coordenação Estadual do Programa.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração do diagnóstico foram utilizadas diversas fontes de dados e diferentes métodos de análise. Cabe, neste momento, listá-los, para facilitar o entendimento e o uso correto das informações disponibilizadas.

No que tange ao histórico do município de Alfenas, executou-se uma Pesquisa Documental na internet, por meio do acesso às informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal, além de outras fontes disponíveis, como o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS - elaborado pela Fundação João Pinheiro. As características da população de Alfenas foram extraídas do sítio do IBGE, que disponibiliza tais informações a partir do Censo Demográfico (amostra e universo). Nesse aspecto também consultou-se o IMRS e a base de dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M.

Em relação ao mapeamento da rede institucional, sua elaboração se deu diretamente pela equipe do Programa Selo Prevenção Minas em atuação no município, bem como por aqueles que atuam em âmbito estadual, a partir das diretrizes constantes no manual de elaboração do diagnóstico.

Para descrever e analisar os dados referentes à dinâmica criminal do município foram utilizadas diversas bases de dados oriundas do próprio site da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e também disponibilizadas pelo Programa Selo Prevenção Minas ao Instituto Elo. Para descrever a distribuição de crimes e violências por tipo ao longo dos anos em Alfenas foi utilizada a base de dados de crimes violentos disponibilizada no site da SEJUSP. Com essas informações foi possível descrever a distribuição total dos crimes violentos em Alfenas entre os anos de 2015 e 2019 e a distribuição anual dos crimes por tipo entre esses anos. Ao mesmo tempo, na leitura da dinâmica criminal do município, é importante identificar a existência de padrões espaciais na distribuição das ocorrências criminais e de violência. Para tentar visualizar como essas ocorrências se distribuem no território do município, utilizou-se uma base de dados das ocorrências criminais, obtida pelo Programa Selo Prevenção Minas junto a Polícia Militar, para descrever as ocorrências de crimes violentos por bairros no município. Também foram utilizados dados da Polícia Civil para analisar a variação de ocorrências de tráfico de drogas entre os meses de março e julho

dos anos de 2015 a 2020 com o objetivo de identificar a dinâmica deste tipo de ocorrência no município, além de analisar se houve maior variação nos meses compreendidos no período de pandemia pelo qual passamos.

Para além da distribuição dos crimes violentos, esse módulo também descreve o contexto do sistema prisional do município e dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Essas duas leituras foram realizadas a partir de duas bases de dados disponibilizadas pelo Programa Selo Prevenção Minas ao Instituto Elo, incluindo dados enviados pelo CREAS do município. Além disso, também a partir de dados oriundos do Observatório de Segurança Pública, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), descreveu-se o quantitativo de ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher no município.

Em caráter complementar, na tentativa de mensurar a percepção de atores locais sobre a dinâmica criminal e da violência no município foi realizada uma pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas em Alfenas. Os atores entrevistados participaram voluntariamente desse processo, concordando em assinar um termo de consentimento que lhes garantiu completo sigilo das informações obtidas através das entrevistas.

A pesquisa foi desenvolvida entre janeiro e junho de 2020 com a realização de 24 entrevistas semiestruturadas, das quais 23 foram transcritas e utilizadas na análise do diagnóstico. As entrevistas foram realizadas com atores representantes de instituições responsáveis pela execução de políticas sociais no município (10 entrevistas), representantes de instituições que atuam no âmbito da Segurança Pública e Sistema de Justiça do município (6 entrevistas), representantes de conselhos atuantes no município (4 entrevistas) e outras instituições municipais como a Escola da Vida e a Cidade Escola (3 entrevistas).

As entrevistas foram conduzidas por atores associados à execução do Programa Selo Prevenção Minas no município como a Articuladora de Prevenção à Criminalidade, representantes da Coordenação Estadual do Programa responsável pelo acompanhamento de sua execução no município e por alunas da Fundação João Pinheiro, no esteio de uma proposta de extensão aos estudantes do Curso de Administração Pública. Além das entrevistas realizadas com representantes de instituições de Alfenas, este diagnóstico considerou observações feitas pela Articuladora de Prevenção à Criminalidade, registrados nos diários de campo produzidos por ela durante as várias reuniões e grupos de discussão realizados com a rede durante o processo.

Dito isso, na sequência serão apresentados por tópicos os resultados das pesquisas e leituras para o desenvolvimento do documento.

3. Principais resultados

Os dados desse módulo visam descrever de forma quantitativa os eventos criminais e de violência no município de Alfenas. Para elaboração desse módulo foram utilizadas diversas bases de dados oriundas do sítio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e também disponibilizadas pelo Programa Selo Prevenção Minas ao Instituto Elo.

Para descrever a distribuição de crimes e violências por tipo ao longo dos anos em Alfenas foi utilizada a base de dados de crimes violentos² disponibilizada no site da SEJUSP³. Com essas informações foi possível descrever a distribuição total desses crimes em Alfenas entre os anos de 2015 e 2019 e visualizar a distribuição anual dos crimes por tipo entre esses anos. Como se observará no decorrer da análise, os crimes de furto e roubo compõem uma parcela substantiva das ocorrências de crimes no município. Diante disso, numa tentativa de aprofundar essa leitura, optou-se também por incluir na análise a base de dados que descreve a distribuição dos alvos desses crimes no município, o que evidenciou que os mais afetados são estabelecimentos comerciais e pessoas.

Ao mesmo tempo, na leitura da dinâmica criminal do município, é importante identificar a existência de padrões espaciais na distribuição das ocorrências criminais e de violência. Para tentar visualizar como essas ocorrências se distribuem no território do município, foi utilizada uma base de dados das ocorrências criminais obtida pelo Programa Selo Prevenção Minas junto à Polícia Militar para descrever as ocorrências de crimes violentos por bairros no município. Apesar da primeira versão dessa base de dados não conter todas as ocorrências dos anos de 2016 e 2017, há nela um conjunto robusto de ocorrências que permitiu analisar a distribuição por bairros dos principais crimes violentos registrados no município entre 2015 e 2019. Assim, foram elaborados gráficos, mapas e nuvens de palavras para identificar possíveis concentrações de ocorrência em determinados bairros do município.

Os mapas permitem visualizar a distribuição espacial das ocorrências e as nuvens de palavras permitem identificar pelo tamanho da palavra quais os bairros aparecem com mais frequência nas ocorrências. Assim, foi possível identificar, por exemplo, que o centro da cidade é o local com o maior número de ocorrências de roubos. O que era de se esperar já que os principais alvos desse tipo de crime no município são estabelecimentos comerciais e transeuntes. Como o Centro concentra um conjunto significativo de lojas e também a circulação grande de pessoas no dia a dia, era de se esperar que nessa região se concentrassem as ocorrências dessa modalidade de crimes. Por outro lado, observa-se também que as ocorrências de tráfico de drogas obedecem outra dinâmica territorial e se concentram em outros bairros.

3.1. Número Geral de ocorrências e sua distribuição no Espaço

O panorama da segurança pública em Alfenas é uma introdução ao tema principal desta sessão do diagnóstico, que é a análise quantitativa dos crimes violentos ocorridos no município no período de janeiro de 2015 a junho de 2020. Utilizou-se como fonte a planilha geral de registro do Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) disponibilizada pela Polícia Militar contendo todas as ocorrências de crimes registradas por natureza, além de informações sobre recursos institucionais disponíveis e orçamento destinado à segurança pública pela gestão local contidas no Índice Mineiro de Responsabilidade Social da Fundação João Pinheiro, que é uma plataforma que contém mais de 700 indicadores dos 853 municípios do estado de Minas Gerais.

No período 2015-2020, foram registradas 42 mil ocorrências de crimes no município de Alfenas. Em virtude da enorme quantidade de tipificações das ocorrências, optou-se por agrupá-las em um número menor de categorias para expor com maior clareza o panorama da

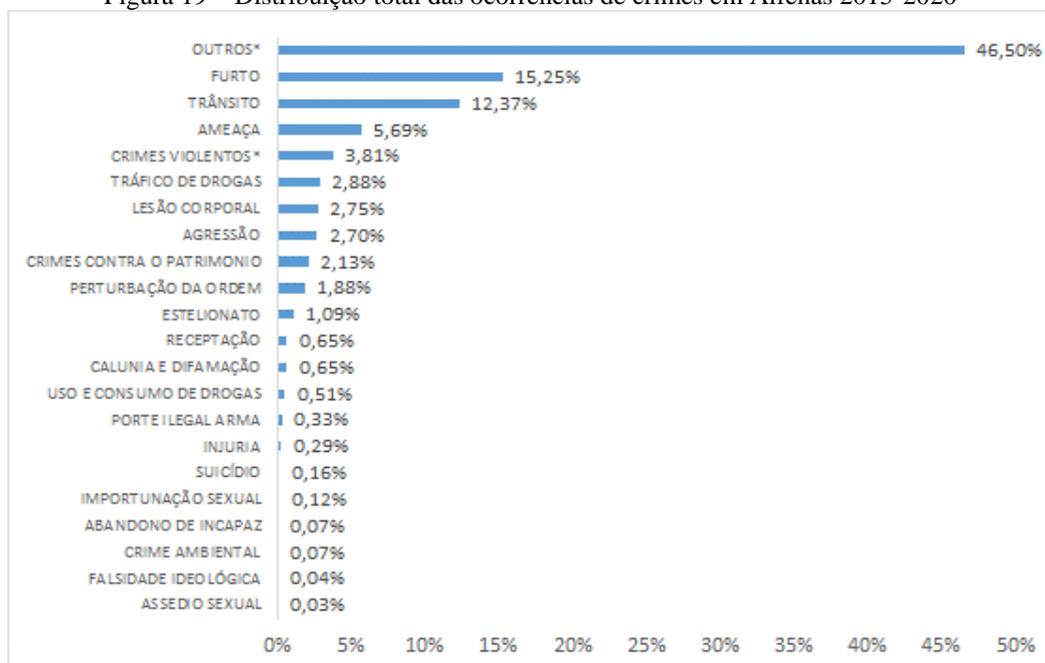
² São categorizados como crimes violentos: Estupro, Estupro de Vulnerável, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Homicídio, Roubo, Sequestro e Cárcere Privado.

³ <http://www.seguranca.mg.gov.br/2018-08-22-13-39-06/dados-abertos>

criminalidade em Alfenas.

Após a reorganização das 42 mil ocorrências em grandes grupos, chegamos à distribuição percentual dos crimes mais recorrentes (Figura 19 abaixo), bem como a concentração espacial no mapa do município (Figura 21 abaixo).

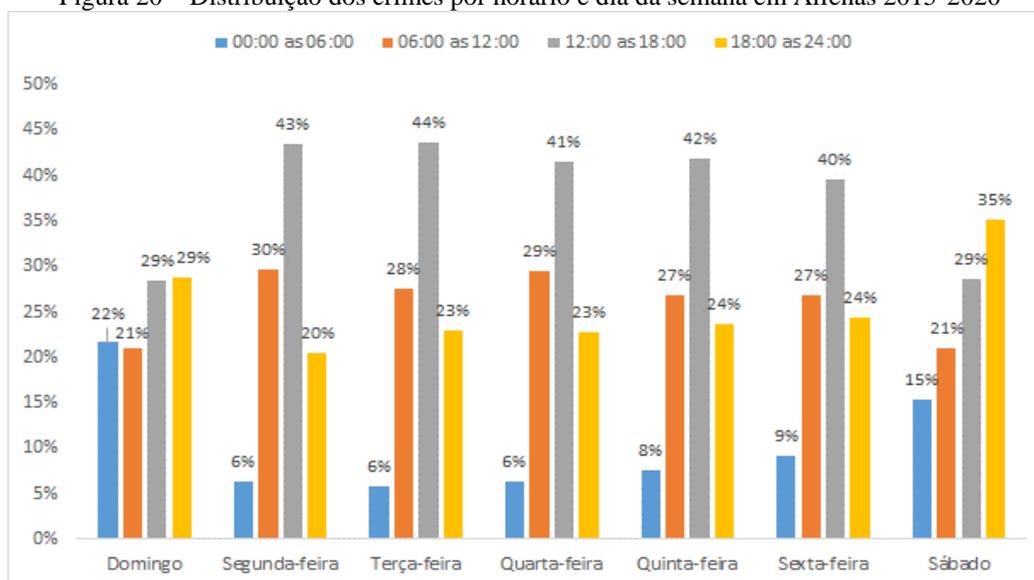
Figura 19 – Distribuição total das ocorrências de crimes em Alfenas 2015-2020⁴



Fonte: Banco de dados REDS

Quanto aos horários em que mais ocorrem crimes, observa-se que entre segunda e sexta-feira a maioria dos crimes ocorre entre 12h e 18h (percentual acima de 40%). Já nos finais de semana não há padrão. Aos sábados 35% dos crimes ocorreram após as 18h e aos domingos há um equilíbrio de ocorrências nas quatro faixas de horários utilizadas na análise, com ligeira prevalência de crimes entre 12h e 18h, e 18h e 24h.

Figura 20 – Distribuição dos crimes por horário e dia da semana em Alfenas 2015-2020

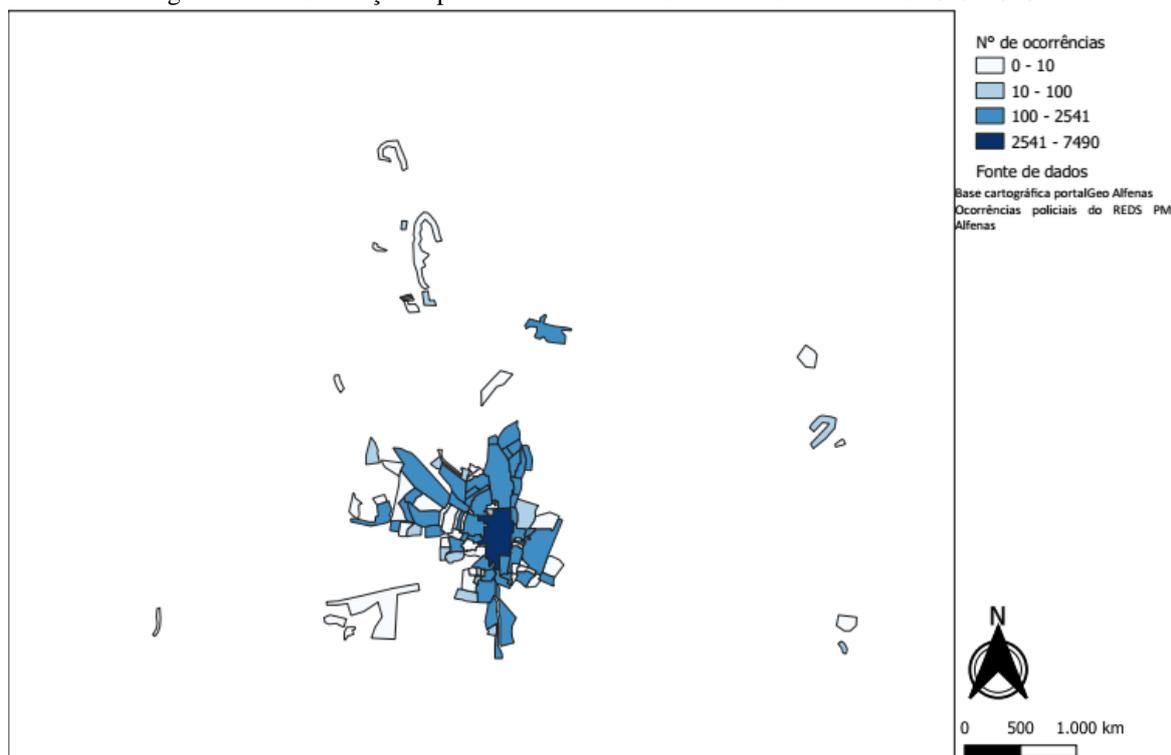


Fonte: Banco de dados REDS

A figura 21 abaixo demonstra através das gradações de cores a concentração espacial das ocorrências de crimes em Alfenas. Quanto mais escuro o tom de azul mostrado no mapa, maior é o número de ocorrências de crimes ocorridos no território. Observa-se portanto, que a maioria dos crimes em Alfenas ocorreram na região central da cidade.

⁴ Na categoria outros estão incluídas ocorrências como extravio de documentos, desobediência, fuga, jogo de azar, vadiagem, etc.

Figura 21 – Distribuição espacial das ocorrências de crimes em Alfenas 2015-2020



Fonte: Banco de dados REDS

3.2. Policiais por cem mil Habitantes e parcela do orçamento destinado à Segurança Pública

O recurso institucional disponível para a operacionalização da política de segurança pública refere-se ao aparato policial militar atuante no município, a 18ª CIA. Segundo a base de dados do IMRS, em 2015, a quantidade de habitantes por policial militar de Alfenas era 708,01. Essa taxa passou para 484,12 em 2017, uma redução de 31,6% do número de habitantes por policial.

Quanto ao orçamento do município destinado à segurança pública, houve redução entre os anos de 2015 e 2017. Em relação ao total do orçamento de Alfenas, o montante passou de 0,20% para 0,13% do total, uma redução de 35% no período⁵.

No entanto, mesmo com a redução do orçamento, é possível identificar investimentos do município nessa pasta, como demonstra a implantação do Projeto Reconhecimento ótico de caracteres (OCR)⁶. Estima-se que a implantação do sistema tenha custado cerca de 1,131 milhão à Prefeitura de Alfenas⁷. Sediado na Secretaria Municipal de Defesa Social, o sistema de monitoramento está em operação desde dezembro de 2017 e contempla 14 pontos com 32 câmeras instaladas nas entradas e saídas do município, que ajudam a armazenar todos os dados dos veículos que entram e saem de Alfenas e, assim, a identificar possíveis suspeitos de envolvimento em práticas delituosas, registrados em sistema.

Diante de um crime ocorrido, o sistema é capaz de analisar toda a situação e descobrir, por exemplo, a rota de fuga que será utilizada pelos criminosos, enviando todas as informações em tempo real ao Centro de Controle e Monitoramento (CECOM) da Guarda Municipal. Em julho de 2020, iniciou-se a ampliação do sistema de monitoramento, prevendo ao final a modernização de 08 câmeras da área central e a inclusão de 32 pontos do sistema OCR nas principais avenidas da cidade.

Entre 2018 e 2020, segundo informações, o sistema OCR ajudou diretamente na elucidação de 85 crimes, 83 prisões, recuperação de 28 veículos roubados, recaptura de 2 foragidos da justiça, recuperação de R\$ 688 mil reais provenientes de roubo, além da apreensão de grande quantidade de drogas⁸.

Além do OCR, foi inaugurado em novembro de 2019 o prédio do Centro Integrado de Segurança Pública de Alfenas. Nele funcionam o comando da Polícia Militar no município, o Conselho de Segurança Pública (CONSEPA), a Guarda Municipal de Alfenas e a Secretaria Municipal

⁵ Informações obtidas através da base de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS - elaborado pela Fundação João Pinheiro, que leva em consideração o orçamento municipal para a segurança pública.

⁶ No original: Optical Character Recognition.

⁷ Fonte: Ascom/Prefeitura de Alfenas.

⁸ Fonte: Setor de Inteligência e Estáticas da Guarda Municipal de Alfenas.

de Defesa Social. O evento de inauguração ocorreu juntamente com o lançamento do Programa Selo Prevenção Minas no município.

3.3. Dados de criminalidade e violência⁹

Conforme demonstra a figura 22, no período de 2015 a 2019, houve um total de 2.485 ocorrências de crimes de natureza violenta em Alfenas (tentados e/ou consumados), dos quais 92,03% foram crimes de roubo.

Figura 22 – Distribuição da ocorrência de crimes violentos Alfenas 2015 a 2019

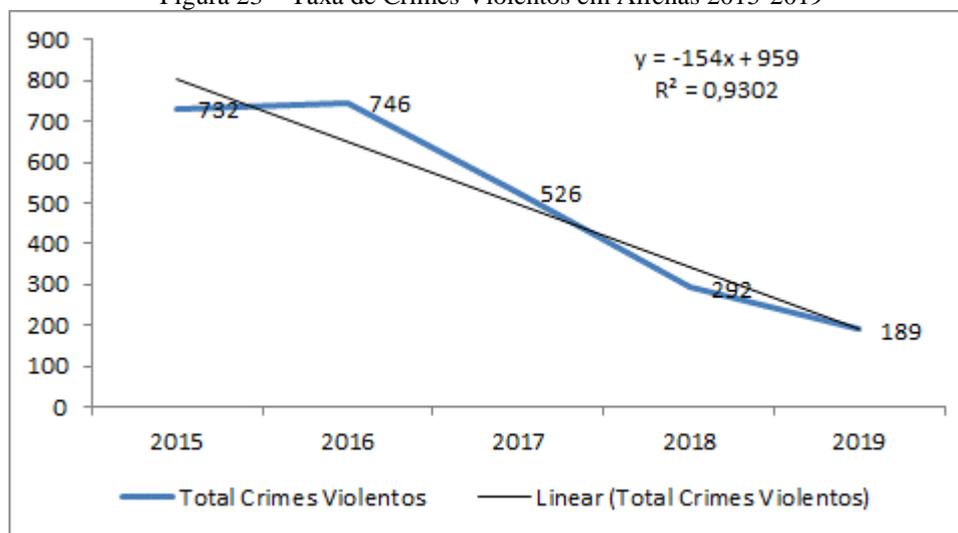
Natureza Principal do Crime	Distribuição anual dos crimes violentos em Alfenas-MG					
	2015	2016	2017	2018	2019	Total
ESTUPRO	5	3	10	6	8	32
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	1	15	27	15	12	70
EXTORSÃO	3	5	4	1	4	17
HOMICÍDIO	19	17	10	15	10	71
ROUBO	701	705	473	254	154	2287
SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO	3	1	2	1	1	8
Total Geral	732	746	526	292	189	2.485

Fonte: Banco de dados SEJUSP

As figuras abaixo de números 23 a 31, apresentam as taxas de ocorrência de crimes violentos em Alfenas, bem como algumas comparações com as taxas do estado de Minas Gerais e da região integrada de segurança pública (RISP¹⁰) à qual pertence o município de Alfenas. A análise das taxas é interessante, pois elimina a influência do tamanho da população na comparação. Importante salientar que o banco de dados, fonte dessa sessão, não faz distinção entre casos tentados e consumados dos crimes relatados.

A figura 23 demonstra uma tendência de queda na ocorrência total de crimes violentos no período de 2015 a 2019, mas sobretudo a partir de 2016.

Figura 23 – Taxa de Crimes Violentos em Alfenas 2015-2019



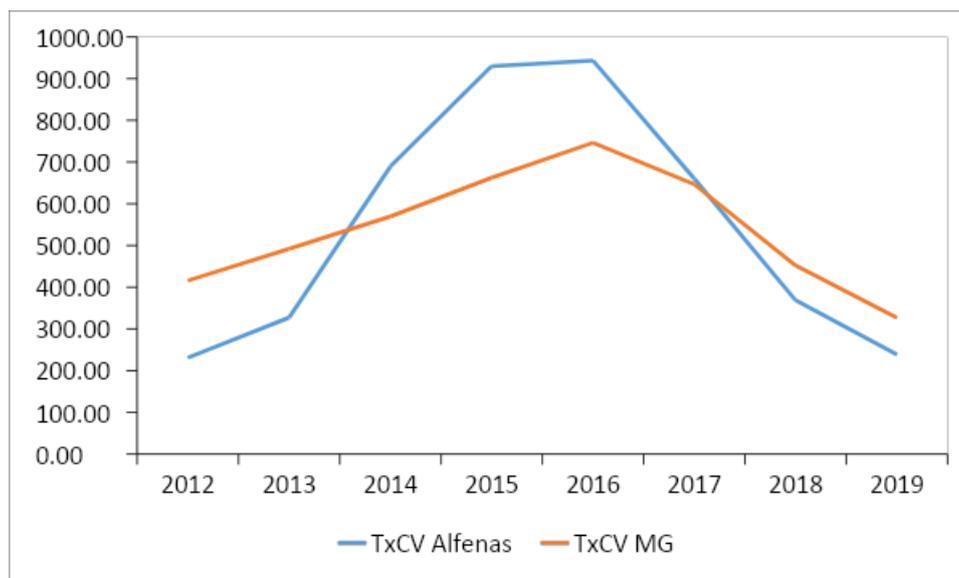
Fonte: Banco de dados SEJUSP

Essa tendência pode ser confirmada a partir da leitura das taxas de crimes violentos, tanto para Alfenas quanto para o estado de Minas Gerais. Entre 2012 e 2016 houve elevação de 308% na taxa de crimes violentos em Alfenas, enquanto no estado de Minas Gerais essa elevação foi de 80%. Em 2016 a taxa de crimes violentos em Alfenas era de 942,92 crimes por 100 mil habitantes, enquanto que para o estado a taxa era de 746,51 crimes por 100 mil habitantes. A partir de 2017 as taxas entraram em tendência de queda. Em alfenas houve uma redução de 74%, enquanto que no estado a redução foi de 56%.

⁹ Tem como base o banco de dados fornecido ao Programa Selo Prevenção Minas pela Polícia Militar no qual estão todas as ocorrências de crimes no município no período de 2015 a 2019.

¹⁰ As RISP's foram criadas para, entre outras funções, unificar as ações operacionais numa mesma área de responsabilidade territorial.

Figura 24 – Comparativo das taxas de Crimes Violentos Alfenas e Minas Gerais – 2012 a 2019



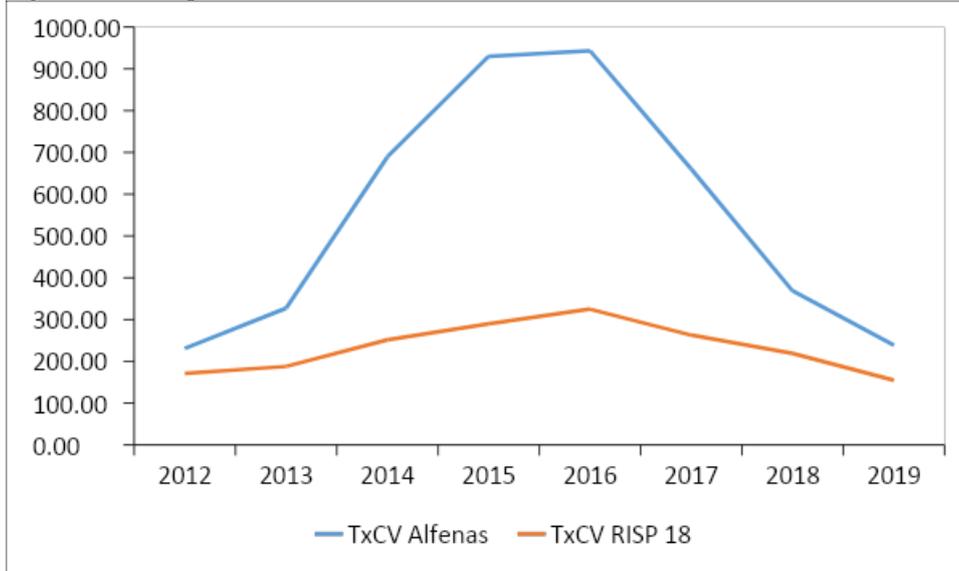
Fonte: Banco de dados SEJUSP

Adicionalmente à análise comparativa das taxas de crimes violentos em Alfenas e no estado de Minas Gerais, foi utilizado um terceiro parâmetro que é a comparação da taxa de Alfenas com a da RISP¹¹ 18, à qual o município de Alfenas pertence.

Como visto anteriormente, as Regiões Integradas de Segurança Pública foram criadas para, entre outras funções, unificar as ações operacionais numa mesma área de responsabilidade territorial. Isso sugere uma certa similaridade da sistemática de enfrentamento de situações de criminalidade e violência em um conjunto de municípios. No entanto, como demonstra a figura 25 abaixo, a taxa de crimes violentos em Alfenas é bastante discrepante em relação à da RISP à qual pertence, o que pode sugerir a necessidade de adotar novas formas de intervenção da criminalidade e violência no município.

¹¹ A Região Integrada de Segurança Pública é uma das divisões territoriais administrativas existentes no estado de Minas Gerais. São municípios da RISP 18: Alfenas, Alpinópolis, Alterosa, Andradas, Arceburgo, Areado, Bandeira do Sul, Bom Jesus da Penha, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Campo do Meio, Campos Gerais, Capetinga, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Carvalhopolis, Cássia, Claraval, Conceição da Aparecida, Delfinópolis, Divisa nova, Doresopolis, Fama, Fortaleza de Minas, Guaranésia, Guaxupé, Ibiraci, Ibitiura de Minas, Ipuina, Itamogi, Itaú de Minas, Jacuí, Juruiaia, Machado, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, Paraguaçu, Passos, Piumhi, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pratápolis, Santa Rita de Caldas, São Joao Batista do Gloria, São José da Barra, São Pedro da União, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Serrania, Vargem Bonita.

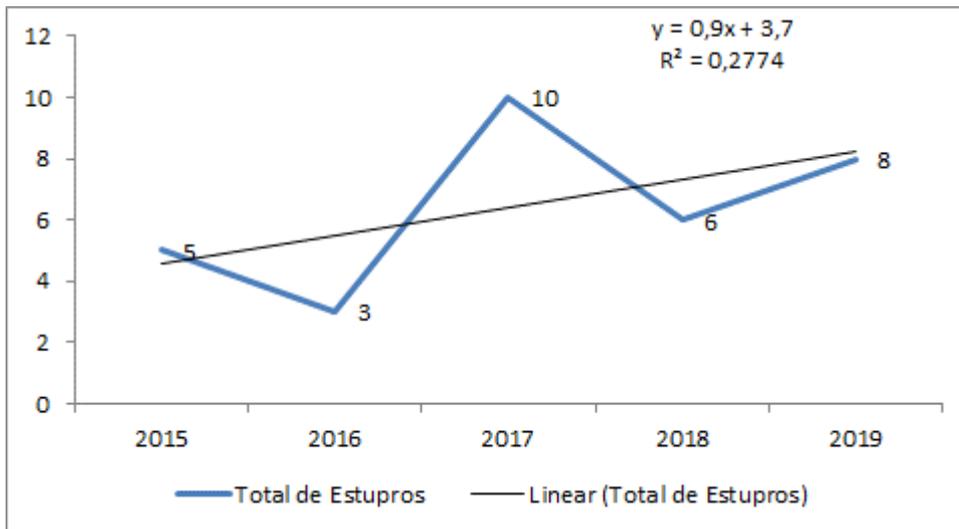
Figura 25 – Comparativo das taxas de Crimes Violentos Alfenas e RISP 18 – 2012 a 2019



Fonte: Banco de dados SEJUSP

No entanto, quando se analisa a variação por tipos de crimes violentos a tendência não se mantém. O crime de estupro, por exemplo, como demonstra a figura 26 abaixo, apresenta leve tendência de alta no período 2015-2019 (alta de 60% no período), no entanto os números absolutos são baixos, não passando de um pico de 10 casos em 2017.

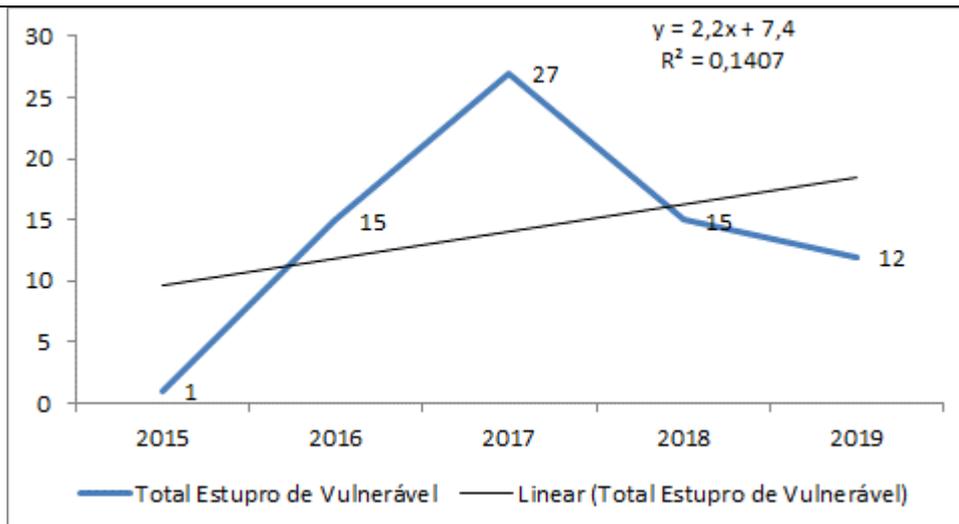
Figura 26 – Taxa de crimes de Estupro em Alfenas 2015-2019



Fonte: Banco de dados SEJUSP

O estupro de vulnerável apresentou tendência de alta entre 2015 até 2017 quando saltou de 1 para 15 casos entre 2015 e 2016 e depois para 27 casos entre 2016 e 2017 (variações de 1500% e de 180% respectivamente). Após 2017 a tendência se inverteu, caindo de 27 para 15 em 2018 e depois para 12 em 2019 (variações de -180% de -56% respectivamente). No entanto, como demonstra a figura 27, a linha de tendência geral do período é de alta, em geral influenciada pelo pico de 27 ocorrências no ano de 2017.

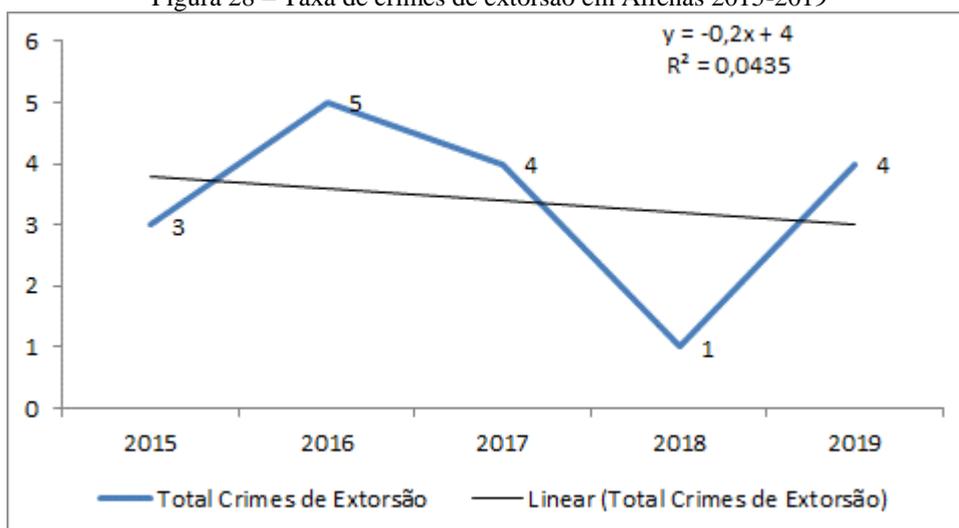
Figura 27 – Taxa de crimes de estupro de vulnerável em Alfenas 2015-2019



Fonte: Banco de dados SEJUSP

A ocorrência do crime de extorsão no período de 2015 a 2019 em Alfenas foi baixa, com um total de 17 casos. Conforme figura 28 abaixo, após um pico de 5 casos em 2016, o número de ocorrências desse crime caiu para apenas 1 em 2018. Já em 2019 houve 4 casos, o que representa elevação de 300% no último ano do período em análise.

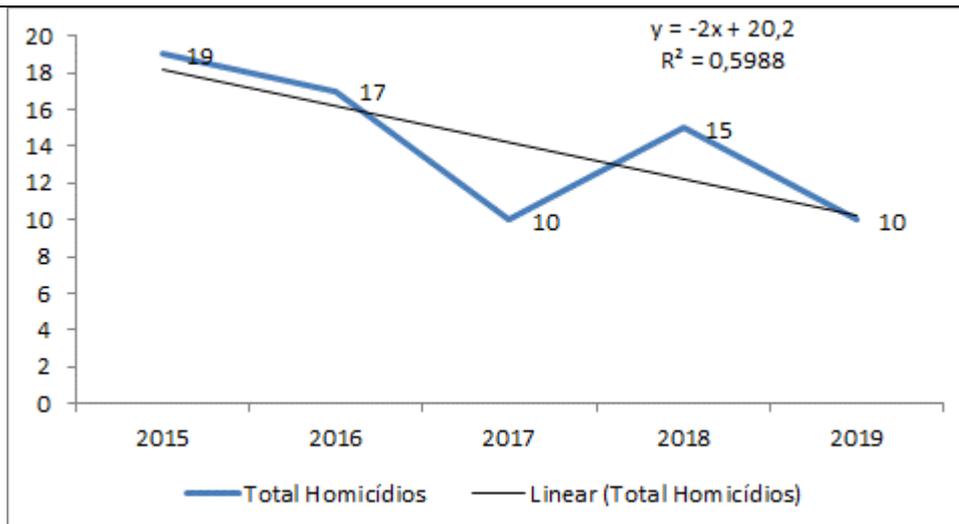
Figura 28 – Taxa de crimes de extorsão em Alfenas 2015-2019



Fonte: Banco de dados SEJUSP

Houve em Alfenas no período de 2015 a 2019 um total de 71 homicídios (tentados e consumados). Como demonstrado na figura 29 abaixo, a tendência geral é de queda na ocorrência desse crime na cidade no período analisado (-47%).

Figura 29 – Taxa de homicídios tentados e consumados em Alfenas 2015-2019

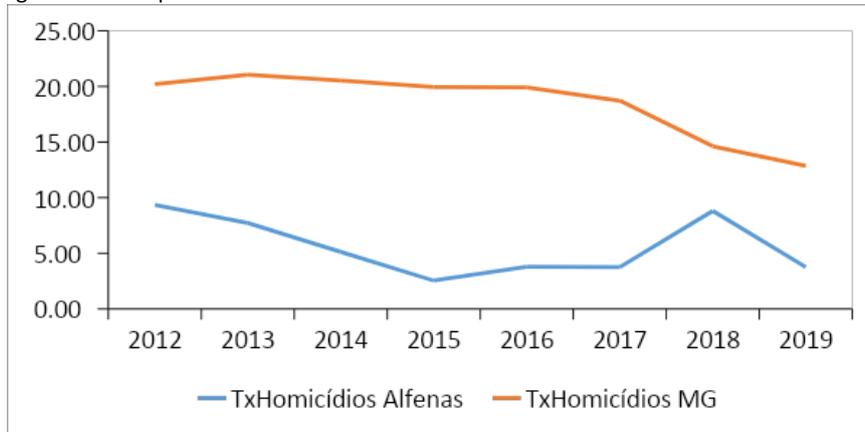


Fonte: Banco de dados SEJUSP

Outra variável importante para análise dos homicídios é a leitura da taxa desse crime por 100 mil habitantes. Comparando a taxa de homicídios verificada para Alfenas no período de 2012 a 2019 com a taxa verificada para o estado de Minas Gerais nesse período, figura 30, observa-se que em Alfenas a taxa se manteve sempre bem abaixo da taxa estadual. Há inclusive uma tendência de queda da taxa no período tanto para o estado quanto para o município, com uma considerável queda de 57% em Alfenas no último ano. Enquanto a taxa média de Minas Gerais foi de 18,47 no período, Alfenas ficou em 5,60, menos de um terço do valor consolidado do estado.

A taxa de homicídios de Alfenas, mais baixa que a observada em Minas Gerais, pode ser explicada pela ausência de conflitos de grupos rivais nos territórios onde há atividades do tráfico de drogas, segundo informações da Polícia Civil que atua no município, obtidas durante reuniões e entrevistas da Articuladora de Prevenção à Criminalidade com representantes da instituição e evidenciada nas falas de representantes dos setores de justiça durante as discussões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade.

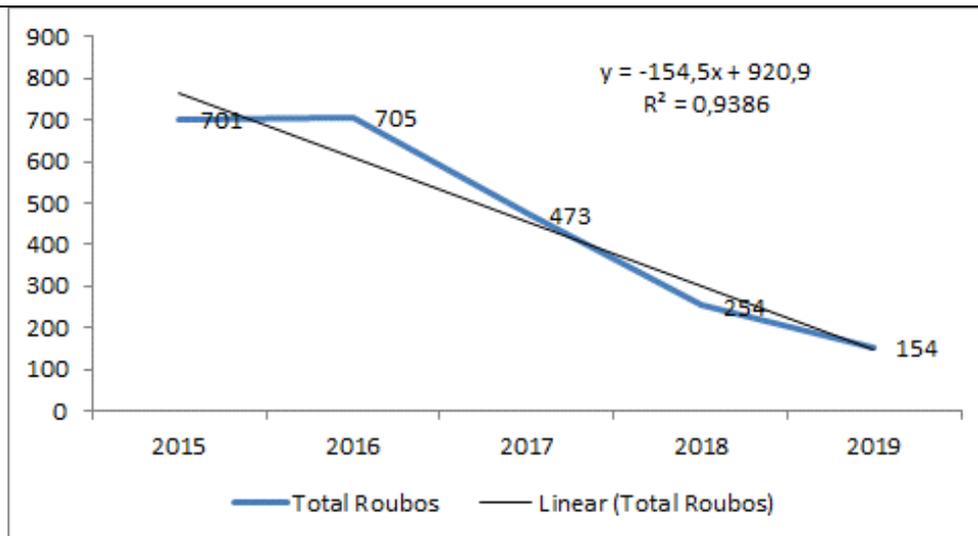
Figura 30 – Comparativo das taxas de homicídios em Alfenas e Minas Gerais – 2012 a 2019



Fonte: Banco de dados SEJUSP

Dentre os crimes violentos, o roubo é o de maior ocorrência em Alfenas. No período 2015-2019 foram registrados 2.287 casos, com média de 457,4 por ano. Essa média elevada pode ser explicada, em grande medida, pelas ocorrências de 2015 e 2016, muito acima do verificado nos anos seguintes. Em geral, a tendência é de queda das ocorrências desse crime no período 2015-2019 como demonstra a figura 31.

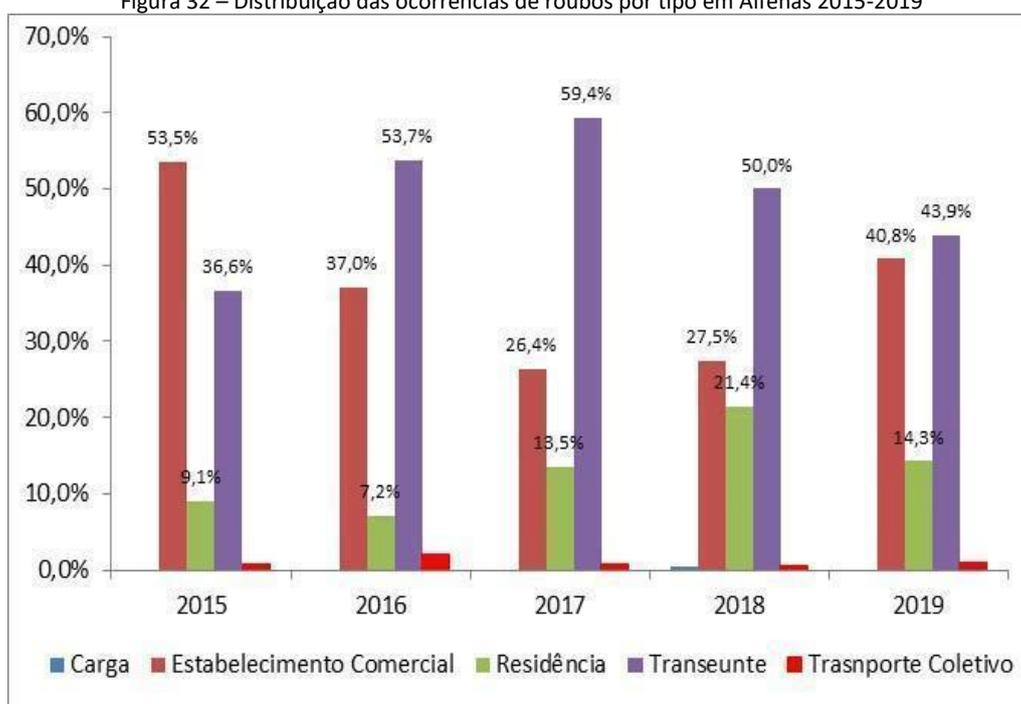
Figura 31 – Taxa de roubos tentados e consumados em Alfenas 2015-2019



Fonte: Banco de dados SEJUSP

Através da figura 32 abaixo, pode-se ter uma leitura melhor das ocorrências de roubos em Alfenas. Com exceção de 2015, quando o percentual de roubos a estabelecimentos comerciais foi maior, no geral esse tipo de crime é mais recorrente contra transeuntes.

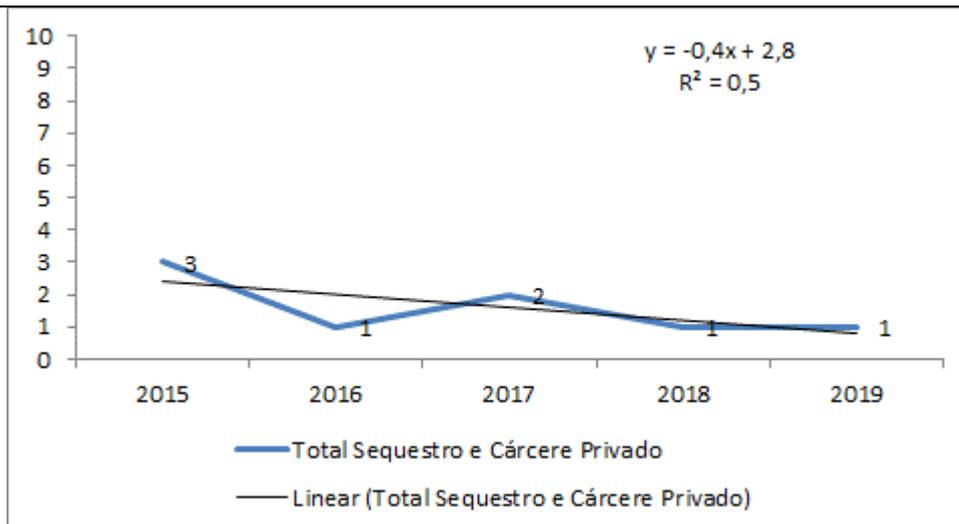
Figura 32 – Distribuição das ocorrências de roubos por tipo em Alfenas 2015-2019



Fonte: Banco de dados REDS

O crime de sequestro e cárcere privado teve baixa incidência em Alfenas, apenas 8 ocorrências no período 2015-2019, média de 1,6 por ano.

Figura 33 – Taxa de crimes de sequestro e cárcere privado em Alfenas 2015-2019



Fonte: Banco de dados SEJUSP

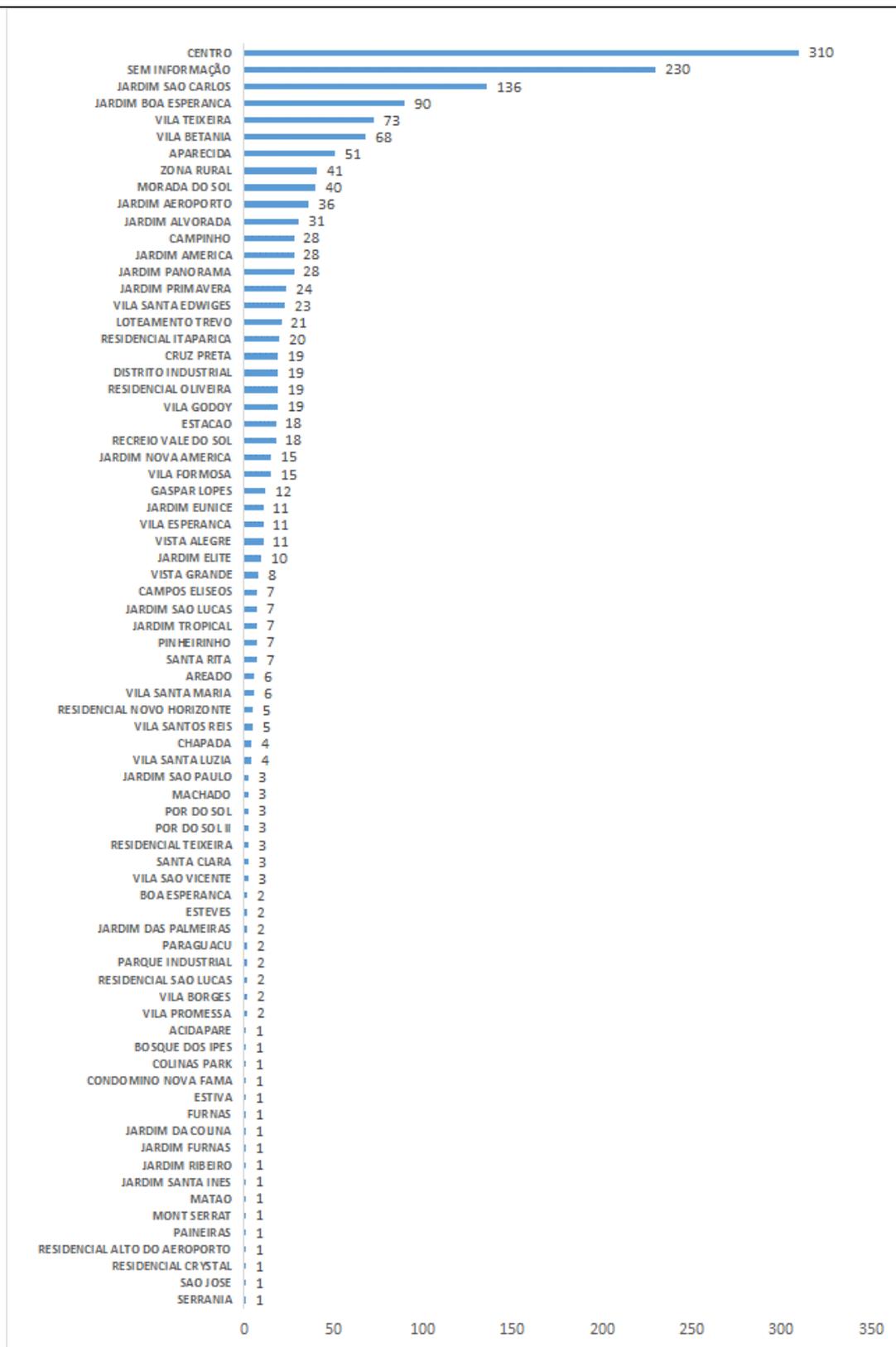
3.4. Ocorrência dos crimes por Bairros em Alfenas¹²

Nessa sessão são apresentadas informações sobre a criminalidade em Alfenas através de uma leitura espacial das ocorrências registradas pela Polícia Militar entre os anos de 2015 e 2019, período em que foram registradas 42 mil ocorrências na cidade de Alfenas.

Observa-se pela figura abaixo que alguns bairros de Alfenas se destacam como locais de maior ocorrência de crimes violentos. Houve 2.485 crimes de natureza violenta em Alfenas, dos quais 310 localizados no centro da cidade, o que representa 12,4% do total de crimes violentos. Além do centro, os bairros Jardim São Carlos com 136 ocorrências (5,4%), Jardim Boa Esperança com 93 ocorrências (3,74%), Vila Teixeira com 73 ocorrências (2,9%) e Vila Betânia com 68 ocorrências (2,7%) se destacam. Ou seja, somente essas quatro localidades correspondem a 23,6% dos crimes violentos registrados no município.

Figura 34 – Ocorrências de Crimes Violentos por Bairro em Alfenas 2015 a 2019

¹² A distribuição das ocorrências de crimes por bairros foi feita somente para os crimes violentos e para os que demonstraram relevância no município como violência doméstica, feminicídio, ameaça, furto, tráfico, uso e consumo de drogas.



Fonte: Banco de dados REDS¹³

Na figura a seguir é demonstrada, através da nuvem de palavras, a distribuição dos bairros onde ocorreram crimes violentos em Alfenas. Os

¹³ A base de dados utilizada como fonte para a construção do diagnóstico apresenta ausência de informações sobre o bairro onde ocorreu o crime. Por isso o volume considerável da categoria “sem informação” em alguns gráficos.

bairros cujos nomes se destacam são aqueles onde ocorreram mais crimes.

Figura 35 – Nuvem de palavras com representação dos bairros com mais crimes

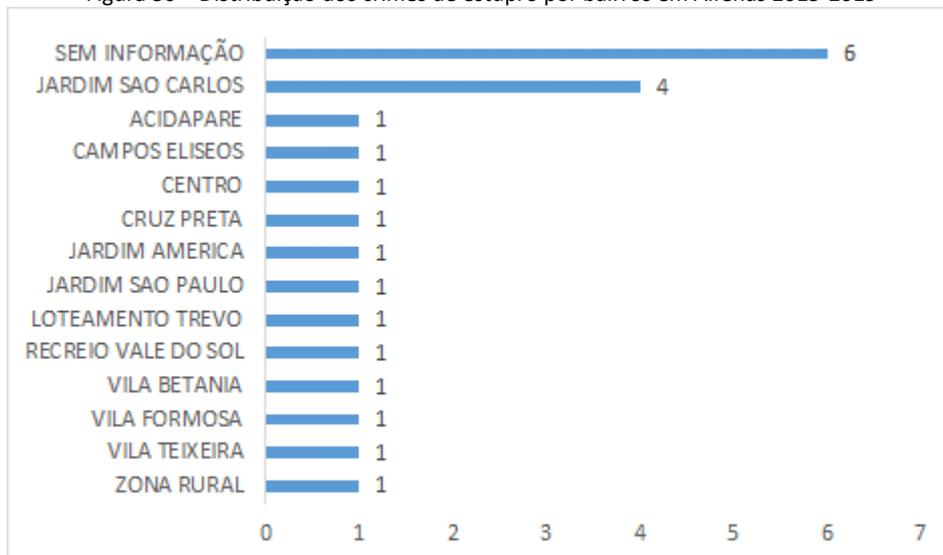


violentos

Fonte: Banco de dados REDS

Na distribuição de crimes de estupro em Alfenas, figura 36 abaixo, destaque para o bairro Jardim São Carlos onde houve 4 ocorrências, 18,1% do total.

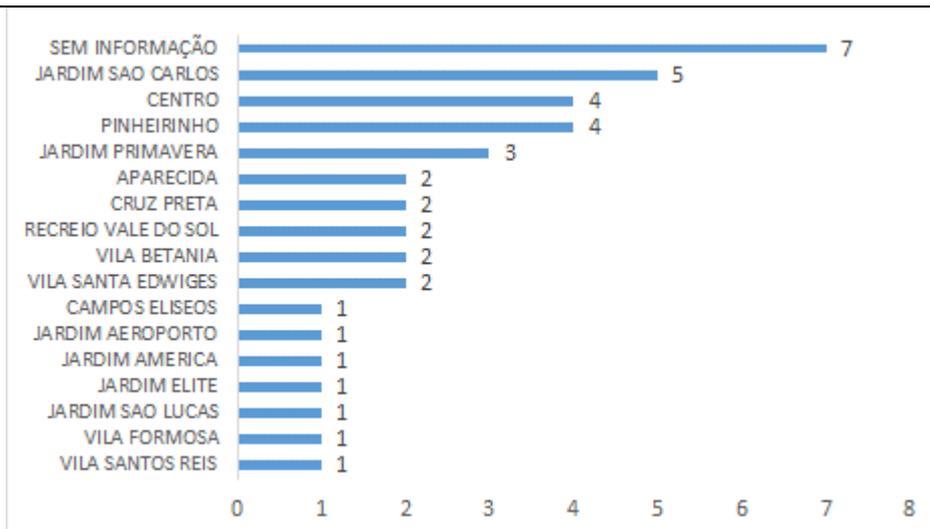
Figura 36 – Distribuição dos crimes de estupro por bairros em Alfenas 2015-2019



Fonte: Banco de dados REDS

Já na distribuição de crimes de estupro de vulneráveis em Alfenas, figura 37 abaixo, destaque para os bairros Jardim São Carlos, Pinheirinho e Centro, com respectivamente 12,5%, 10% e 10% do total de casos.

Figura 37 – Distribuição dos crimes de estupro de vulnerável por bairros em Alfenas 2015-2019



Fonte: Banco de dados REDS

Segundo a figura 38 abaixo, os crimes de extorsão não se concentraram em bairros específicos na cidade, tendo ocorrido de forma pulverizada pelo território.

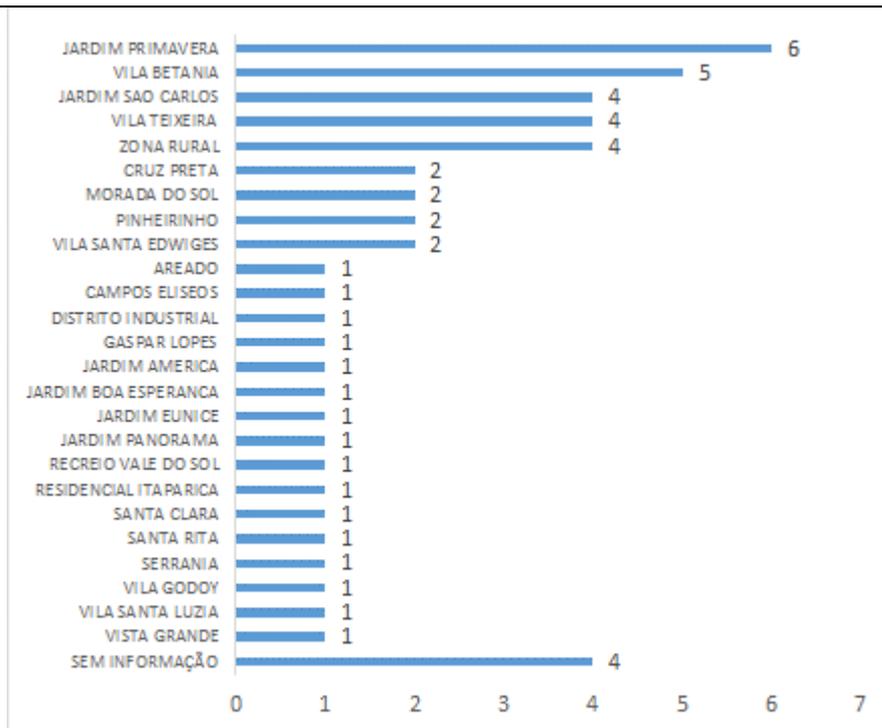
Figura 38 – Distribuição dos crimes de extorsão por bairros em Alfenas 2015-2019



Fonte: Banco de dados REDS

Abaixo, na figura 39, apresentamos a distribuição das ocorrências de homicídios consumados e tentados em Alfenas no período de 2015 a 2019. O destaque fica para o bairro Jardim Primavera onde houve 6 homicídios, 11,7% do total, e o bairro Vila Betânia com 5 homicídios, 9,8% do total.

Figura 39– Distribuição dos crimes de homicídio por bairros em Alfenas 2015-2019

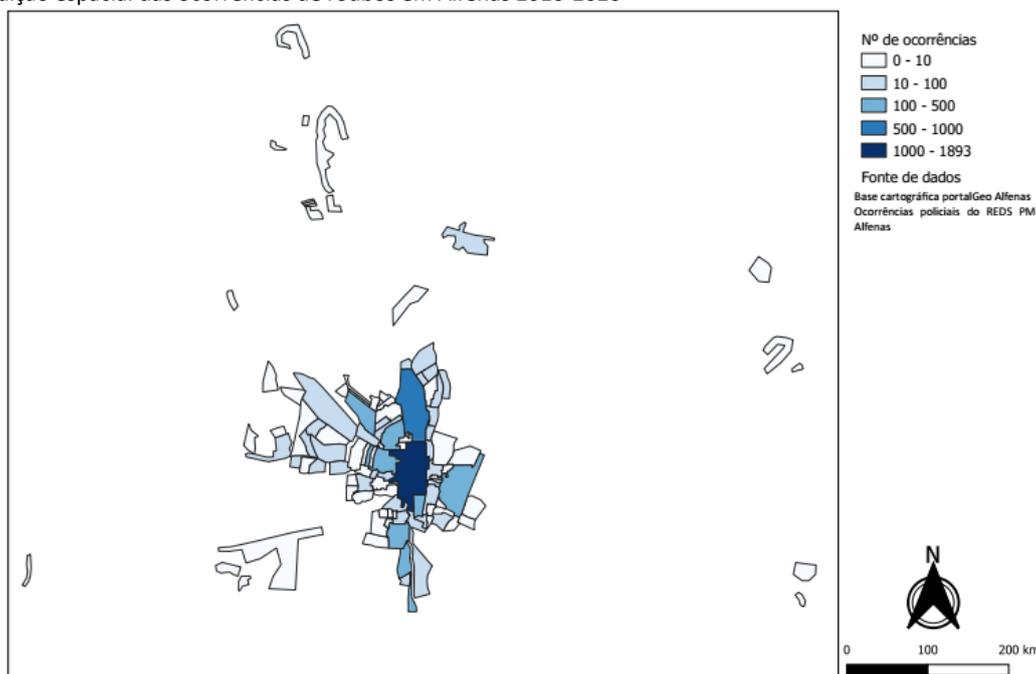


Fonte: Banco de dados REDS

Como demonstrado anteriormente, 92,03% dos crimes violentos ocorridos em Alfenas foram roubos. Destaque para o centro da cidade onde ocorreram 20,5% deles. Outros 8,3% ocorreram no bairro Jardim São Carlos, 6,04% no bairro Jardim Boa Esperança, 4,55% no bairro Vila Teixeira e 4,01% no bairro Vila Betânia. A figura 40 apresenta a distribuição espacial das ocorrências de roubos no município.

A maioria dos bairros onde o registro de crimes dessa natureza é alto se refere a locais com grande atividade econômica. Como evidenciado anteriormente, os maiores alvos de roubos e furtos são estabelecimentos comerciais e transeuntes. Nesse contexto, era de se esperar que a região central, por concentrar a maior parte do setor de serviços e também uma grande circulação de pessoas, seja a com mais ocorrências registradas. De outra forma, vale uma discussão maior sobre os motivos pelos quais os bairros Jardim São Carlos, Aparecida, Vila Betânia e Vila Teixeira, tiveram eventos de crime violento contra o patrimônio, embora não façam parte do centro comercial da cidade. Contudo, esses bairros estão em regiões relevantes economicamente, pois neles localizam-se empresas prestadoras de serviços e públicos de alto poder aquisitivo.

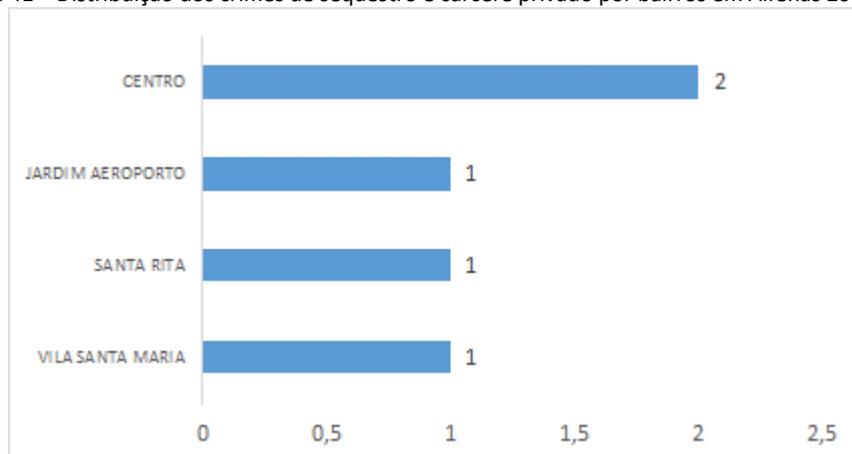
Figura 40 – Distribuição espacial das ocorrências de roubos em Alfenas 2016-2020



Fonte: Banco de dados REDS

Assim como os roubos, a maioria dos crimes de sequestro e cárcere privado ocorreram no centro da cidade, 40%, como demonstra a figura 41 abaixo.

Figura 41 – Distribuição dos crimes de sequestro e cárcere privado por bairros em Alfenas 2015-2019



Fonte: Banco de dados REDS

4. Considerações finais

A elaboração deste diagnóstico teve como objetivo fazer o reconhecimento da dinâmica da criminalidade e violência no município de Alfenas. O diagnóstico é uma das etapas da implantação do Programa Selo Prevenção Minas no município e deve justificar, orientar e avaliar as intervenções que serão propostas e incluídas no Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade, etapa seguinte ao diagnóstico.

Durante a realização do diagnóstico foram analisadas grandes quantidades de informações, desde dados fornecidos pelas polícias, órgãos e entidades governamentais, como pelas instituições que compõem a rede socioassistencial do município, diários de campo produzidos pela equipe do Programa Selo Prevenção, além daquelas obtidas através de entrevistas com representantes de instituições locais.

O documento foi sistematizado em três grandes tópicos: retrato do município, no qual foram analisados os dados socioeconômicos e feito o mapeamento da rede de serviços; cenário da segurança pública no município, em que foi traçado um panorama sobre as principais ocorrências criminais em Alfenas, e que serão retomadas nessas considerações finais; e problemas prioritários em que, baseados em todas as informações analisadas, foram delimitados pontos relevantes surgidos durante o trabalho de análise dos dados e que devem ser levados para discussão na Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade em etapa anterior à produção do Plano Municipal de Segurança Pública.

Os níveis de criminalidade e violência vem caindo em Alfenas desde 2017, como demonstra a análise das taxas de crimes violentos. Até 2016 a tendência desta taxa era de alta, chegando a um percentual acumulado de 308% desde 2012, enquanto que no estado de Minas Gerais essa elevação foi de 80%. Em 2016 a taxa de crimes violentos em Alfenas era de 942,92 crimes por 100 mil habitantes, consideravelmente superior à taxa do estado, que era de 746,51. A partir de 2017 houve reversão da tendência e as taxas passaram a cair. A redução foi de 74% em Alfenas e 56% no estado como um todo. Atualmente a taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes de Alfenas é de 238,76, enquanto que para o estado é de 326,4.

Podemos ressaltar como característica principal da ocorrência de delitos de natureza violenta a localização de sua ocorrência em áreas específicas do município. Entre 2015 e 2019 houve 2.485 crimes de natureza violenta em Alfenas, dos quais 310 localizados no centro da cidade (12,4%). Os bairros Jardim São Carlos com 136 ocorrências (5,4%), Vila Teixeira com 73 ocorrências (2,9%) e Vila Betânia com 68 ocorrências (2,7%) também se destacam. Ou seja, somente essas quatro localidades concentraram 23,6% dos crimes violentos registrados na cidade.

A maioria dos crimes ocorridos em Alfenas no período analisado são de roubos (92,03% dos crimes violentos) e furtos (15,25% entre todos os crimes registrados). Seus maiores alvos são estabelecimentos comerciais e transeuntes, por isso era de se esperar que a distribuição espacial indicasse que a região central (20,5%), por concentrar a maior parte do setor de serviços e também uma grande circulação de pessoas, se destacasse com mais ocorrências quando comparadas com outras regiões do município como os bairros Jardim São Carlos (8,3%), Jardim Boa Esperança (6,04%), Vila Teixeira (4,55%) e Vila Betânia (4,01%).

Quanto aos furtos, observou-se que o centro da cidade concentrou 24,8% do total de ocorrências, seguido pelos bairros Jardim São Carlos (6,7%), Loteamento Trevo (5,2%) e Vila Betânia (3,7%). Essas quatro localidades concentraram quase metade dos casos (40,5%), de um total de 2595 ocorrências.

O comportamento da distribuição dos crimes de ameaça registrados entre 2015-2019 no município também é semelhante ao dos anteriores. A maioria deles, 13,35% do total, ocorreu no centro da cidade, 5,86% no bairro Jardim São Carlos e 5,11% no bairro Jardim Betânia. Esse tipo de crime corresponde a 5,68% do total de crimes registrados em Alfenas no referido período, com média de 398,5 ocorrências de ameaças por ano.

A concentração territorial dos crimes mais recorrentes como roubos e furtos, além do tráfico de drogas, este percentualmente não muito relevante, não gera grande impacto na dinâmica criminal do município, uma vez que inexistem disputas entre grupos rivais pelo controle dos territórios onde há essa atividade. Esta inclusive pode ser uma das justificativas para a baixa ocorrência de homicídios no município, cuja taxa

atualmente é de 3,75 por 100 mil habitantes, bem menor do que a verificada para o estado, 12,85 por 100 mil habitantes . É de conhecimento das autoridades policiais que o município é rota do tráfico de drogas na região, sobretudo pela proximidade com o estado de São Paulo, mas isso não tem afetado a dinâmica da criminalidade e violência no município.

No período de 2015 a 2019 houve 1209 ocorrências de crimes de tráfico de drogas em Alfenas. Deste total, 23,2% foram registradas no bairro Vila Santa Luzia, 11,2% no bairro Vila Betânia e 7,2% no bairro Recreio Vale do Sol. A maioria dos envolvidos, 80,85%, era de adolescentes e jovens entre 12 a 24 anos.

É importante ressaltar que, do ponto de vista objetivo, as ocorrências criminais registradas pela Polícia Militar relativas ao tráfico de drogas correspondem à apenas 2,58% das ocorrências policiais registradas no REDS nesse período. Mesmo assim, esses eventos ocuparam maior espaço na percepção dos entrevistados pela pesquisa do diagnóstico como sendo um problema maior do que os roubos e furtos que correspondem à maior parte das ocorrências policiais registradas no município.

O diagnóstico destaca ainda que no período de 2018 a 2020 ocorreram 1820 crimes de violência doméstica em Alfenas, sendo 39,01% em 2018, 41,7% em 2019 e 19,29% até o mês de junho de 2020. Números de atendimentos de casos atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município também são importantes para entendermos o cenário da violência doméstica em Alfenas. Entre janeiro de 2019 a abril de 2020 foram atendidos 39 casos de violência contra mulheres adultas entre 18 e 59 anos, além de 7 casos de violência intrafamiliar contra mulheres idosas acima de 60 anos.

Outros crimes como estupro (97,3%), o estupro de vulnerável (80,5%) e sequestro e cárcere privado (71,4%) tem como principais vítimas as mulheres. Esses números ressaltam ainda mais a importância da articulação entre a rede de proteção contra violência doméstica do município, na qual está incluída a Rede da Mulher, e as instituições do sistema de justiça no enfrentamento do problema.

No que tange ao enfrentamento da criminalidade e violência pelos meios tradicionais, o município tem feito investimentos relevantes como indica a criação da Guarda Municipal, o apoio às ações das polícias e a melhoria da estrutura de monitoramento de crimes. A implantação do sistema OCR (Optical Character Recognition) foi um grande avanço para a segurança pública do município. Tal sistema entrou em operação em dezembro de 2017 e monitora diversos pontos de entrada e saída do município através de câmeras de alta definição. O sistema ajuda a armazenar todos os dados dos veículos que entram e saem de Alfenas e a identificar possíveis suspeitos de envolvimento em práticas delituosas.

Por outro lado, o diagnóstico identificou poucas iniciativas que trabalham diretamente a prevenção à criminalidade. Há somente 05 iniciativas do eixo “Projetos de Prevenção e Cidadania”, no Mapeamento de Rede realizado pelo Programa Selo Prevenção Minas, que poderiam ser incluídos nessa categoria. No entanto, são iniciativas que não abordam diretamente questões importantes para a redução da criminalidade como a relação entre jovens e tráfico de drogas por exemplo, embora atuem em áreas transversais como participação popular e juventude, educação e assistência social. Seria importante a existência de projetos de prevenção à criminalidade mais bem focalizados nas dinâmicas que levam à ocorrência de crimes, principalmente no universo juvenil que é um público bastante sensível aos eventos criminais.

Área Temática 2: Fóruns Multiterritoriais

Produto 2.1. Fóruns multiterritoriais de prevenção à Criminalidade

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Janeiro de 2020	Dezembro de 2020	Não realizado

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Este produto, tendo em vista tanto o cenário de pandemia com as restrições de aglomerações e sanitárias associadas a isolamento social quanto vinculado também à restrição orçamentária não foi realizado. Sua execução foi transferida para o IV Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 002/2019. Portanto, solicita-se a desconsideração desse produto da avaliação geral dos resultados desse período.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No 8º período avaliatório do Contrato e Gestão 002/2019 (01/10/2020 a 31/12/2020) houve um total de 22 indicadores com meta. Deste total, como pode ser observado na leitura deste relatório gerencial, 11 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 terão seus resultados mensurados após a entrega deste documento. Outros dois produtos também estavam previstos, um dos quais foi realizado e aprovado dentro do prazo e outro para o qual se solicita a desconsideração dado que a sua não realização está associada ao contexto de pandemia.

Como se pode observar, a despeito do contexto da pandemia estar ainda afetando de maneira significativa a execução das atividades do Contrato de Gestão, inviabilizado a execução de excelência que marca o histórico da parceria, no período foi possível a retomada mais sistemática de atividades em praticamente todos os programas. Já houve a ampliação dos atendimentos na maioria dos programas. Em alguns casos, Programa Mediação de Conflitos, por exemplo, os resultados já se aproximam de 80% do período pré-pandemia mesmo com 7 UPCS a menos e também com redução de equipe. O programa CEAPA também apresentou resultados satisfatórios tendo em vistas as restrições definidas nos regimentos e normas jurídicas. De toda forma, é importante ressaltar o esforço do Instituto Elo, através de seu quadro de colaboradores e parceiros e da Subsecretaria de Políticas de Prevenção para a manutenção das atividades em um contexto tão adverso com aplicação de mudanças nos formatos de trabalhos rotineiras .

É preciso ressaltar também o inegável impacto do contexto para a política e as populações para as quais seus serviços são ofertados. As oficinas do programa Fica Vivo ainda sofrem com as restrições associadas ao isolamento social e foi possível retornar até o momento com as atividades em apenas 28% do seu contingente. Essa retomada em andamento tem exigido tanto do Instituto Elo quanto da SUPEC um esforço de mobilização significativo já que se trata de um conjunto de mais de 9 mil jovens participantes delas. Enfim, esse período avaliatório foi caracterizado pela continuidade da retomada com alguns retrocessos em contexto de avanço da pandemia em alguns municípios, principalmente no mês de dezembro.

4 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:18:51 do dia 28/08/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/02/2021.

Código de controle da certidão: **7F1B.87A6.DB3E.24A9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.514.913/0001-75
Certidão nº: 32975903/2020
Expedição: 15/12/2020, às 15:18:25
Validade: 12/06/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/01/2021 a 05/02/2021

Certificação Número: 2021010704251333857009

Informação obtida em 08/01/2021 16:08:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
06/01/2021CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
06/04/2021

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2021000440232570



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABKFJHOKQJ**

Documento/Certidão nº **14.450.538** Exercício: **2020**

Emissão em: **29/12/2020**

Requerimento em: **11:04:21**

Validade: **28/01/2021**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2021.

Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor Presidente
Instituto Elo